

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGADM)
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

CAROLINE CORADASSI ALMEIDA SANTOS

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE LOGÍSTICA REVERSA NO
CAMPO DA ASSOCIAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES DE DEFENSIVOS DO
CENTRO SUL**

**GUARAPUAVA
2018**

CAROLINE CORADASSI ALMEIDA SANTOS

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE LOGÍSTICA REVERSA NO
CAMPO DA ASSOCIAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES DE DEFENSIVOS DO
CENTRO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) – Mestrado Profissional em Administração da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Marcos de Castro

Coorientador: Prof. Dr. Luciano Ferreira de Lima

GUARAPUAVA
2018

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central da Unicentro, Campus Santa Cruz

- S237i Santos, Caroline Coradassi Almeida
A institucionalização dos processos de logística reversa no campo da associação dos distribuidores de defensivos do centro sul / Caroline Coradassi Almeida Santos. -- Guarapuava, 2018.
xv, 104 f. : il. ; 28 cm
- Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Administração, Mestrado Profissional em Administração, área de concentração em Administração Estratégica, 2018
- Orientador: Marcos de Castro
Coorientador: Luciano Ferreira de Lima
Banca examinadora: Marcos de Castro, Luciano Ferreira de Lima, Mayla Cristina Costa, Sandra Mara de Andrade
- Bibliografia
1. Administração. 2. Defensivos agrícolas. 3. Processo de institucionalização. 4. Relacionamentos interorganizacionais. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Administração.

CDD 658

TERMO DE APROVAÇÃO

CAROLINE CORADASSI ALMEIDA SANTOS

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE LOGÍSTICA REVERSA NO CAMPO DA ASSOCIAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES DE DEFENSIVOS DO CENTRO SUL

Dissertação aprovada em 29/11/2018 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra no curso de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Estratégia, Inovação e Tecnologia, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Marcos de Castro
Instituição: Universidade Estadual do Centro Oeste

Prof. Dr. Luciano Ferreira de Lima
Instituição: Universidade Estadual do Centro Oeste

Prof. Dra. Sandra Mara de Andrade
Instituição: Universidade Estadual do Centro Oeste

Prof. Dra. Mayla Cristina Costa
Instituição: Universidade Federal do Paraná

Guarapuava, 29/11/2018

AGRADECIMENTOS

Chegar ao fim de mais um processo, não seria possível sem o auxílio de várias pessoas e instituições, que contribuíram para que isso acontecesse.

Inicialmente agradeço a Deus.

Ao Prof. Dr. Marcos de Castro, orientador, e ao Prof. Dr. Luciano Ferreira de Lima, coorientador, por contribuírem imensamente no desenvolvimento deste projeto, e acima de tudo por acreditarem em mim.

À Universidade Estadual do Centro Oeste/ UNICENTRO, pela possibilidade em desenvolver esta pesquisa, por meio do PPGAdm/UNICENTRO, e os docentes que muito contribuíram para minha formação, Juliane Sachser Angnes, Marcos Roberto Kuhl, Silvio Roberto Stefano, Zoraide da Fonseca Costa, pelos grandes ensinamentos. Também, a Prof.^a Dr.^a Sandra Mara de Andrade, e Prof.^a Dr.^a Mayla Cristina Costa, que participaram da banca de qualificação, e contribuíram para o desenvolvimento final deste trabalho.

À Associação dos Distribuidores de Defensivos do Centro Sul (ADDCS), ao seu representante Wanderley Bernardin Andrade, por permitir que esta pesquisa fosse realizada, e fornecer todas as informações necessárias.

A todos os colegas e amigos, que de alguma forma contribuíram, com palavras ou suporte, incentivando a caminhada.

Aos meus pais, Orivaldo e Rosilde, e meu irmão Gabriel, pela compreensão, apoio, e amor incondicional.

Ao meu esposo, Marcos, por seu amor e cuidado. Por me fazer acreditar que tudo era possível e que sempre estaria ao meu lado.

Muito obrigada, a todos!

“A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos”. (Marcel Proust).

RESUMO

ALMEIDA, C. **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE LOGÍSTICA REVERSA NO CAMPO DA ASSOCIAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES DE DEFENSIVOS DO CENTRO SUL**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, 2018.)

Discussões sobre processos de institucionalização têm ocorrido em diferentes ambientes e contribuem no desenvolvimento de estratégias que possibilitem a legitimidade das estruturas propostas. Em virtude disso, este estudo teve como questão norteadora compreender como os relacionamentos interorganizacionais afetam a institucionalização dos processos de logística reversa das embalagens de defensivos agrícolas na região Centro Sul do Paraná. A comercialização de defensivos agrícolas compreende uma série de atividades comerciais e industriais, além de seguir requisitos legais que permitem e normatizam tais atividades, contribuindo significativamente com a economia. Como base teórica e analítica para este estudo, foram abordados temas sobre o processo de institucionalização e relacionamentos interorganizacionais. Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa se caracteriza com abordagem qualitativa, método de estudo de caso. A coleta de dados ocorreu nos meses de julho e agosto do ano de 2018, por meio de entrevistas semiestruturadas com 14 atores que fazem parte do campo organizacional em estudo; além disso, contou com observação não-participante, diário de campo, e análise documental. Utilizou-se análise de conteúdo e triangulação dos dados para a verificação das informações obtidas. Assim, buscou-se identificar todo o funcionamento, os atores envolvidos, o campo organizacional e as fases de institucionalização do processo. Inicialmente, caracterizou-se o campo organizacional da Associação dos Distribuidores de Defensivos do Centro Sul, constituído com base em interações sociais e organizações que, em conjunto, desenvolvem suas atividades, crenças, definições, normas, valores, ações e interesses. Foram identificados, na sequência, os principais atores, suas relações e a associação como ponto de partida para o desenvolvimento do estudo, assim como os processos de logística reversa das embalagens de defensivos agrícolas, ou seja, todas as atividades que fazem parte do retorno e reciclagem, e as funções de cada um dos atores. Para um melhor entendimento, foi necessário também descrever os relacionamentos entre os atores que compõem o campo organizacional. Desta forma, foi possível observar como tais relacionamentos interferiram na institucionalização do processo de retorno das embalagens, com consciência que as interações entre os atores permitiram a disseminação da ideia e no decorrer dos anos, a sua valorização. Este estudo pôde identificar a fase de institucionalização dos processos de logística reversa no campo organizacional da Associação desde sua implantação no ano 2001. De acordo com a coleta de dados, pode-se afirmar que atualmente o processo está sedimentado, e que há uma baixa resistência apenas por parte dos pequenos produtores. Observa-se que eles apresentam certa dificuldade de entendimento sobre os métodos de lavagem e entrega das embalagens, e que alguns possuem inclusive dificuldade de locomoção para entrega no local destinado na nota fiscal. Sobre o impacto dos relacionamentos na institucionalização dos processos, argumenta-se que as inter-relações apresentadas a favor dos processos culminaram na sedimentação das atividades; ou seja, os relacionamentos favorecem trocas de informações, disseminação de ideias sobre a importância do retorno das embalagens, auxilia na identificação de falhas e problemas, bem como garante o trabalho em prol do bem comum.

Palavras-Chave: Defensivos agrícolas. Processo de institucionalização. Relacionamentos interorganizacionais.

RESUMÉN

ALMEIDA, C. LA INSTITUCIONALIZACIÓN DEL PROCESO DE LOGÍSTICA REVERSA EN EL CAMPO DE LA ASOCIACIÓN DE LOS DISTRIBUIDORES DE DEFENSIVOS DEL CENTRO SUR. 2018. Disertación (Mestrado Professional en Administración) – Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, 2018.

Discusiones sobre procesos de institucionalización tienen ocurrido en diferentes ambientes y contribuyen en el desarrollo de estrategias que posibiliten la legitimidad de las estructuras propuestas. En virtud de eso, este estudio tuvo como cuestión orientadora comprender cómo las relaciones interorganizacionales afectan la institucionalización de los procesos de logística reversa de los embalajes defensivos agrícolas en la región Centro Sur de Paraná. La comercialización de defensivos agrícolas comprende una serie de actividades comerciales e industriales, allá de seguir requisitos legales que permiten y normatizan tales actividades, contribuyendo significativamente con la economía. Como base teórica y analítica, para este estudio fueron abordados temas sobre el proceso de institucionalización y relaciones interorganizacionales. Cuanto a los aspectos metodológicos, la investigación se caracteriza como cualitativa, descriptiva y estudio de caso. La recolección de datos ocurrió en los meses de julio y agosto del año de 2018, por medio de entrevistas semiestructuradas con 14 actores que forman parte de la organización en estudio; allá de eso, contó con observación no-participante, diario de investigación, reportes, sitios, documentos, actas y registros en archivos. Se utilizó análisis de contenido y triangulación de los datos para la verificación de las informaciones obtenidas. Así, se buscó identificar todo el funcionamiento del proceso, bien como los actores involucrados, el campo organizacional y sus fases de institucionalización. Inicialmente, se caracterizó el campo organizacional de la Associação dos Distribuidores de Defensivos do Centro Sul, constituido con base en interacciones sociales y organizaciones que, en conjunto, desarrollan sus actividades, creencias, definiciones, normas, valores, acciones e intereses. Fueron identificados, en la secuencia, los principales actores, sus relaciones y la asociación como punto de partida para el desenvolvimiento del estudio, así como los procesos de logística reversa de los embalajes de defensivos agrícolas; o sea, todas las actividades que forman parte del retorno y reciclaje, y las funciones de cada uno de los actores. Para un mejor entendimiento, fue necesario también describir las relaciones entre los actores que componen el campo organizacional; de esta forma, fue posible observar como tales relaciones interfirieron en la institucionalización del proceso de retorno de los embalajes, con conciencia que las interacciones entre los actores permitieron la diseminación de la idea y en el transcurrir de los años, su valorización. Este estudio pudo identificar la fase de institucionalización de los procesos de logística reversa en el campo organizacional de la Associação desde su implantación en el año 2001. De acuerdo con la recolección de datos, se puede afirmar que actualmente el proceso está sedimentado, y que hay una baja resistencia apenas por parte de los pequeños productores. Se observa que estos presentan cierta dificultad de entendimiento sobre los métodos de lavado y entrega de los embalajes, visto que algunos poseen incluso dificultad de locomoción para entrega en el sitio destinado en la nfacrura. Sobre el impacto de las relaciones en la institucionalización de los procesos, se argumenta que las interrelaciones presentadas a favor de los procesos culminaron en la sedimentación de las actividades; o sea, las relaciones favorecen cambios de informaciones, diseminación de ideas respecto a la importancia del retorno de los embalajes, auxilia en la identificación de fallas y problemas, bien como en garantía del trabajo en favor del bien común.

Palabras-Clave: Defensivos agrícolas; Procesos de institucionalización; Relaciones Interorganizacionales

ABSTRACT

ALMEIDA, C. THE INSTITUTIONALIZATION OF THE REVERSE LOGISTICS PROCESSES IN THE FIELD OF THE ASSOCIATION OF DEFENSIBLE DISTRIBUTORS OF THE SOUTH CENTER. 2018. Dissertation (Master's Degree in Administration) - Dissertation (Master's Degree In Management) – Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, 2018.

Discussions about institutionalization processes have occurred in different environments and contributed to the development of strategies that enable the legitimacy of the proposed structures. Therefore, the present study had as its guiding point to understand how the interorganizational relationships affect the institutionalization of the reverse logistics processes of the pesticide packaging in the Central South region of Paraná State. The commercialization of agricultural pesticides comprises a series of commercial and industrial activities, besides following legal requirements that allow and normalize such activities, contributing significantly to the economy. As the theoretical and analytical basis for this study, some discussions about subjects on the process of institutionalization and interorganizational relationships occurred. Regarding to the methodological aspects, the research is characterized as qualitative, descriptive and case study. The data collection took place in July and August of 2018, through semi-structured interviews with 14 actors who get in on the organization under study; in addition, it counted on non-participant observation, research journal, reports, websites, documents, minutes and records in files. The researcher also used content analysis and triangulation of the data to verify the information obtained. Thus, it was intended to identify all the functioning, the actors involved, the organizational field and the phases of the process institutionalization. Initially, the Association of Defensive Distributors of the South Center organizational field was characterized, which is constituted based on social interactions and organizations that together develop their activities, beliefs, definitions, norms, values, actions and interests. Thereafter, the main actors, their relationships and the association as a starting point for the development of the study were identified, as well as the reverse logistics processes of the pesticide packaging, that is, all the activities that are part of the return and recycling, and the functions of each one of the actors. For a better understanding, it was also necessary to describe the relationships among the actors that make up the organizational field. Thus, it was possible to observe how such relationships interfered in the institutionalization of the process of the packaging return, with awareness that the interactions between the actors allowed the dissemination of the idea and over the years, its valorization. This study was able to identify the phase of institutionalization of the reverse logistics processes in the organizational field of the Association since its implementation in 2001. According to the data collection, it is possible to state that the process is currently settled, and that there is a low resistance only by small producers. It is possible to observe that they present some difficulty of understanding the methods of washing and packages delivery, and that some have even difficulty of locomotion to deliver the material in the place destined in the invoice. Concerned to the impact of relationships in the institutionalization of processes, it is argued that the interrelationships presented in favor of the processes culminated in the sedimentation of the activities; that is, relationships allow information exchange, dissemination of ideas about the importance of returning packages, helps to identify flaws and problems, and ensures work for the common welfare.

Keywords: Agricultural pesticides. Institutionalization process. Interorganizational Relationships.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADDCS	Associação dos Distribuidores de Defensivos do Centro Sul
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
INPEV	Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PEA	Programa de Educação Ambiental
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPGADM	Programa de Pós-Graduação em Administração
SINDIVEG	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos Para Defesa Vegetal
TECLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Processos inerentes a institucionalização	33
FIGURA 2 - Modelo teórico.....	50

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Três Pilares	23
QUADRO 2 - Perspectivas teóricas sobre campos organizacionais.....	27
QUADRO 3 - Estágio de institucionalização e dimensões comparativas	34
QUADRO 4 - Regulamentação específica sobre defensivos agrícolas	38
QUADRO 5 - Síntese dos aspectos metodológicos.....	49
QUADRO 6 - Categoria de análise e constructos	53
QUADRO 7 - Associados ADDCS	57
QUADRO 8 - Perfil dos entrevistados.....	59
QUADRO 9 - Principais atores do campo organizacional	62
QUADRO 10 - Classificação de embalagens laváveis.....	66
QUADRO 11 - Identificação e separação de embalagens	69
QUADRO 12 - Frequência de Contato.....	83
QUADRO 13- Atividades de celebração do Sistema Campo.....	85
QUADRO 14. Fatores que influenciaram a institucionalização por meio dos relacionamentos interorganizacionais	89
QUADRO 15 Artigos Selecionados	107

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.3 OBJETIVOS	15
1.3.1 Objetivo Geral.....	15
1.3.2 Objetivos Específicos.....	15
1.4 JUSTIFICATIVA	16
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 TEORIA INSTITUCIONAL: CONCEITOS E RELAÇÕES RELEVANTES.....	20
2.1.1 A Legitimidade.....	24
2.1.2 Campos organizacionais e Relacionamentos.....	26
2.1.3 Institucionalização dos processos organizacionais.....	32
2.2 A LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS.....	35
2.2.1 A legitimidade na logística reversa de defensivos falsificados/piratas.....	39
2.3 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.....	43
2.3.1 Institucionalização de Relacionamentos Interorganizacionais.....	45
3 METODOLOGIA	49
3.1 SÍNTESE DA METODOLOGIA E MODELO TEÓRICO	49
3.2 EPISTEMOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA	52
3.3 CATEGORIAS E UNIDADE DE ANÁLISE.....	53
3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E DE ANÁLISE DA PESQUISA.....	55
4 ANÁLISES	57
4.1 ORGANIZAÇÃO FOCO DO ESTUDO.....	57
4.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	59
4.3 CAMPO ORGANIZACIONAL DA ADDCS.....	59
4.4 OS PROCESSOS DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS.....	65
4.5 INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE LOGÍSTICA REVERSA.....	71
4.5.1 Habituação.....	73
4.5.2 Objetificação.....	77
4.5.3 Sedimentação.....	80
4.6 OS RELACIONAMENTOS E SEUS IMPACTOS NO CAMPO ORGANIZACIONAL.....	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICES	107
APÊNDICE 1. ARTIGOS REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA:Artigos Selecionados	107
APÊNDICE 2 - FICHAMENTO DA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.....	110
APÊNDICE 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	118

1 INTRODUÇÃO

A comercialização de defensivos agrícolas compreende uma série de atividades comerciais e industriais, além de seguir requisitos legais que permitem e normatizam tais atividades, contribuindo significativamente com a economia (MAGALINI, KUEHR; BALDÉ, 2015). No Brasil busca-se minimizar problemas ambientais gerados a partir do consumo e destinação incorreta das embalagens de defensivos agrícolas por meio de leis que regulamentam todo o processo de retorno.

Notavelmente, o processo de comercialização de defensivos agrícolas possui uma abrangência política, econômica e social, envolvendo assim, o relacionamento entre diversos atores; não apenas as condições de produção e comercialização desses produtos, mas, sobretudo, os aspectos de logística reversa atrelados aos fatores que delimitam e norteiam tais relacionamentos.

O processo de comercialização de defensivos agrícolas foi inicialmente regido pela lei nº 7.802/1989, regulamentada pelo decreto nº 4.074/2002, e que dispunha principalmente sobre os mecanismos de formulação, aplicação e comercialização de defensivos agrícolas, além de outras providências. No entanto, essa lei não tratava especificamente sobre o recolhimento das embalagens. Surgiu então a lei nº 9.974/2000, que regulamenta o processo de retorno e manuseio das embalagens após seu uso, tornando as indústrias produtoras e também os distribuidores responsáveis por seu recolhimento.

Com isso, foi implementado o programa chamado Sistema Campo Limpo, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV), que compartilha com distribuidores, produtores rurais, órgãos fiscalizadores e transportadoras as diferentes funções que competem para o retorno adequado de todas as embalagens que serão recicladas ou incineradas.

O processo de logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas ocorre em todo Brasil, ou seja, possui abrangência nacional. No entanto, este estudo terá como foco a região Centro Sul do estado do Paraná. Ressalta-se que nesta região há grande volume de produção agrícola e alto índice de consumo de defensivos. Com o propósito de promover o adequado retorno aos responsáveis finais pelas embalagens, surgiu a Associação dos Distribuidores de Defensivos do Centro Sul (ADDCS). Atualmente a ADDCS é formada por vinte e oito distribuidores associados, que contribuem para o processo de logística reversa das embalagens.

A necessidade de conformidade à legislação e às pressões sociais, os fabricantes e distribuidores de defensivos agrícolas tornam-se responsáveis não apenas pela produção e comercialização, mas também pela correta destinação das embalagens. Sob esta lógica, por meio do corpo de conhecimento da teoria institucional, é possível averiguar que as organizações redefinem sua visão de trabalho (TOLBERT; ZUCKER, 1999). Ademais, a teoria institucional pressupõe que “as organizações são influenciadas por pressões normativas, às vezes provenientes de fontes externas, como o Estado, outras vezes decorrentes da própria organização” (ZUCKER, 1987, p. 443), de modo que as organizações não mais são vistas como sistemas fechados, mas ao contrário, como sistemas abertos que se relacionam com o ambiente ao qual pertencem em aspectos culturais e sociais (SCOTT, 2008).

As pesquisas com perspectiva institucional destacam o conceito de campo organizacional, bem como seus aspectos técnicos e institucionais que afetam a interconexão entre os atores, vistos como elemento essencial, que consolidam padrões e atitudes que formalizam o processo de interação social (FONSECA; AUGUSTO, 2008).

Logo, o estabelecimento de relacionamentos possui ligação intrínseca ao conceito exposto na teoria institucional, diante das condições interorganizacionais e do ambiente ao qual estão inseridas, no sentido de transição de conhecimentos e características que proporcionem desenvolvimento ao conjunto dos atores que fazem parte desta troca, podendo afetar o campo organizacional enquanto institucionalização dos processos (BALESTRIN; VARGAS, 2004).

Por isso, o conceito de redes, na perspectiva de relacionamentos, destaca a condição do compartilhamento de informação, conhecimentos e habilidades, visando não apenas à sobrevivência, mas à inovação nos processos. De modo geral, os relacionamentos construídos a partir da formação de uma rede facilitam a sinergia entre diferentes empresas em prol de objetivos comuns, fazendo com que os procedimentos adotados possam ser incorporados e legitimados (BENGTSSON; KOCK, 1999; BALESTRIN; VARGAS, 2004).

Diante dessas breves considerações, este trabalho teve como propósito **compreender como os relacionamentos interorganizacionais afetam a institucionalização dos processos de logística reversa das embalagens de defensivos agrícolas na região Centro Sul do Paraná.**

O interesse em estudos na área da teoria institucional, dos relacionamentos e no processo de institucionalização, surgiu inicialmente, por meio de interações empresariais, atrelado aos requisitos do ambiente ao qual estão inseridas. Assim, a escolha do tema vinculou-se diretamente à preocupação em mostrar a operacionalização do processo de

logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas, bem como os relacionamentos entre os atores envolvidos neste processo; desde a sua produção e distribuição até a destinação final dos recipientes de defensivos agrícolas, considerando que o descarte incorreto das embalagens acarreta vários problemas à sociedade como um todo.

A organização e seus relacionamentos fazem parte do processo de institucionalização e estão relacionados ao ambiente em que a empresa está inserida, assim caracterizado como campo organizacional. Ou seja, sob a ótica das perspectivas institucionais, existem regras, padrões, aspectos culturais e sociais que influenciam o modo de agir das organizações e estas trabalham conforme esses parâmetros (NORTH, 1990; SCOTT, 2003; BULGACOV et al, 2007). Considerou-se ainda a importância da reciclagem do material, a fim de minimizar uma série de problemas, e que é impulsionada por uma condição legal que determina que todas as embalagens devem ser devidamente recolhidas (INPEV, 2017).

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Apesar da abrangência do processo de comercialização de defensivos agrícolas e o envolvimento de diversos atores no que tange à produção, comercialização e logística reversa das embalagens, há uma série de fatores que delimitam e norteiam estes relacionamentos. Logo, questiona-se: **de que modo os relacionamentos interorganizacionais afetam a institucionalização dos processos de logística reversa das embalagens de defensivos agrícolas na região Centro Sul do Paraná?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender como os relacionamentos interorganizacionais afetam a institucionalização dos processos de logística reversa das embalagens de defensivos agrícolas na região Centro Sul do Paraná.

1.3.2 Objetivos Específicos

a) Caracterizar o campo organizacional da Associação dos Distribuidores de Defensivos do Centro Sul (ADDCS), no período de 2001 à 2018;

- b) Identificar os processos de logística reversa de embalagem de defensivos agrícolas;
- c) Descrever os relacionamentos entre os atores que compõem o campo organizacional;
- d) Identificar a fase de institucionalização dos processos de logística reversa no campo organizacional da ADDCS, desde sua implantação no ano 2001; e
- e) Verificar o impacto dos relacionamentos na institucionalização dos processos da logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas na região Centro Sul do Paraná.

1.4 JUSTIFICATIVA

Este estudo, realizado no âmbito do PPGADM-UNICENTRO, está concentrado na linha de pesquisa “Estratégia”, a qual está direcionada ao estudo dos relacionamentos das organizações no que tange à sua influência na institucionalização dos processos de logística reversa de defensivos agrícolas na região Centro-Sul do Estado do Paraná.

As organizações fazem parte de um ambiente constituído por normas, regras, questões culturais, ambientais e econômicas. Relacionado a isso, nota-se que existem condições que permeiam os relacionamentos e as atividades dentro de uma rede e que estão atreladas a fatores que delimitam essas relações (MEYER; ROWAN, 1977).

Ainda em relação a esses aspectos, compreende-se que as escolhas estratégicas estão relacionadas à condição de influência entre ambiente e organização, em que um poderá influenciar o outro e vice-versa. Mas o sentido desse processo, na visão de Scott (2003), é dinâmico e suficiente para impulsionar as relações organizacionais. Para tanto, se julga o ambiente como técnico e institucional: o primeiro sob a ótica de recursos e resultados, o segundo, representando fatores sociais, os quais incluem normas com intuito de definir parâmetros de relações e vivência (BULGACOV et al., 2007).

Na visão de Faulkner (2003), a atividade cooperativa entre firmas/empresas proporciona maior sucesso no mercado em relação ao desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias, melhoria global frente às características de mercado, proporcionando uma superação na condição de concorrência, garantindo, dessa forma, alianças estratégicas. O autor ainda destaca dois tipos diferentes de rede e alianças estratégicas, as quais são baseadas na condição de aprendizagem e habilidade de substituição: a condição de aprendizagem se volta, por exemplo, à *joint venture* e as características de habilidade de instituição possuem

ênfase em acordos de distribuição, redes, corporações virtuais, ou seja, características diferentes de alianças.

Estudos na área de estratégia, organizações e sociedade, como os de Dimaggio (1986), Oliver (1990), Tolbert e Zucker (1999), têm demonstrado desenvolvimento voltado à complexidade das ações e decisões que partem de uma vertente econômica e sociológica, buscando, além da racionalidade de sobrevivência sob aspectos de resultados, foco nos processos pertencentes ao ambiente que a empresa está inserida, seja com cunho ambiental, humano ou outros. Sobretudo, este estudo busca de certo modo compreender a partir da perspectiva institucionalista de base sociológica o modo como os relacionamentos têm interferido na rotina de trabalho da logística reversa de embalagens de defensivos, e ainda, se influenciaram na legitimação das práticas tornaram-se legítimas perante todos os atores relevantes do campo organizacional (CARRIERI, 2006).

A teoria institucional se caracteriza sob várias perspectivas baseadas nas lógicas institucionais, como por exemplo, sob as condições de mercado que influenciam as decisões e a rotina da organização, e sob as próprias situações internas que moldam os comportamentos organizacionais (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2005). Nota-se que além da teoria institucional, para o entendimento e discussão da problemática desta dissertação, faz-se extremamente relevante a aproximação da teoria de redes e conectividade entre os atores, como suporte às discussões realizadas neste estudo.

A partir dos conceitos caracterizados pela teoria de redes, há a possibilidade de se analisar e compreender fenômenos sociais (NOHRIA, 1992), uma vez que a teoria de redes servirá como instrumento para se conhecer os principais atores que fazem parte do campo organizacional analisado nesta pesquisa, bem como identificar aqueles que possuem maior conectividade e disseminação de informações; neste caso, a compreensão das práticas em torno da logística reversa das embalagens de defensivos agrícolas.

Além das teorias tomadas como base para o estudo, nota-se que diante das mudanças acarretadas pela evolução humana, aspectos ambientais geram muitas discussões em busca da preservação e manutenção ambiental. Na agricultura esse processo não é diferente. Para tanto, discute-se a logística reversa das embalagens de defensivos, para o entendimento do caso em estudo, com o intuito de se promover o cuidado com o meio-ambiente, saúde e segurança da sociedade (CONVENÇÃO DE ROTEDÃ, 2009; WAICHMAN, 2012; INPEV, 2017).

Dessa forma, esta pesquisa se propôs a compreender quais são os processos que envolvem a atuação dos diferentes atores na logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas no Centro Sul do Paraná, considerando que a cadeia reversa inicia-se após a

aquisição dos defensivos, seu uso, manuseio e armazenagem para posterior retorno das embalagens. Para Leite (2009), a logística reversa é o retorno dos bens após a sua utilização para o ciclo produtivo novamente. O processo reverso garante a reutilização da embalagem e conscientemente possibilita que o meio ambiente não seja afetado, neste caso, pelas embalagens de defensivos agrícolas.

Segundo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) n. 001/86, o impacto ambiental causa problemas na saúde, segurança e no bem-estar da população devido às alterações no meio ambiente pelas atividades humanas. Nesse aspecto, se faz fundamental o conhecimento das questões relacionadas à logística reversa, que envolvem também o modo adequado de utilização da natureza para suprir as necessidades da sociedade sem que os recursos naturais sejam fortemente afetados, não comprometendo assim, as próximas gerações.

Nesse sentido, a discussão ressaltada nesse estudo sobre a institucionalização dos processos de logística reversa contribui e traz à tona relevantes informações sobre o uso dos defensivos agrícolas, além de toda a atenção ao descarte e destinação das embalagens para que não gerem problemas com contaminação, além de garantir a segurança daqueles que as manuseiam. Para que haja entendimento sobre o tema, torna-se essencial compreender o funcionamento de todo o processo da logística reversa, além dos aspectos de relacionamento, legitimidade e inter-relações. Existem estudos similares que utilizam a teoria de redes interorganizacionais e teoria institucional, no entanto, nenhum deles observa este caso, especificamente.

Sobre o processo de comercialização de defensivos agrícolas e retorno das embalagens enquanto logística reversa, como já citado anteriormente, é importante compreender todo o funcionamento e desdobramento do processo. Aliás, nesse caso em estudo, há uma situação peculiar, relacionada à característica legal e ilegal dos produtos comercializados, uma vez que apenas fazem parte da logística reversa os produtos tidos como legais. Isso pode interferir substancialmente no estudo quanto à institucionalização do processo e o seu entendimento sobre as diferentes fases de institucionalização propostas por Tolbert e Zucker (1999).

De modo geral, o estudo demonstra que a teoria institucional permite identificar se realmente há aceitação dos processos e o quanto estão institucionalizados, ou seja, se realmente foram legitimados ou ainda existe a necessidade de adaptação e conscientização sobre a importância da logística reversa. De acordo com a teoria, se o processo não estiver institucionalizado isso representa que ainda não está totalmente aceito e que apresenta resistência para entrega das embalagens. Caso não ocorra a devolução das embalagens os

danos ao meio ambiente e o risco de contaminação humana e animal com os resíduos podem trazer sérios problemas. Além disso, todos os envolvidos no processo têm que estar conscientizados, caso contrário, incorrerão em dificuldades na gestão do processo.

O estudo contribuiu teoricamente com teoria institucional e relacionamentos interorganizacionais, visto que o processo de institucionalização pode ocorrer de modo mais breve e alcançar o nível de sedimentação quando há disseminação da ideia entre os atores que fazem parte daquele campo organizacional. O estudo contribuiu ainda de modo prático, no que tange à esfera em estudo, ou seja, no que diz respeito à logística reversa das embalagens de defensivos agrícolas. Pôde-se averiguar a importância da institucionalização do processo que envolve diversos atores, permitindo a redução de problemas ambientais e consequentemente a preservação e cuidado do meio ambiente.

Nesse caso, permite-se dizer que a reflexão sobre o modo como as relações se estabelecem estão arraigadas às condições expostas diante dos grupos ao qual pertencem. De modo geral, permite-se averiguar que as fases do processo de institucionalização, os relacionamentos no campo organizacional que interferem na institucionalização e em toda a ação no campo, se tornam legítimos para os envolvidos a partir do momento que internalizam aquelas práticas e já não mais as questionam.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A estrutura da dissertação demonstra como o trabalho está organizado. Este estudo está dividido em cinco capítulos, sendo eles: introdução, referencial teórico, metodologia, análises e considerações finais. A introdução contempla a contextualização do tema, a apresentação das teorias que serão discutidas no decorrer do trabalho, os objetivos e o problema de pesquisa. No referencial teórico, inicialmente apresenta-se a análise sistemática da literatura, a qual possui o intuito de evidenciar as principais publicações relacionadas ao tema da pesquisa; na sequência são expostos os principais conceitos sobre as teorias que formam o estudo. Os procedimentos metodológicos demonstram as categorias de análise, classificação da pesquisa e os instrumentos de coleta e análise dos dados. Em seguida, discute-se e são apresentados os resultados a partir de pesquisa realizada em campo. Por fim, as considerações finais, formadas a partir de contribuições e indicação de novos estudos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA INSTITUCIONAL: CONCEITOS E RELAÇÕES RELEVANTES

Neste capítulo, serão abordados conceitos relacionados ao institucionalismo organizacional, principalmente relacionados ao processo de institucionalização e à legitimidade. Os principais conceitos e definições que permeiam os tópicos anteriormente citados, com intuito melhor de compreender a relação de aceitação de determinados processos ou situações.

Estudos que empregam os conceitos de teoria institucional se voltam às organizações e têm se desenvolvido desde 1940 (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Notavelmente, a teoria institucional de base sociológica teve seu destaque ao observar os aspectos organizacionais frente ao ambiente em que está inserida; ou seja, avalia comportamentos, crenças, mudanças, mitos, normas, valores, símbolos, cultura, e acaba por transcender o conceito inicial do jogo de regras entre instituições e organizações (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; SCOTT, 2001; MACHADO-DA-SILVA et al., 2003).

A teoria institucional de base sociológica nasceu da vertente de ciência política, consideração de base sociológica também chamada neoinstitucionalismo, observando questões relacionadas ao poder e como este influencia nas decisões; essas características seguem os pensamentos de Max Weber. A mesma teoria defende normas, padrões, crenças e valores que condicionam e determinam, muitas vezes, a forma de pensar e agir dos indivíduos (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983).

A teoria institucional apresenta duas concepções iniciais divididas por características centrais: a primeira baseada no aspecto racional econômico, também chamado de técnico, com objetivos a serem conquistados; na segunda, observa-se, além disso, o aspecto social, sua simbologia cultural como fator influenciador das rotinas (REED, 2000). Substancialmente, esse é o marco e divisor de águas, pois ressalta o ambiente organizacional como representação de rotinas e decisões, com intuito de minimizar as incertezas a partir da interação (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; NORTH, 1990; DIMAGGIO; POWELL, 1991).

A teoria institucional, enquanto neoinstitucionalismo, cria uma nova perspectiva e vai contra a característica puramente racionalista, buscando o desenvolvimento de pensamentos que assegurem que as organizações são influenciadas pelo ambiente que estão inseridas, o chamado efeito social de Berger e Luckmann (1994). Para tanto, as influências sociais e

econômicas sobre a teoria institucional despertam um olhar diferenciado sobre as organizações. Dessa forma, características como campo organizacional, legitimidade e isomorfismo, surgem a fim de ilustrar as novas dimensões da teoria institucional, sob o aspecto de relacionamento com o ambiente. Por isso, ressalta-se a coerência e importância deste estudo.

A partir do momento que se listam estas características, tem-se o conceito de realidade socialmente construída por elementos, sendo material, cultural, simbólica, interna e externa (SMIRCICH; STUBBART, 1985; GUARIDO FILHO, 2001; FONSECA, 2003). De acordo com Berger e Luckmann (1994) as características citadas anteriormente se mostram como fonte norteadora para organizações serem vistas como parte do processo social, sendo reflexo do campo organizacional.

Sobre o conceito de organização, há duas abordagens diferentes, caracterizadas como ambiente técnico e institucional. O ambiente técnico, basicamente retrata o aspecto econômico e de comercialização, no sentido de troca (SCOTT, 2008). O ambiente institucional, por sua vez, é visto como normas, aspectos culturais/ sociais que ocorrem para gerar legitimidade ou aceitação por parte daqueles envolvidos no processo (SCOTT, 2008).

Selznick (1957) caracteriza o processo de institucionalização como a ação que se torna contínua, se fortalece e se repete, assumindo então, a expectativa de institucionalização a partir da prática. Destaca-se, no entanto, o processo, verdadeiramente a institucionalização como processo, no qual a repetição e as atividades se tornam habituais (SCOTT, 1987). Para Berger e Luckmann (1967) a institucionalização advém de três fases: externalização, objetivação e internalização. A externalização representa as condições vivenciadas por todos aqueles que fazem parte do ambiente em que as instituições estão inseridas, sobretudo, a maneira como as coisas acontecem; todos os envolvidos têm sua representatividade e influência (objetivação), então cada um abstrai aquilo que lhe convém para formação de sua estrutura (internalização) (SCOTT, 1987; ROSSETTO; ROSSETTO, 2005).

As instituições por sua vez são compreendidas como composições de “[...] elementos cognitivo-culturais, normativos e regulativos” (SCOTT, 2003, p. 48). O processo de institucionalização ocorre a partir da particularização de situações que acontecem dentro da sociedade e que, no decorrer do tempo, são aceitas e objetivadas, tornando-se, de algum modo, habituais e inquestionáveis; concorrem ainda, a participar dos fatos e, sendo estes aceitos, tornam-se arraigados aos processos (GUARIDO FILHO, 2008).

A partir dos estudos de Weber (1996) descritos no livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, firmam-se alguns conceitos que se tornam fatores impulsionadores

de novas teorias e entendimentos, como a teoria institucional. Anteriormente ela destacava o homem como portador da razão, caracterizando assim os níveis de racionalidade como substancial e funcional. A racionalidade funcional ou instrumental é aquela que se baseia no cálculo cuja qualidade e conteúdo inerente às ações buscam alcançar metas e objetivos pré-estabelecidos.

Em suma, a racionalidade instrumental está relacionada a projeções, maximização de recursos, êxito e resultados, desempenho, rentabilidade, estratégia interpessoal e influência sobre o outro. Já a racionalidade substantiva diz respeito à atuação nas organizações respeitando condições sociais, ou seja, está no modo de fazer as coisas. Para Guerreiro Ramos (1989) a racionalidade substantiva busca desenvolver suas características potenciais e eliminar aspectos desfavoráveis (GUERREIRO RAMOS, 1989; SERVA, 1993; SERVA, 1996).

A racionalidade instrumental retrata um caráter funcionalista, com olhar voltado a suas ações e resultados, relacionado aos conceitos de eficiência e eficácia; logo, avalia-se sua utilidade por meio de ações calculadas na relação meio e fim, o que demonstra, de modo geral, o custo-benefício de determinada situação. A racionalidade substantiva busca compreender a ação humana e os juízos ou julgamentos éticos e de valor sob caráter avaliativo, no que diz respeito à satisfação e valores atribuídos às ações entre organizações, indivíduos e sociedade como um todo (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Finalmente, define-se como neoinstitucionalismo o isomorfismo que reflete as características políticas, sociais, econômicas e institucionais que podem ser representadas por um poder condicionado ou competitivo. A partir do processo de institucionalização, percebe-se duas novas considerações a respeito da teoria institucional frente à condição prática. Trata-se da legitimidade e do isomorfismo. A legitimidade é considerada como a aceitação dos processos sociais, culturais, normas e regras (DIMAGGIO; POWELL, 1983; SCOTT, 2001).

Corroborando ao que é discutido sobre legitimidade, o isomorfismo ao buscar igualar os padrões adotados no campo organizacional, se subdivide em duas vertentes: a competitiva e a institucional. A competitiva tem como foco a competição de mercado e ajustes derivados em decorrência das estruturas econômicas, enquanto que a institucional se subdivide em três categorias: coercitiva, mimética e normativa. O isomorfismo institucional é provável e evidente para instituições que buscam legitimidade (MACHADO-DASILVA; FONSECA, 1993; DIMAGGIO; POWELL, 1983; 1991).

As instituições são compreendidas como composições de “[...] elementos cognitivo-culturais, normativos e regulativos que [...] fornecem estabilidade e significado à vida social”

(SCOTT, 2003, p. 48). O processo de institucionalização ocorre a partir da particularização de situações que acontecem dentro da sociedade e que, no decorrer do tempo, são aceitas e objetivadas, que se tornam de algum modo habituais, são inquestionáveis e aceitas, tornando-se arraigadas aos processos (GUARIDO FILHO, 2008).

Em relação à teoria institucional, discute-se o conceito de contexto institucional, que integra as capacidades do ambiente técnico e institucional em que a organização está presente. Ressalta-se que o ambiente técnico é representado por meio das trocas que ocorrem e sua capacidade em manter suas atividades; por outro lado, o ambiente institucional demonstra as condições sociais que permeiam os processos e ações das organizações promovendo suporte contextual. Ressalta-se ainda que o contexto ambiental refere-se ao nível de análise relacionado à organização, podendo ser local, regional, nacional e internacional (SCOTT, 1992; GUARIDO FILHO; MACHADO-DA-SILVA, 2001).

Além disso, as instituições possuem três pilares que funcionam como suporte aos seus processos e que são interdependentes; são eles: regulatório, normativo e cultural-cognitivo (SCOTT, 2001). O pilar regulatório possui aspecto coercitivo e utiliza de leis e regras para condicionar o ambiente e processos; notam-se nesse caso aspectos de dominação a partir da figura do poder. No pilar normativo se relacionam valores e normas, resultantes da adequação ou do isomorfismo normativo, também considerado como de profissionalização. Por fim, o cultural cognitivo, que ressalta a função das instituições com seu aspecto social; as representações e simbolismos como mecanismos provenientes do processo de institucionalização (DIMAGGIO e POWELL, 1983; SCOTT, 2001; MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005).

Quadro 1 - Três Pilares

	Regulatório	Normativo	Cultural-Cognitivo
Bases de Conformidade	Utilidade	Obrigaç�o social	Aceita�o de pressupostos e Entendimento compartilhado
Bases de Ordem	Regras regulat�rias	Expectativa de ades�o	Esquemas Constitutivos
Mecanismos	Coercitivo	Normativo	Mim�tico
L�gica	Instrumental	Adequa�o	Ortodoxia
Indicadores	Regras, Leis e San�oes	Certifica�o e Aceita�o	Cren�a comum e L�gica compartilhada de a�o
Bases de Legitima�o	Legalmente sancionado	Moralmente governado	Conceitualmente correto e Culturalmente sustentado

Fonte: Scott (2001, p. 51).

De acordo com o quadro 1, podem-se identificar as principais características resultantes dos diferentes métodos, ou seja, a representa o enquanto condi o norteadora para o ambiente organizacional. As diferentes abordagens não devem se limitar   análise

institucional, pois são consideradas analíticas, e, ao mesmo tempo, independentes; podem ser ainda, complementares (SCOTT, 1998; MACHADO-DA-SILVA, GUARIDO FILHO, NASCIMENTO E OLIVEIRA, 2003). Os três pilares destacam uma avaliação institucional a partir de parâmetros de controle, significados e ações (DIMAGGIO; POWELL, 1991), o que vem certificar a importância e a razão em se compreender os aspectos de institucionalização de processos e sua legitimidade nos campos organizacionais (SCOTT; MEYER, 1994). Os três pilares permitem também a compreensão dos elementos que constituem a realidade social dos atores de determinado campo organizacional, e portanto, as ações aceitas e/ ou legitimadas, determinando, muitas vezes, seu processo de institucionalização.

2.1.1 A legitimidade

As relações de diferentes indivíduos e os grupos aos quais pertencem sugerem o estudo de relacionamentos, sua formação e suas características, no que tange às inter-relações entre os membros de determinada rede, na defesa de seus interesses e busca de resultados. Relacionado a isso, nota-se que existem condições que permeiam esses relacionamentos e atividades dentro de uma rede, assim estas estão atreladas a fatores que delimitam essas relações. Nesse caso, o *modus operandi* em uma rede baseia-se em fatores que motivam e legitimam as ações de cada indivíduo ou grupo.

Também, discutem-se as dimensões da legitimidade (SCOTT, 2003), como aparentam e convencem determinados procedimentos realizados entre um grupo de indivíduos, e assim, desenvolvem determinada aceitação e convencimento. Logo, os mecanismos isomórficos corroboram com a legitimidade, decorrente dos aspectos coercitivos, miméticos e normativos (DIMAGGIO; POWELL, 2007). O confronto entre as ideias de Scott (2003) e Dimaggio e Powell (2007) permite uma análise sobre o que impulsiona e possibilita que estruturas, políticas e as condições de vida em sociedade sejam aceitas e legitimadas, no sentido de concordância voluntária ou involuntária com determinada situação. Sendo assim, nem sempre é submissa a aceitação forçada ou imposta.

Finalmente, os conceitos foram relacionados e aplicados em um modelo síntese que se propõe a observar as condições de aceitação e legitimidade de padrões estabelecidos, com base nos escritos de Scott (2003) e Dimaggio e Powell (2007), demonstrando como se configuram os relacionamentos em seu sentido amplo, no entanto, primordial para generalização do estudo, como método adotado.

As instituições têm um intuito maior relacionado à percepção social, ou seja, sua relação com ambiente externo de modo que haja padrões de legitimidade. “Instituições exibem propriedades estruturais mais permanentes nos sistemas sociais, o que pode associá-las a condições de resistência à mudança” (GUARIDO FILHO, 2008, p. 20).

A origem do termo legitimidade está relacionada a uma ordem social, um governo, ou a normas, leis. Ainda, pode ser discutida sobre três enfoques diferentes (ROSSONI, 2009): o primeiro visa à ordem social, relacionado à obediência e à moral, O segundo representa o caráter político, representado por leis e normas (WEBER, 1991). Já o terceiro é antropológico, no sentido de uma fase que reconhece e aceita determinada situação por seu caráter hereditário e de ordem (BROWN, 1932). Pode-se traçar um comparativo com os escritos de Weber quando trata legitimidade frente a poder, argumentando que pode ocorrer o domínio a nível social, caracterizados como legal, tradicional e carismática (WEBER, 1991).

A legitimidade então pode ser visualizada a partir da teoria do poder e dos tipos de dominação destacados por Weber; na sequência, pode ser notada pelo consenso ou conflito, que ocorre muitas vezes por conta dos valores legítimos. E pelo conflito percebe-se nitidamente a relação com poder, em que a ação é ordenada por regras e obrigações como modo de inibir atitudes, de acordo com que se almeja (WEBER, 1991; ROSSONI, 2009).

Portanto, a discussão que envolve organizações e instituições, também retrata informações e materiais imbricados ao processo, além da necessidade de aceitabilidade social (SCOTT et al., 2000). Sobre isso, Suchman (1995) define legitimidade como concepções generalizadas que favorecem ações de um sistema socialmente controlado por normas, valores, crenças e definições. Ressalta-se ainda o conceito de legitimidade indicado por Scott (2003), o qual denota a capacidade atribuída ao valor simbólico e que são compartilhadas entre grupos.

Ao se avaliar e julgar aspectos de legitimidade, não se pode dizer que será algo objetivo de definições claras. De acordo com Rossoni (2009, p. 31) “diante da inferência de que algo é legítimo por estar de acordo com um padrão, não fica claro se essa avaliação é de natureza puramente objetiva ou também de natureza subjetiva”. E, novamente, destaca-se a razão dos três pilares para a legitimidade, pois o legítimo opera em consonância com requisitos legais, morais e culturalmente aceitos; certamente os três pilares em determinadas ocasiões podem convergir e em outras serem conflitantes.

A legitimidade, sobretudo, faz parte das discussões relacionadas aos processos de institucionalização e sua característica organizacional. As organizações inseridas em ambientes regulados por instituições representam um sistema social (PARSONS, 1956).

Logo, retrata-se como resultante das rotinas organizacionais e que depende da interpretação e aceitação dos atores associados ao processo organizacional (PFEFFER; SALANCIK, 1978). Para tanto, a compreensão do conceito de legitimidade quando em estudos organizacionais, corrobora no entendimento das situações que levam a determinados processos e estruturas; sendo assim coerentes as intenções de um sistema socialmente construído.

Diante dos apontamentos citados acima, cabe destacar como as mudanças interferem nas organizações e são legitimadas e institucionalizadas. Todos esses atributos fazem parte do entendimento e análises deste estudo, para no final identificar alguns fundamentos relacionados às teorias no caso em estudo.

2.1.2 Campos organizacionais e relacionamentos

A caracterização do campo organizacional nos estudos institucionais é de suma importância, considerando que busca identificar todos os atores ou indivíduos reconhecidos como significativos e que interagem e influenciam rotineiramente de algum modo na sobrevivência e continuidade das organizações. Mas, além das ações relacionadas a cada ator, a perspectiva de campo organizacional busca a reciprocidade e os novos direcionamentos, repercutindo assim sobre o processo de institucionalização, uma vez que as análises institucionais ressaltam o aspecto simbólico, regras e valores, geralmente traduzidos pelas lógicas institucionais (SCOTT, 1994; SCOTT, 2001; DIMAGGIO; POWELL, 2005).

Existe a necessidade de caracterização do campo, e para que isso ocorra são definidos alguns aspectos, inicialmente sua amplitude, dominação, troca de informações, consciência sobre a participação de um grupo e das suas ações, fronteiras, mudanças e lógicas (DIMAGGIO; POWELL, 1983; SELZNICK, 1996).

O campo organizacional é visto como a inter-relação dos atores que possuem estruturas, processos e interações em um sistema, com objetivos próximos e simultâneos. E quando se aborda a estruturação frente aos aspectos de institucionalização, para caracterização do campo organizacional, compreende-se inicialmente que apenas estruturação terá maior atenção em normas legais que dão direcionamento. Na perspectiva de institucionalização, por sua vez, observa-se a estrutura sob condições culturais (JEPPERSON, 1991; MEYER; BOLI; THOMAS 1994).

O conhecimento transcende um agente qualquer, mas personaliza e personifica um grupo de atores, dessa forma, argumenta-se que o conhecimento é recíproco e caracterizado a partir das trocas em diversas situações e processos. Observa-se que as trocas, no sentido

também de conhecimento, refletem um conjunto de regras e padrões, consideradas propriedades estruturais (COHEN, 1989; GIDDENS, 2000).

Os campos organizacionais são formados a partir de uma estrutura que relaciona a cultura, a noção cognitiva e a normativa. Para a estruturação do campo, deve haver um direcionamento comum, características isomórficas; estruturas equivalentes e subjacentes e fronteiras que delimitam o campo (SCOTT, 2001).

De acordo com Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006), existem vários autores e abordagens que tratam e discutem campo organizacional, e assim descreveram objetivamente os principais achados em relação a estas diferentes abordagens, conforme mostra o quadro 2.

Quadro 2 - Perspectivas teóricas sobre campos organizacionais

Perspectiva Teórica	Autores	Elementos-chave	Descrição
Campo como a totalidade dos atores relevantes	DiMaggio; Powell.	Significação e Relacionamento	Organizações que partilham de sistemas de significados comuns e que interagem mais frequentemente entre si do que com atores de fora do campo, constituindo assim uma área reconhecida da vida institucional.
Campo como arena funcionalmente específica	Scott; Meyer.	Função Social	Organizações similares e dissimilares, interdependentes, operando numa arena funcionalmente específica, compreendida técnica e institucionalmente, em conjunto com seus parceiros de troca, fontes de financiamento e reguladores.
Campo como centro de diálogo e discussão	Hoffman; Zietsma; Winn.	Debate por Interesse Temático	Composto por organizações, muitas vezes com propósitos dispares, que se reconhecem como participantes de um mesmo debate acerca de temáticas específicas, além daquelas preocupadas com a reprodução de práticas ou arranjos institucionais relacionados à questão.
Campo como arena de poder e conflito	Vieira; Carvalho; Misoczky.	Dominação e Poder de Posição	Campo como resultado da disputa por sua dominação, numa dinâmica pautada pela (re)alocação de recursos de poder dos atores e pela sua posição relativa a outros atores.
Campo como esfera institucional de interesses em disputa	Fligstein; Swedberg; Jepperson.	Poder e Estruturas Cognitivas	Construções produzidas por organizações detentoras do poder, que influenciam as regras de interação e de dependência do campo em função de seus interesses, que por sua vez, são reflexos de sua posição na estrutura social.
Campo como rede estruturada de relacionamentos	Powell; White; Owen Smith	Articulação Estrutural	Redes de interação em especial, normalmente mais integradas e entrelaçadas, que emergem como ambientes estruturados e estruturantes para organizações e indivíduos, revelados a partir de estudos topológicos e de coesão estrutural.

Fonte: Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006).

Como principais elementos, percebe-se que análise de estrutura, condições sociais, dominação, poder e relacionamentos são destaques entre as diferentes abordagens. Nota-se

que em todas as abordagens salienta-se a esfera de relacionamentos; alguns citam maior dependência e outros que os atores são díspares, mas em alguns momentos reconhecem a necessidade de troca entre eles.

Argumenta-se também que a análise de campo se aproxima da análise de redes sociais, porém, ao se tratar de campo, vai-se além, pois o conceito de redes busca analisar atores que possuem uma aproximação e sua frequência de contato, além de demonstrar aqueles que possuem maior destaque ou maior disseminação de informações. Ao se tratar campo, no entanto, outros componentes também são vistos e analisados, como por exemplo, o simbolismo e os aspectos culturais-cognitivos (DIMAGGIO; POWELL, 1983; SCOTT, 1994). Em suma, Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006, p. 60) inferem que “(1) entende-se a estrutura de campo como um maior (macro) ambiente organizacional e ator como um (micro) agente comportamental; (2) foca-se a dinâmica de rede como a chave para a co-evolução desses, e (3) propriedades de coesão das redes”.

Salienta-se que as organizações fazem parte de um ambiente institucional, que compartilham diversos elementos simbólicos, culturais, valores, mitos, crenças e filosofias. Necessariamente, esses elementos moldam as ações dentro das organizações, entendidas como atores a partir da ótica de redes de relacionamentos (SMIRCICH; STUBBART, 1985). Para tanto, nota-se a relação entre a teoria institucional, sob a ótica de campo organizacional e a teoria de redes como relacionamentos.

Campos organizacionais podem ser compreendidos como práticas sociais existentes e desenvolvidas a partir de regras e relacionamentos, que envolvem atores e grupos de atores que atuam sob uma mesma perspectiva. Ainda referente à análise de campos organizacionais e relacionamentos, nota-se a difusão de ações, muito relacionada à interpretação dos atores de aspectos reguladores relacionados ao poder e posicionamento de cada um em uma coletividade (FLIGSTEIN, 1991).

Nesse caso, quando conectados campos organizacionais e relacionamentos podem ser entendidos com auxílio da teoria de redes, e podem ser justificados pela necessidade de mapeamento do campo organizacional, no sentido de relacionamentos, como ocorrem e sua importância. O conceito de redes sociais é definido como a relação ou conjunto que sofre influências de características externas, explicado por Bulgacov, et al. (2007, p. 31) como “conjunto de todos os fenômenos externos à população de organizações em análise que a influenciam de forma real e/ ou potencial”. As redes sociais têm por objetivo a análise de estruturas sociais, ou seja, são conjuntos de atores ou atores que se interligam e apresentam

propriedades e relevância individual que acaba por influenciar toda a rede (SCOTT, 2003; BULGACOV, SOUZA, PROHMANN, COSER, BARANIUK, 2007).

Nesse caso, a análise de redes possui relação com diferentes áreas; tanto a matemática, a informática, a sociologia, a psicologia e a estatística corroboram para construção da análise de redes, sob a perspectiva de relacionamentos. No entanto, três principais correntes são consideradas como a base nos estudos de redes sociais; inicialmente, a análise sociométrica a partir dos grafos, relações interpessoais e *cliques*; por fim, a estrutura das relações. A partir da união da teoria institucional, que entende como um dos seus aspectos de análise o campo organizacional a utilização da teoria de redes, sob a perspectiva de relacionamentos, compreender como se dão tais relações, suas características enquanto relacionamentos e seus aspectos de ligação entre os envolvidos (FREEMAN, 1984; WASSERMAN; FAUST, 1994; SCOTT, 2000; ROSSONI, 2006).

Corroborando, de acordo com Sacomano-Neto (2004, p. 3), a análise de redes comporta o estudo de características, tais como: “tamanho da rede, limites da rede [...], estrutura das conexões (caótica ou ordenada), intensidade ou força da relação (frequência e duração da interação), densa ou múltipla, simetria ou reciprocidade da interconexão, tipo de coordenação, centralidade, grau de delegação, natureza das relações”. Para Waarden (1992) existem dimensões compatíveis à análise de dimensões da rede, entendidas como o número de atores, as estratégias por eles adotadas, bem como suas regras, capacidade de institucionalização, poder, funções e estrutura.

Certamente as redes sociais têm o intuito de desenvolver capacidades que favoreçam os relacionamentos e permitam melhores resultados. Na perspectiva de redes existem regras e interesses, que por vezes desenvolvem suas características e aspectos culturais, atreladas ao poder que pode ao mesmo tempo fragmentar ou descentralizar; concomitantemente dependem de acessos que permitam o contato com recursos tangíveis ou intangíveis que gerem resultados (ARAÚJO, 2000; SACOMANO-NETO, 2004).

Por conseguinte, uma das concepções que retrata a influência dos relacionamentos dentro da rede demonstra inicialmente a capacidade baseada nos recursos e trocas, e que estas trocas não necessariamente compreendem apenas aspectos internos a organização. No entanto, demonstram o compartilhamento de itens tangíveis ou intangíveis, mas que ao mesmo tempo definem o modo como pode impactar a condição individual de cada ator dentro da rede a partir das informações, tecnologias ou habilidades (GNYAWALI; MADHAVAN, 2001).

Em termos gerais, isso se traduz, enfatizando aspectos subjacentes, a condição institucional e de estrutura formal que se representa por características, sejam elas, políticas, programas ou procedimentos que racionalizam e reforçam as tarefas dentro da rede, o que tem reflexo externo às organizações e atinge o nível individual. Em outras palavras, afeta o ambiente em que a organização está inserida, mas que permeia a condição interna; nesse caso, destaca-se o relacionamento em redes como organização social (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWEL, 1983).

Ao se abordar a capacidade em relação a recursos, fala-se no fortalecimento a partir de condutas que enfatizam a economia, o retorno e aquisição, fatores estes que influenciam o comportamento competitivo na rede e fortalece ou não os relacionamentos (GNYAWALI; MADHAVAN, 2001). Nohria (1992) menciona as organizações como sistemas abertos que influenciam e são influenciadas pela rede à qual estão inseridas, seja por relações formais ou informais.

Os relacionamentos dentro da rede podem apresentar diferentes modos de interações, caracterizadas por Oliver (1990) como assimétricas, termo que significa desigual ou de algum modo diferente, também entendido como recíproco/ mútuo, eficiente, com efeito real e condições apropriadas, estável e legítimo; ou seja, as influências dos modos de relacionamento demonstram o nível e as condições de envolvimento de diferentes empresas.

As relações interorganizacionais também passam por situações de governança e gestão caracterizadas como o direcionamento tomado dentro da rede a partir de regras definidoras ou norteadoras, e que permitem certo grau de confiança na relação, além de passar a ideia de dinâmica delimitada por regras e condições vinculadas a um poder de liderança, transmitindo a imagem de laços fortes e fracos, ou de cooperação e conflito (ARAÚJO, 2000). Quando se relaciona a análise institucional, se observa a capacidade de lidar com o campo organizacional, não apenas com foco estrutural; em um primeiro momento a teoria de redes também observa de modo mais enfático esta característica estrutural. Porém, a leitura enquanto capacidade institucional é pautada nos aspectos de legitimidade e continuidade organizacional (DIMAGGIO, 1986).

Porém, quando há muita vinculação ou acoplamento, no sentido de dependência de alguns atores por outros, há certa preocupação em relação ao comprometimento de um para com outro e buscam-se desenvolver novos relacionamentos para minimizar falhas. Nas redes difusas, por exemplo, o número de fornecedores é bem maior, o que dificulta e também ameniza a necessidade de desenvolvimento de fornecedores. Nesse caso, a busca de novos

fornecedores não é influenciada pelo posicionamento da empresa focal na rede (NOHRIA, 1992).

O campo organizacional possui fronteiras finitas, porém, muitas vezes imensuráveis, formadas por estruturas e isomorfismos. A partir da análise do campo, é possível compreender processos que são legitimados, por vezes institucionalizados ou até mesmo que se (des)institucionalizaram (SCOTT, 1998). Sendo assim, ressalta-se que a análise de campo organizacional pode contar com o apoio da teoria de redes, a fim de compreender quem são os atores pertencentes à rede, ressalta-se que o campo transcende a rede, mas se faz possível analisar os relacionamentos de alguns atores com a rede, bem como seu dinamismo. Enquanto a rede, como perspectiva de relacionamentos interorganizacionais, mostra os atores, seus relacionamentos e capacidades dentro da rede, os conceitos de campo organizacional a complementam, ressaltando aspectos institucionais, isomórficos, legítimos. Para a formação e relacionamentos interorganizacionais, destaca-se uma sedimentação no sentido de interações que podem conter laços de cooperação, competição e até mesmo alguns conflitos (MACHADO-DA-SILVA; COSER, 2004; OLIVER, 1990).

A competição, em se tratando de relacionamentos interorganizacionais, pode se referir a elementos institucionalizados, que de certo modo são almeçados por todos, nesse caso se intensificando a busca por tais elementos. Além do efeito competição, em alguns momentos, determinadas situações podem gerar mudanças institucionais e conflitos, caracterizadas como desenvolvimento institucional, formação, desinstitucionalização e reinstitucionalização (JEPPERSON, 1991).

De acordo com Balestrin e Verschoore (2008), o fluxo desse processo, no sentido de rede de cooperação, compreende uma sequência de atores interconectados que buscam a solução para um problema ou modo de sobrevivência em conjunto, considerando que o conceito de rede visa o relacionamento de organizações em prol de um objetivo comum (SORDI et al., 2009). Ainda, através das relações em rede, os impactos estruturais caracterizados representam uma economia organizada, cujos benefícios se estendem a um gerenciamento de informações, de capacidade tecnológica e intelectual (CASTELLS, 1999). Essa mesma capacidade tem reflexos diretos sobre os resultados alcançados pelas organizações formadoras de uma rede.

Este estudo possui como base norteadora de pesquisa o campo organizacional e a rede formada para o retorno de embalagens de defensivos agrícolas, bem como o modo com que se relacionam os diferentes atores pertencentes à rede, sua organização, frequência e importância de contato, liderança, além das vantagens e desvantagens relacionadas a este processo.

2.1.3 Institucionalização dos processos organizacionais

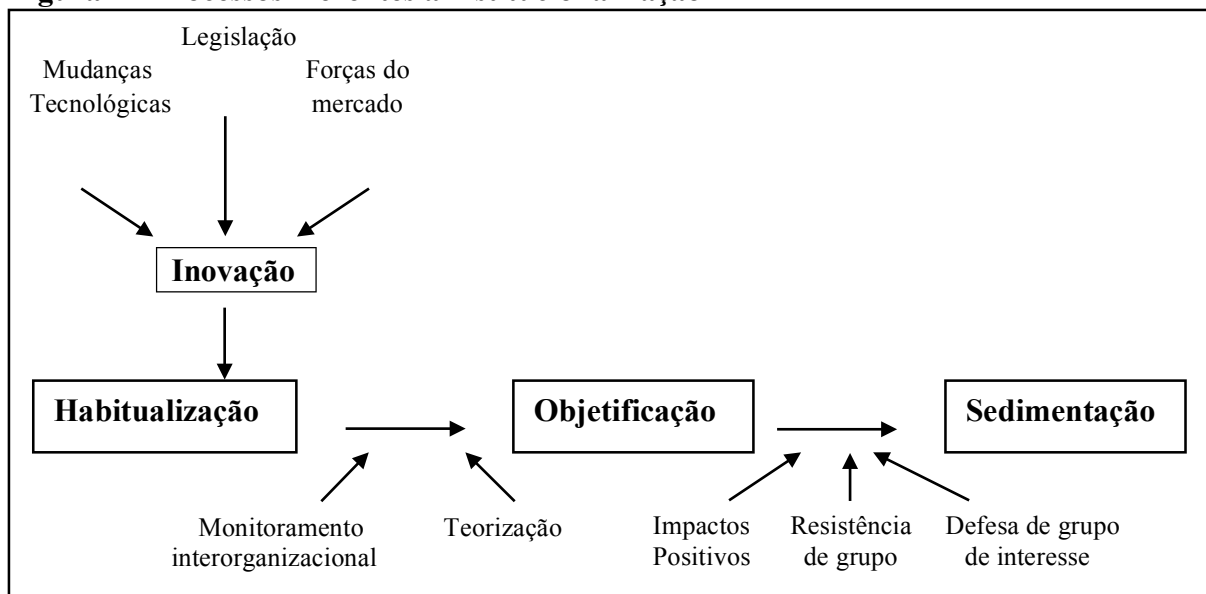
Em um processo de institucionalização, cabe lembrar que os processos organizacionais estão relacionados à capacidade de agência dos atores que fazem parte do campo organizacional. O poder de agência é considerado por Selznick (1992) como a capacidade e intencionalidade em tomar ações, e, sobretudo, ter habilidade em fazer o que se propõe. Em relação a essa habilidade, Giddens (1989) argumenta ser possível, com efeito do poder, ou seja, o poder como impulsionador na capacidade de agir. Machado-da-Silva, Fonseca e Crubellate (2008, p. 16) complementam afirmando que “delineado desta forma, o processo de institucionalização se torna eminentemente dinâmico, ao invés de estático; inclui agência, além de estruturas sociais, e acontece tanto em níveis macrosociais como em níveis microsociais”. Coube inicialmente destacar o conceito de agência, pelo fato da vida social se fundamentar em processos e configurações estabelecidas por instituições.

O processo de institucionalização é caracterizado por ações ou atividades que se tornam comuns (BERGER; LUCKMANN, 1967). Assim, atividades que passam por um processo de institucionalização são tidas como habituais, normalmente surgem empiricamente e são compartilhadas com vários atores ou grupos de atores, atribuída certa tipificação como estímulo para se compartilhar comportamentos (TOLBERT; ZUCKER, 1999). Quando os conceitos e comportamentos já não mais são atribuídos a um grupo de atores específicos, mas ao contrário são generalizados, então estes são os componentes-chave para o início do processo de institucionalização (ZUCKER, 1987). Por isso, a perpetuação de grupos sociais e instituição são resultados da institucionalização (MACHADO-DA-SILVA E FONSECA, 1993).

Berger e Luckman (1967) desenvolveram um modelo de institucionalização em virtude de análises fenomenológicas que incorpora três fases distintas: exteriorização, objetivação e interiorização. Em uma sequência lógica, nota-se que a exteriorização é influenciada pelo mundo social, é externa, coercitiva e sedimentada; logo, é entendida e objetivada, para enfim ser interiorizada, ou seja, a objetivação e exterioridade de uma ação levam à institucionalização. Por isso, os autores julgam o homem como produto resultante da sociedade. No entanto, a análise de Berger e Luckman tinha como foco o indivíduo e não as organizações. Meyer e Rowan (1977) e Zucker (1977) por sua vez, também discutem o processo de institucionalização a partir de evidências sociais. Em seguida, Tolbert e Zucker (1999) desenvolveram um novo modelo, a partir dos achados de Berger e Luckman (1967).

O modelo criado por Tolbert e Zucker (1999) caracteriza o processo de institucionalização a partir de três fases: habitualização, objetificação e sedimentação. A Figura 1, abaixo, mostra os processos para a institucionalização. A primeira fase de habitualização está relacionada com a inovação que traz mudanças e cria novos arranjos estruturais, em decorrência, muitas vezes, de problemas organizacionais específicos. Assim são desenvolvidos novos padrões e estruturas como forma de inibir esses problemas ou incertezas, para então serem formalizados e compartilhados com um conjunto de instituições. Ressalta-se que a partir das experiências pode haver uma troca entre organizações, ou a imitação entre elas como resultado da inovação e mudança (TOLBERT; ZUCKER, 1999). Vale enfatizar, no entanto, que a habitualização ocorre a partir da inovação, e esta, mediante alguns fatores que a impulsionam, como: mudanças tecnológicas, aspectos econômicos ou legais.

Figura 1 - Processos inerentes à institucionalização



Fonte: Tolbert e Zucker (1999).

A fase de objetivação representa a transmissão do consenso social à estrutura e novos significados são difundidos entre as organizações, gerando o chamado novo arranjo organizacional. Ainda, enquanto os resultados se generalizam entre as organizações, existe a necessidade de monitoramento de todo esse processo a fim de garantir resultados e manter a competitividade. Por isso, muitas vezes melhorar velhas estruturas pode gerar menos investimento do que criar novas (TOLBERT; ZUCKER, 1999).

No caso da objetivação ocorre a necessidade de disseminação de estruturas; esse processo pode ser mais facilmente adotado a partir da figura dos *champions*, vistos como

líderes, os quais possuem uma maior representatividade e influência sobre o campo (QUINELLO; NASCIMENTO, 2009). Para Tolbert e Zucker (1999, p. 208), os *champions* identificam e definem um “problema organizacional genérico [...] e a justificação de um arranjo estrutural formal particular como a solução para o problema com bases lógicas ou empíricas”. Dessa forma, o papel dos *champions* é identificar um problema e trazer argumentos que comprovem o que foi evidenciado, juntamente com teorias e fontes que corroborem com a nova estrutura proposta.

As estruturas que se objetivaram possuem um caráter heterogêneo e sobressaem perfil de imitação, sobretudo se ainda não foram institucionalizadas, a partir desse momento recorre-se a uma base normativa. Porém, nesse estágio deve-se tomar cuidado pelo fato das estruturas ainda não estarem institucionalizadas, com intuito de garantir que as soluções propostas aos problemas realmente sejam eficazes (MEYER; ROWAN, 1977; TOLBERT; ZUCKER, 1999).

Por fim, efetiva-se a sedimentação, que retrata a institucionalização e a perpetuação dos processos às diferentes gerações, por todas as organizações dimensionadas no campo em um longo período de tempo (EISENHARDT, 1988). Na fase de sedimentação, notam-se dois grandes fatores limitadores: a) os grupos de atores contrários à nova estrutura; b) a falta de resultados demonstrados pela nova estrutura. Para que haja a institucionalização devem-se minimizar os fatores limitadores, promovendo a maior aceitação e a garantia de resultados. Ao se considerar que a inversão desse processo é causada pela desinstitucionalização, e geralmente são ocasionados por mudanças ambientais, principalmente tecnológicas (TOLBEERT; ZUCKER, 1999).

A ocorrência das fases de habitualização, objetivação e sedimentação são descritas conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Estágio de institucionalização e dimensões comparativas

Dimensão	Estágio pré-institucionalização	Estágio semi-institucionalização	Estágio de total institucionalização
Processos	Habitualização	Objetificação	Sedimentação
Características dos adotantes	Homogêneos	Heterogêneos	Homogêneos
Ímpeto para difusão	Imitativo	Imitativo/normativo	Normativa
Atividade de teorização	Nenhuma	Alta	Baixa
Variância na implementação	Alta	Moderada	Baixa
Taxa de fracasso estrutural	Alta	Moderada	Baixa

Fonte: Tolbert e Zucker (1999, p. 211).

Identifica-se que a fase de pré-institucionalização possui características homogêneas em virtude principalmente das condições do ambiente em que está inserida, persistindo a difusão a partir da imitação. Ou seja, essa fase envolve novas políticas e condições coercitivas com facilidade de fracasso (SOUZA; CLARO; TINOCO, 2012). A semi-institucionalização pós-objetivação, possui alta teorização, mas reduz as incertezas quanto ao fracasso e à variância na implementação. A total institucionalização demonstra a difusão por aspectos normativos e grupos homogêneos, diminuindo a resistência dos atores; e nessa fase já não há grande necessidade de teorização, facilitando a institucionalização.

Dessa maneira, os conceitos discutidos auxiliam na compreensão da institucionalização dos processos de logística reversa. Para tanto, será utilizado o modelo de Tolbert e Zucker (1999) como forma de elucidar e caracterizar esse processo.

2.2 A LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

O desenvolvimento de novas tecnologias tem reduzido o ciclo de vida dos produtos, impulsionando o maior consumo de bens cada vez mais inovadores, além do grande volume de produção. As facilidades de aquisição permitem um grande consumo e, conseqüentemente, tem-se a geração de um maior volume de resíduos; neste estudo especificamente, das embalagens de defensivos, que tendem a ser descartadas incorretamente no meio ambiente. Por isso a importância do reaproveitamento desses materiais, minimizando o acúmulo de resíduos (RAZZOLINI; BERTÉ, 2009; BLOWFIELD, 2013).

A iniciativa de reciclagem das embalagens contribui com o meio ambiente evitando um descarte incorreto. Por possuírem substâncias tóxicas e materiais perigosos, o descarte incorreto pode gerar riscos de contaminação do solo, dos animais e pode trazer sérios problemas à saúde humana (MAGALINI, KUEHR; BALDÉ, 2015). De acordo com Munk, Bansi, Dias e Oliveira (2012, p. 463), “vê-se, a personificação da promessa de evolução da sociedade em direção a um mundo mais socialmente igualitário e repleto de riquezas, em que o meio natural e as conquistas culturais são preservadas”.

Quental, Lourenço e Silva (2011) apresentam algumas abordagens científicas sobre a logística reversa e sustentabilidade, relacionadas à economia ecológica, a qual se preocupa com distribuição de recursos e escala de mercados, e salienta a qualidade de limite do capital natural e os impactos decorrentes da economia humana, observando o limite de capacidade natural.

O pensamento de todos aqueles que consomem defensivos agrícolas deve estar de acordo com suas necessidades em relação ao consumo e garantir o retorno das embalagens, tendo a consciência de uma economia no consumo de novos insumos naturais, além de evitar um descarte incorreto que prejudicaria o meio ambiente (QUENTAL, LOURENÇO; SILVA 2011; BLOWFIELD, 2013).

A complexidade na mudança de paradigmas em relação às condições de mercado pode ser o fator de maior preocupação na adaptação de toda sociedade. Sobre isso, cita-se Elkington (2012, p. 33): “com enfoque na prosperidade econômica, na qualidade ambiental e no elemento ao qual as empresas tendem a fazer vistas grossas, a justiça social”. Acrescenta-se ainda, com base em Munk et al. (2012, p. 462), que “há limites para o crescimento econômico, haja vista que ele é insustentável do ponto de vista dos recursos; enquanto outros apenas substituem a compreensão tradicional do desenvolvimento pela do desenvolvimento sustentável”.

Para tanto, Quental, Lourenço e Silva (2011) destacam que sistemas socioambientais possuem pontos de equilíbrio geralmente interligados em modo não linear e que entram em colapso quando atingidos. O desenvolvimento sustentável na agricultura pode criar uma forma de gerir os recursos com maior responsabilidade; a interligação do homem/natureza é um princípio peculiar do meio rural, requer atenção em relação às práticas utilizadas no manejo da terra e o uso de defensivos agrícolas, que são importantes para o crescimento das plantas, mas que são perigosos e causam problemas para a população e para o meio ambiente (BLOWFIELD, 2013).

É nessa ordem que a logística reversa passa a ser introduzida dentro do processo sustentável e é representada através do planejamento, controle e operacionalização do fluxo, com suas próprias atribuições. A logística reversa é, de acordo com Ministério do Meio Ambiente (MMA) (2017), “um dos instrumentos para aplicação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos”. Para Guarnieri (2011), a logística reversa trata dos resíduos após serem gerados e operacionaliza o seu retorno e a sua reinserção; é uma parte da logística que está relacionada com o processo de conscientização do consumidor, considerada a logística dos fluxos de retorno.

Dessa forma, a conscientização sobre o descarte correto das embalagens após seu uso pode evitar o a contaminação de solos e seres vivos, além de não comprometer o processo de logística reversa; é por isso que o reaproveitamento, reutilização, reprocessamento são cruciais para proteger a sociedade e o meio ambiente para que não sejam causadores de impactos e comprometedores da segurança (LEITE, 2009; BLOWFIELD, 2013).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS conceitua logística reversa como uma ferramenta de desenvolvimento econômico e social precedido por ações, para criar meios de propiciar a coleta dos resíduos sólidos e seu destino final ambientalmente adequado. Através desse instrumento os fabricantes, comerciantes e distribuidores devem estar empenhados em recolher as embalagens que disponham no mercado (MMA, 2017; BLOWFIELD, 2013).

Segundo Guarnieri (2011), a logística reversa de embalagens de defensivos no Brasil é bem organizada e é considerada exemplo no mundo, mas essa estruturação se dá devido às exigências legais que surgiram e que modificaram o cenário anterior. As empresas atuantes nesse segmento passaram a agir com a responsabilidade de encontrar a solução para o resíduo de agrotóxicos, considerado altamente tóxico; a destinação das embalagens pós-consumo não poderia continuar sem solução. Com essa mudança, surgiu o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV) para organizar e coordenar esse processo.

A partir da união das indústrias produtoras de defensivos agrícolas, surge o INPEV, que criou o sistema campo limpo com o intuito de coletar as embalagens vazias, fazendo com que retornem e sejam recicladas, evitando assim tantos problemas à saúde humana, ambiental e animal. Em virtude da complexidade e necessidade de retorno das embalagens, a responsabilidade, do INPEV, consiste em monitorar os produtos para que retornem e sejam reciclados ou incinerados (DORION, ABREU; SEVERO, 2011; FARIA; PEREIRA, 2012).

Guarnieri (2011) explica o processo reverso das embalagens de defensivos agrícolas pelas seguintes inter-relações: a) produção, distribuição e comercialização de defensivos agrícolas; b) aquisição e uso do produto; c) tríplice lavagem das embalagens; d) armazenamento das embalagens na propriedade até o momento da devolução; e) transporte e coleta pelo posto de recebimento; f) processo de separação e prensagem e g) transporte dos fardos para reciclagem e/ou incineração. Todos esses aspectos inter-relacionais fazem parte do ambiente técnico de referência para o processo de logística reversa das embalagens de defensivos agrícolas.

No entanto, para que todo este processo realmente ocorra existe uma base legal que impulsiona e regulamenta, orientada inicialmente pela lei de nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e o decreto nº 4.074, de janeiro de 2002, que discorre sobre o modo de uso, manuseio, controle e retorno das embalagens de defensivos agrícolas, ressaltando a importância do controle desse material devido aos riscos relacionados à formulação química que compõe o produto e os agravantes à saúde humana, animal e ambiental (INPEV, 2016). Salienta-se que as exigências

legais compreendem o ambiente institucional, o qual contribui para o contexto de referência para a legitimidade das ações.

Ainda de acordo com INPEV (2016, p.1), a lei nº9.974/2000 “exigiu que cada um dos atores atuantes na produção agrícola do Brasil cumprisse um papel específico no processo de recolhimento e destinação final das embalagens vazias de defensivos agrícolas, como elos de uma cadeia integrada”. No Quadro 4 é possível observar a regulamentação específica sobre defensivos agrícolas, sua base legal e determinações.

Quadro 4 - Regulamentação específica sobre defensivos agrícolas

Legislação	O que regulamenta
Lei 6.938 / 1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.
Lei 7.802 / 1989 – Lei dos Agrotóxicos	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.
Decreto 98.816 / 1990	Regulamenta a Lei Nº 7.802, de 11 de julho de 1989.
Lei 9.605 / 1998 – Lei dos Crimes Ambientais	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.
Lei 9.974 / 2000	Altera a lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989e regulamenta a obrigatoriedade do recolhimento das embalagens pelas empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos.
Decreto 3.550 / 2000	Dá nova redação aos dispositivos do Decreto nº 98.816, de 11 de janeiro de 1990.
Decreto 3.828 / 2001	Altera e inclui dispositivos ao Decreto nº 98.816 de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o controle e a fiscalização de agrotóxicos e dá outras providências.
Decreto 3.694 / 2002	Altera e inclui dispositivos ao Decreto nº 98.816 de 11 de janeiro de 1990.
Decreto 4.074 / 2002	Regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989.
Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA 334 / 2003	Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental de estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos.

Fonte: Adaptado de Faria; Pereira (2012, p.135).

Apesar do papel inicial do INPEV, as responsabilidades são compartilhadas, todos têm seu papel. A conscientização do produtor é essencial, uma vez que ele é o elo fundamental para que as embalagens retornem do modo correto, de acordo com o que se é exigido; é de sua responsabilidade cuidar que seja realizada a tríplice lavagem dos recipientes, bem como furos em seu interior, o armazenamento e a entrega de acordo com o estabelecido pela legislação. Além disso, há o limite de tempo, que deve ser de aproximadamente, 12 meses. Os fabricantes financiam boa parte do processo, fazendo com que todo material seja reciclado ou incinerado.

Por sua vez, distribuidores além de vender o produto, devem orientar os agricultores quanto ao local e prazo de entrega, colocando essas informações na nota fiscal. Por fim se encontra o poder público, que é responsável pela fiscalização de todo processo, além de licenciar as unidades específicas de recebimento de embalagens, no caso da região em estudo, Centro Sul do Paraná, a ADDCS, e conseqüentemente, educar e conscientizar todos os usuários da importância desse processo (BOLDRIN ET AL, 2009; INPEV, 2017).

A respeito do modo de devolução das embalagens de defensivos, estas devem passar por um processo chamado de tríplice lavagem; na sequência devem ser perfuradas e armazenadas com rótulo. Embalagens contaminadas, por sua vez, devem ser armazenadas em saco plástico lacrado que é fornecido pelo distribuidor; todo esse processo ocorre antes de sua entrega no local destinado na nota fiscal (BOLDRIN et al., 2009).

Na região Centro Sul do Paraná, foco deste estudo, os principais distribuidores de defensivos que atuam na região formaram uma associação habilitada pelo poder público e também pelo INPEV, que atua como principal posto de recebimento das embalagens. Essa associação tem como responsabilidade, além de receber e averiguar o estado de entrega das embalagens, fazer a emissão de comprovante de entrega, a separação dos materiais, o encaminhamento para incineração ou reciclagem por meio da transportadora conveniada, além de promover campanhas e programas educativos, a fim de despertar e/ou manter a cultura de cuidado e importância com todo o processo, por toda a sociedade.

Cabe ressaltar, com base no que foi discutido, que essas características refletem também as exigências sociais e culturais, que auxiliam na construção do ambiente institucional de referência.

2.2.1 A legitimidade na logística reversa de defensivos falsificados/piratas

A comercialização de defensivos agrícolas ainda sofre críticas em relação à sua aceitação no controle de pragas por ser um produto químico e de alto risco. Porém, seu consumo tem se multiplicado ao longo dos anos. “O aumento no consumo de agrotóxicos vem acompanhado do uso e descarte das embalagens vazias destes produtos” (GODECKE; TOLEDO, 2015, p. 222).

Os defensivos agrícolas ou agrotóxicos são caracterizados como substâncias que buscam proteger as plantas de condições naturais do ambiente, mas que podem interferir no seu desenvolvimento. Assim, possuem vários codinomes: agrotóxico, defensivo, agroquímico, até mesmo veneno (VAZ, 2005). Envolvidos com esse tipo de produto existem muitos atores,

desde a indústria produtora, distribuidores, agricultores até órgãos fiscalizadores. Mas, ao se tratar do ramo produtivo de defensivos, percebe-se que há grandes desafios que permeiam a sua rotina de produção e comercialização.

Há que se ressaltar que os desafios na comercialização e utilização de defensivos são imensos. Além dos aspectos vistos anteriormente, existe também um sério problema relacionado ao contrabando e falsificação dos materiais, o que dificulta todo o processo de logística reversa das embalagens que são comercializadas adequadamente aos padrões solicitados pelos atores reguladores.

O Brasil, como um grande produtor agrícola e que necessita de um controle de pragas, faz uso dos defensivos. Problemas como o uso inadequado e a falta de cuidado, tanto com o ambiente como com a saúde humana, têm trazido grandes riscos. Existe também um grande desafio em virtude dos produtos que são contrabandeados e falsificados, pois estes não existem perante os órgãos fiscalizadores e, portanto, não fazem parte do processo de logística reversa, o que se torna um problema, pois seu descarte acaba de modo incorreto e agride o meio ambiente, os animais, até mesmo a saúde humana (GODECKE; TOLEDO, 2015).

Existe uma estatística, de acordo com (INPEV, 2016), que há uma eficiência no processo de retorno das embalagens em 95%, ou seja, acredita-se que do potencial de consumo do período, dos 100% dos produtos utilizados, 95% têm suas embalagens retornando à indústria e sendo reaproveitados. Porém, nesse caso, não foram considerados os produtos falsificados, logo essa porcentagem de eficiência é errônea e não caracteriza a realidade, considerando que há grande quantidade de produtos nessa condição sendo comercializados no país. O Sindicato Nacional da Indústria de Produtos Para Defesa Vegetal (SINDIVEG, 2016) esclarece que atualmente o contrabando de produtos desse gênero chega a 20%. Mas toda a comercialização desse tipo de produto é fiscalizada e regulamentada pela Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que disciplina a produção, a comercialização e o uso de agrotóxicos (BRASIL, 2002).

Uma forma de tentar inibir e regulamentar o uso desses produtos é documentado através do código de conduta internacional da distribuição e uso de pesticidas, o qual regulamenta a responsabilidade de produção, comercialização e recomendações de uso (DORFMAN; FRANÇA; SOARES, 2014). O contrabando é caracterizado como ilegal e, juntamente a esse processo, são caracterizados outros crimes de acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), como a entrada e saída de produtos de um país de forma ilegal, que não respeita as normas e regras (CONVENÇÃO DE ROTERDÃ, 2009).

A comercialização vista de modo adequado por parte da sociedade, ou seja, legítima quando se trata de defensivos agrícolas, é aquela que respeita as normas e imposições legais de produção, comercialização e uso do produto. Mas, quais as características dos defensivos considerados "piratas" ou ilegais? Esses produtos possuem alterações químicas em sua composição, como também adulterações nos registros adequados nos órgãos regulamentadores.

Os defensivos piratas são compreendidos como contrabandeados ou falsificados. Os contrabandeados não incorporam a base legal. Já os falsificados, possuem na sua composição alterações químicas diferentes dos produtos chamados originais; logo, as substâncias possuem, em alguns casos, até a anulação de sua eficácia para o tratamento das plantas, o que não significa ser isento de um potencial de agressividade com a saúde humana, animal ou do meio ambiente. O termo pirata é utilizado porque a palavra remete à cópia, ao plágio ou à infração. Então, caracteriza-se como um defensivo pirata aquele que possui uma cópia ao produto padrão (FARIAS; MINGOTI; SPADOTTO, 2017).

Assim, a legitimidade é dada pela conformação com uma situação (ROSSONI, 2016). Nesse caso, a validade nesse processo se dá por uma parcela dos usuários desse tipo de produto, sendo que aproximadamente 20% do mercado consumidor, como citado anteriormente, absorve esses produtos. Indica-se que a legitimidade, nesse caso, não é nítida, sendo que para tal deve haver validade apropriada para serem tomados como legítimos (ROSSONI, 2016). De modo geral, devem ser vistos como parcial de regulação da vida social, das composições formais ou informais, das instituições e suas propriedades.

As relações de legitimidade muitas vezes podem ser vistas com a lente da teoria institucional, não só quando normas, padrões, crenças e valores condicionam e determinam nossa forma de pensar e agir, mas muito além disso, no momento em que há aceitação do processo e este passa a ser internalizado e legitimado; em suma, se configura como algo legítimo, autêntico. Há que se destacar que quando se trata de defensivos ilegais, a relação interorganizacional ocorre a partir dos relacionamentos entre diversos atores que compõem a cadeia produtiva e que, de certo modo, utilizam ou comercializam esses produtos (DORFMAN; FRANÇA; SOARES, 2014).

Nesse caso, será possível averiguar as principais características que motivam a aquisição de produtos legais ou ilegais, bem como a percepção que os produtores possuem sobre essa opção e, também, os resultados gerados. Não apenas no que se relaciona à produção em si, mas o que diferencia um produto do outro, suas características, agressividade com o meio ambiente e usuário do produto, e sua aplicabilidade. A alta periculosidade dos

materiais que são comercializados ilegalmente afetam o consumidor final, o meio ambiente (animais, solo, ecossistema) e o agricultor (GODECKE; TOLEDO, 2015).

Nesse caso, as alianças ocorrem por parte daqueles que contribuem para as ilegalidades em relação ao produto e sua venda. Além disso, vão contra todos os aspectos legais que fazem parte do processo, como os agrônomos que emitem os receituários, os sindicatos e indústria agroquímica, as agências reguladoras da qualidade sanitária, os atores de intervenção, no caso a polícia ambiental e as agências reguladoras do controle de comercialização e, finalmente, os produtores (FARIAS; MINGOTI; SPADOTTO, 2017).

Em relação às alianças em um processo ilícito, há uma quebra nos processos tradicionais e nos relacionamentos e os atores buscam acobertar e manter os vínculos de negociação. Portanto, os diferentes autores que fazem parte do processo de produção e comercialização de defensivos piratas possuem estratégias de cooperação, ressaltando as condições de relacionamentos estratégicos, bem como a formação de redes para o estabelecimento de relações que tragam condições mais claras e objetivas no enfrentamento das dificuldades de mercado. Notavelmente, cada abordagem possui um foco, econômico ou sociológico, ambos buscando diferentes resultados e possuindo diferentes ações; no entanto, a abordagem da pesquisa em estratégia busca continuidade de desenvolvimento racional de métodos, modelos e ferramentas para que as inovações sejam incorporadas no comportamento organizacional (DORFMAN; FRANÇA; SOARES, 2014).

A produção e comercialização de defensivos piratas ou ilegais exercem domínio, uma vez que o preço, a desburocratização no que se refere à aquisição dos produtos, a diferença na legislação e as facilidades no acesso são as principais características que impulsionam esse comércio, ora em momentos coercitivos, quando obriga e faz pressão, ora mimético e normativo quando as estratégias são formadas a partir de novas regras e um diferente posicionamento cultural (FARIAS; MINGOTI; SPADOTTO, 2017).

A configuração das estratégias no meio legal busca garantir o cumprimento das leis relacionadas à utilização dos produtos e a sobrevivência humana e ambiental, de acordo com parâmetros coerentes, que ao mesmo tempo relacionam diversos órgãos e indivíduos formando, assim, a rede de comercialização legal de defensivos agrícolas (GODECKE; TOLEDO, 2015).

O funcionamento da rede de comercialização dos produtos piratas ou ilegais, certamente, dar-se-á em todo o seu desenrolar, pois, desde a sua produção, notam-se as incoerências com as diretrizes legais dos ingredientes químicos utilizados, bem como do seu processamento. Posteriormente a esse processo, ocorre a distribuição ou comercialização de

modo restrito dada sua ilegalidade, mas que ao mesmo tempo exerce determinada influência sobre a sociedade, quando apresenta a possibilidade de uso de um produto com valor mais baixo, além de um processo de aquisição desburocratizado (FARIAS; MINGOTI; SPADOTTO, 2017).

Dessa forma, a produção e a comercialização de defensivos agrícolas piratas ocorrem de modo ilegal, não deixando de lado os relacionamentos com diversos atores conectados, sendo alguns centrais para o desenvolvimento de todo o processo. Provar que se tornou legítimo e que há aceitação não é algo fácil de mensurar, constatado que ocorre de modo ilegal. Os possíveis sujeitos que financiam esse processo não são capazes de admitir tal ação, cientes das punições que poderão sofrer. Adicionalmente, a legitimidade não ocorre somente pelo fato de que há uma parcela de aceitação, ao contrário, para que isso realmente ocorra deve-se ter uma percepção geral pela sociedade de que as ações daquela organização serão instituídas e legitimadas (SUCHMAN, 1995). Para tanto, o sistema social regula os processos e, muitas vezes, determina princípios estruturais enraizados para que haja legitimidade.

2.3 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

A revisão sistemática foi realizada com intuito de buscar discussões sobre o tema abordado nesta dissertação, a fim de encontrar e selecionar materiais que trouxessem subsídio às análises a serem realizadas. Dessa forma, utilizou-se um termo chave de pesquisa relacionando as duas principais teorias abordadas, além de serem adotados critérios para seleção e exclusão de materiais que não estivessem de acordo com o propósito deste estudo.

O presente capítulo trata da revisão sistemática da literatura sobre o processo de institucionalização e redes interorganizacionais e de seus construtos identificados: legitimidade; campo organizacional e relacionamentos interorganizacionais. Inicialmente os critérios de seleção dos artigos ocorreram a partir da leitura do título, resumo e palavras-chave. Do total de 511 (quinhentos e onze) artigos encontrados em diferentes bases, foram selecionados 61 (sessenta e um) para leitura, restando 33 (trinta e três) que fizeram parte da revisão sistemática. Os 33 (trinta e três) artigos selecionados para a análise aprofundada estão destacados no quadro 10, no Apêndice 1, constando de título, ano de publicação, autores, base e número de citações. Alguns se repetiram em diferentes bases e outros não puderam ser acessados, considerando que alguns eram pagos ou não estavam disponíveis.

Foram realizados os fichamentos dos 33 (trinta e três) artigos selecionados contendo objetivo da pesquisa, objeto, método, categorias teóricas e tipo de pesquisa, conforme

Apêndice 2. Com base nas leituras foram elencados os constructos que compõem a pesquisa, conforme exposto no Quadro 6.

Os aspectos metodológicos referentes à revisão sistemática da literatura se caracterizam como descritivo e exploratório, com foco analítico. Foram coletados materiais nacionais e internacionais que discutissem a teoria institucional e de redes interorganizacionais. Foi possível averiguar, de modo geral, que existem poucos estudos relacionando os dois temas. A partir das leituras prévias, que incluíam autores seminais referentes aos dois temas, e após coleta dos materiais para a construção da revisão sistemática, puderam-se identificar os constructos pertencentes às teorias.

Para o desenvolvimento da revisão sistemática, inicialmente delimitou-se o fenômeno de estudo, baseado na seguinte questão: **de que modo os relacionamentos afetam os processos de institucionalização da logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas?**

Na sequência, foram escolhidas cinco bases para coleta dos materiais: *Scielo*, *Science Direct*, *Scopus*, *Web Of Science* e *Spell*. De acordo com a questão de pesquisa foi construída a expressão lógica utilizada na busca, foi escrita como (institutionalization process) AND (networks); para todas as bases utilizou-se a expressão em inglês, exceto *Spell*, na qual os termos adotados foram escritos em português. Ressalta-se que em cada uma das bases o formato de inserir a expressão variou, assim, em algumas se utilizou o conectivo AND e parênteses, em outras esses itens foram dispensados. Logo na sequência ocorreu a busca e armazenamento dos materiais (IGARASHI; IGARASHI; BORGES, 2015).

O critério de inclusão e exclusão dos conteúdos foi delimitado a partir da leitura dos materiais, título, resumo, palavras-chave e até mesmo alguns fragmentos. Todos aqueles que se aproximaram do tema em estudo foram selecionados e os demais excluídos, porque não faziam parte dos eixos discutidos, ou o foco de estudo enquanto utilização das teorias tomadas como base nesta pesquisa destoava do direcionamento aqui tomado. A base *Scielo* retornou 25 (vinte e cinco) documentos; a *Science Direct* 400 (quatrocentos); a *Scopus* 25 (vinte e cinco); a *Web of Science* 47 (quarenta e sete) e a *Spell* 114 (cento e quatorze). Do total de documentos, foram baixados 61 (sessenta e um), no entanto, a partir de uma leitura aprofundada foram excluídos outros 28, restando 33 (trinta e três) materiais de todas as áreas de conhecimento e sem limite de tempo.

Os principais eixos de discussão averiguados nos artigos foram:

- Relacionamentos e Influência dos atores
- Institucionalização e legitimidade

- Campo organizacional
- Governança e mudanças

2.3.1 Institucionalização de Relacionamentos Interorganizacionais

Esta dissertação aborda como os relacionamentos interorganizacionais afetam o processo de institucionalização em uma rede com objetivo comum, neste caso, ressalta-se a abordagem de rede e relacionamentos interorganizacionais e exclui outras formas, como a de cooperação, por exemplo (SACOMANO NETO, 2004; FEIJÓ; ZUQUETTO, 2014).

O tema da dissertação segue com a teoria institucional como linha de base, com intuito de compreender como os relacionamentos interorganizacionais interferem em uma cadeia. No sentido mais amplo, o objetivo foi observar qual o campo organizacional desse processo, em que se consideram todos os atores envolvidos, bem como, sua participação. Ou seja, a teoria institucional auxiliando na compreensão se há ou não institucionalização dos processos de logística reversa dentro da rede das embalagens de defensivos. Além de identificar se os relacionamentos são capazes de influenciar e quem são os atores mais relevantes. Para tanto, nota-se que além da teoria institucional, foram tratados os conceitos de redes e logística reversa, a fim de compreender a estrutura do caso específico de estudo.

As principais categorias analíticas da teoria institucional se caracterizam como: campo organizacional; legitimidade; institucionalização e lógicas institucionais. O campo organizacional sendo a totalidade dos atores relevantes e o nível de análise compreendido o interorganizational (DIMAGGIO; POWELL, 1983; FEIJÓ; ZUQUETTO, 2014; VAZ; ESPEJO, 2017).

A escolha da teoria institucional e de redes para este estudo aplica-se a partir da compreensão que os relacionamentos interorganizacionais influenciam as abordagens analíticas de redes, ou seja, seus aspectos morfológicos (SACOMANO NETO, 2004; GIDDENS, 1989). Logo, para o estudo de redes, nesta dissertação, tomaram-se como base aspectos relacionais que conferem à abordagem analítica, a fim de compreender a dinâmica da rede e dos relacionamentos, por aspectos que ressaltam a interferência e o poder de cada ator pertencente ao campo organizacional em estudo. Em suma, a teoria de redes deu suporte à compreensão do campo (WASSERMAN; FAUST, 2007; MOODY; WHITE, 2003).

Após a coleta dos materiais, identificaram-se os aspectos ressaltados em cada um dos artigos analisados, ou seja, os constructos que se relacionavam com o tema de pesquisa: a análise de rede, que trata e descreve as características associadas às redes interorganizacionais

e relacionamentos; a institucionalização e a legitimidade, que representam a aceitação, o entendimento e a mudança; o campo organizacional, que vai além da análise da rede, dimensionando todos os envolvidos nos processos; a governança e as mudanças, nas quais são abordados os atores centrais que norteiam e direcionam toda a rede; e, por fim, a influência dos atores que estão totalmente relacionados à análise da rede e da governança, traduzidos por aspectos de centralidade e densidade. Conforme discutidos na sequência.

a) Relacionamentos Interorganizacionais

Buscam identificar os processos, a inter-relação e os relacionamentos dentro da rede, no que tange aos aspectos formais e informais em relação à própria estrutura organizacional, ou seja, como se formam e ocorrem os relacionamentos e sua continuidade, que influenciam a rotina de uma organização; isso compõe a estrutura de uma organização e seu modo de trabalho. Para tanto, se observa a análise de redes sociais como relacionamentos interorganizacionais, no qual se busca reconhecer e identificar as características de interações que definem as trocas e processos que ocorrem entre os atores no sentido de cooperação e, em alguns casos, até mesmo competição; por outros autores o fenômeno é denominado ‘coopetição’, representando a junção de ambos (REED, 2000; VINKLER, 2002; FIGUEIREDO; PAULILLO, 2005; KAMMEN et al., 2006; ALMEIDA, et al., 2009; HERMES; MAINELA, 2014; LAZEGAA et al., 2017; PENALVA-ICHER, 2017).

Os processos demonstram características recorrentes dentro da estrutura da rede, verificados a partir de atributos pertinentes a cada ator. As propriedades estruturais no estudo de rede demonstram o quão fortalecidos, centralizados, descentralizados, próximos e/ou distantes estão os atores dentro da rede; este estudo, no entanto, não evidenciou as propriedades de redes, mas teve como propósito avaliar os relacionamentos interorganizacionais a partir da visão de redes (BEVERLAND, 2005; CUNHA; PASSADOR; PASSADOR, 2011; DELIGONUL et al., 2013; HERMES; MAINELA, 2014; FORTWENGEL; JACKSON, 2016; PENALVA-ICHER; ELOIRE, 2017).

Ressalta-se que para o conceito de rede, visualizam-se as organizações como atores e cada um é visto como um elemento essencial. A partir deste ponto é possível compreender as influências que representam os relacionamentos dentro da rede, com trabalho voltado a um objetivo comum, que se estende para a capacidade tecnológica, de gerenciamento e intelectual. As estruturas organizacionais são formalizadas por aspectos institucionais que envolvem padrões, sistemas e que intersubjetivamente são influenciadas e controladas por

condições externas, as quais afetam substancialmente sua sobrevivência e continuidade (VINKLER, 2002; BEVERLAND; 2005; FIGUEIREDO; PAULILLO, 2005; KAMMEN; SAVIGNY; SEWANKAMBO, 2006; PENALVA-ICHER; DONNELLY, 2010; ROSENFELD, 2010; PENALVA-ICHER, 2017; ELOIRE, 2017).

b) Institucionalização e legitimidade

Ao se abordar a teoria institucional de base sociológica inicialmente se faz importante conceituar instituições, considerando que estas são compreendidas como composições ou formas duradouras de vida social. As instituições revelam sua operacionalização e aspectos formais e informais a partir da estrutura, afetadas logicamente por condições sociais, ressaltando que esta exposição demonstra muitas vezes certa resistência enquanto aspectos formais, analisadas em diferentes períodos (HASSELBLANDH; KALLINIKOS, 2000; FOURCADE, 2007; MINH; FRIEDERICHSEN; NEEF, HOFFMANN, 2014; TOLBERT; VARGO et al., 2015).

Pode-se ainda complementar que institucionalização e legitimidade são compreendidas como composições com noções e dados sobre aspectos culturais e cognitivas que transcendem o indivíduo, no sentido de organizações, possuindo características subjacentes acordadas por normas ou regulamentações das funções frente ao ambiente em que desenvolve suas atividades e por ele sendo influenciadas (HALL, 1992; FIGUEIREDO; PAULILLO, 2005; ROCHA; GRANERUD, 2011; GUHA; CHAKRABARTI, 2014; VARGO et al., 2015; CASTRO et al., 2016; OLIVEIRA, 2016).

O processo de institucionalização ocorre a partir de ações habituais, que no decorrer do tempo são incorporadas e aceitas como algo inquestionável e objetivadas como caráter normativo, posteriormente institucionalizadas e legitimadas. As organizações possuem estruturas e práticas similares em função da legitimidade, a qual se caracteriza por algo que é aceito e não imposto de modo coercitivo-autoritário. Assim, a institucionalização ocorre a partir da legitimidade do ambiente, das ações, práticas, costumes, crenças, tradições, modo de pensar e agir da qual a organização faz parte. (BEVERLAND, 2005; MACHADO-JUNIOR et al., 2014; FREITAS, 2016; FURTADO et al., 2017; LÓPEZ, 2017; REIS et al., 2017).

c) Campo organizacional

Reflete o ambiente do qual os atores fazem parte; todos os atores relacionados a um ambiente com atividades e propósitos comuns. Nota-se que muitos fatores que determinam a forma de relacionamento e diretrizes para o funcionamento do campo ocorrem, geralmente, após a sua aceitação e entendimento. Isso se traduz por meio da condição institucional, da estrutura e das condições que permeiam o campo, representadas a partir de situações políticas, programas, procedimentos, crenças, mitos, símbolos, rotinas, valores, normas e regras que racionalizam e reforçam os meios e métodos de trabalho. E ainda, possui reflexo externo à organização, ou seja, atinge o ambiente em que a organização está inserida, mas que permeia a condição interna; neste caso, destaca-se o relacionamento interorganizacional, no sentido de redes, como organização social. Todo o entendimento de políticas, normas, condições sociais, culturais e todos os envolvidos com o caso ou organização fazem parte do mapeamento da rede e revelam qual o campo organizacional (VARGO; WIELAND; AKAKA, 2015; JACKSON, 2016; VAZ; ESPEJO, 2017; FORTWENGEL; REIS; SOTER; FURTADO; PEREIRA, 2017).

d) Governança e mudanças

Destacam-se alguns aspectos de contingência que compreendem julgamentos relevantes à elaboração e gerenciamento de redes interorganizacionais, como um processo complexo conforme as constantes mudanças à medida que as sociedades se modernizam. Sobretudo, demonstram a organização entre os atores que fazem parte do campo e quem são aqueles que dão direcionamentos e influenciam os demais, relacionado a suposição de que as relações são racionalmente eficazes e que possuem legitimidade. Além disso, as relações muitas vezes, são propensas a condições legais, e influenciadas por novos padrões e modelos, como, quando uma nova lei vem a alterar toda forma de agir de determinado grupo ou ramo de atuação, neste aspecto relaciona direção e mudanças, ou governança (ROSENFELD, 2010; HERMES; MAINELA, 2014; NEEF; HOFFMANN, 2014; MINH; FRIEDERICHSEN; OLIVEIRA, 2016; FREITAS, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante do tema abordado e com base nas teorias que fundamentam esta pesquisa, a saber, teoria institucional, relacionamentos interorganizacionais e logística reversa, surgiram *insights* para a compreensão do problema de pesquisa. Para tanto, neste capítulo discutem-se os procedimentos metodológicos utilizados no estudo, que inclui: abordagem da pesquisa, principais ferramentas de análise e coleta de dados.

3.1 SÍNTESE DA METODOLOGIA E MODELO TEÓRICO

No Quadro 5 observam-se as principais características quanto aos procedimentos metodológicos utilizados para melhor compreensão.

Quadro 5 - Síntese dos aspectos metodológicos

Aspectos metodológicos	Classificação metodológica da pesquisa
Ontologia	Intersubjetiva
Epistemologia	Construtivista
Abordagem	Qualitativa
Objetivo	Exploratória/ descritiva
Método de pesquisa	Estudo de caso
Instrumento de coleta de dados	Dados primários: observação não-participante; entrevistas semiestruturadas e diário de campo. Dados secundários: relatórios, <i>sites</i> , documentos, atas e registros em arquivos.
Técnica de análise	Análise de conteúdo e triangulação dos dados.
Estratégia de pesquisa	Participação de reuniões, eventos, observação, aplicação de entrevistas semiestruturadas, diário de campo e análise de documentos e registros.

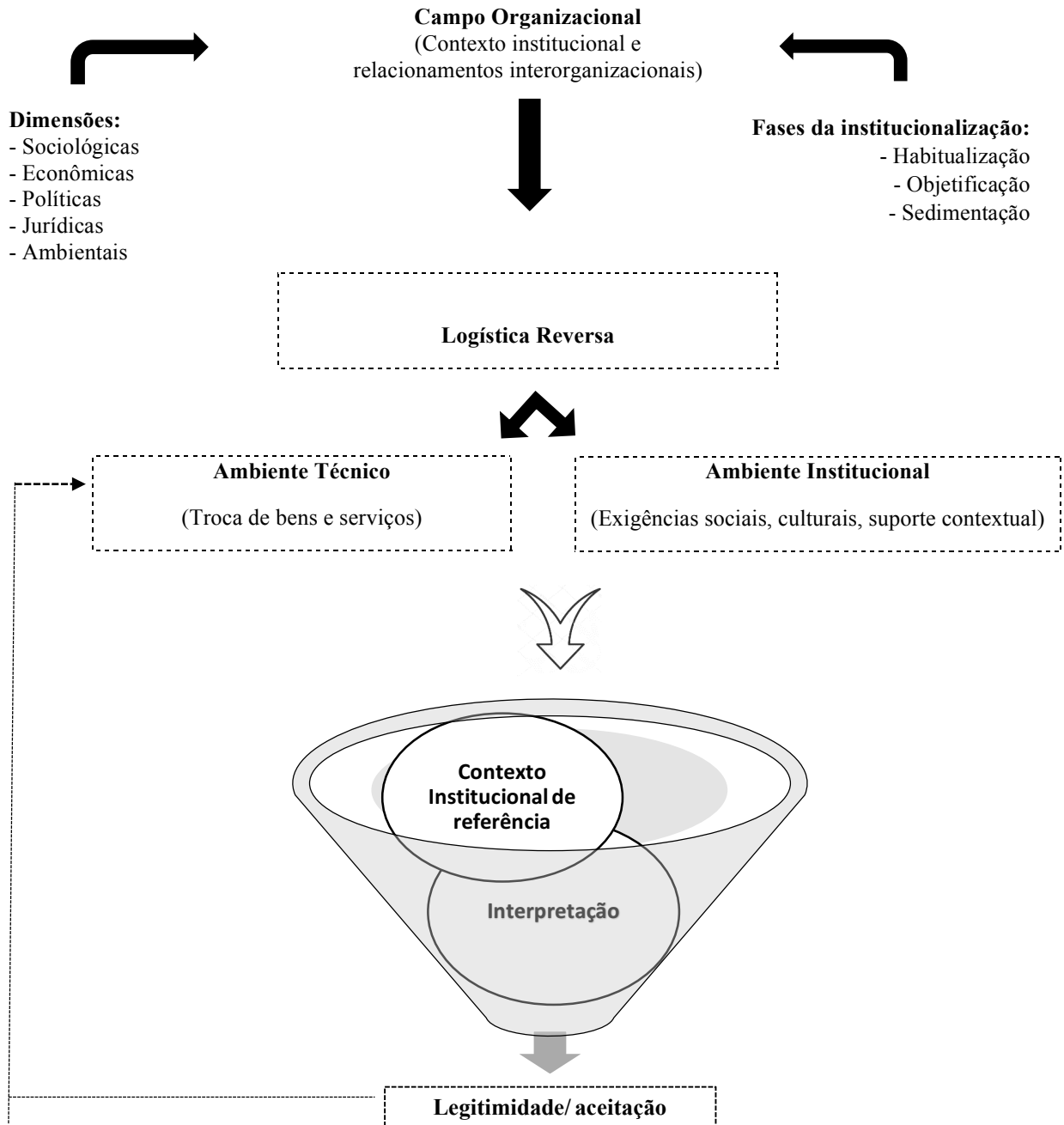
Fonte: Elaborado pela autora (2018).

De acordo com o quadro 5 se identificam os principais aspectos metodológicos da investigação. A estratégia de pesquisa, aconteceu por meio de entrevistas, a observação que ocorreu principalmente no local de pesquisa, com intuito de observar as rotinas e relacionamentos, além de análise documental e o diário de campo foram fontes utilizadas na análise dos dados, a partir da sua triangulação, para a interpretação das informações, sendo vinculadas aos aspectos ontológicos e epistemológicos do estudo.

A partir dos objetivos geral e específicos, bem como do problema de estudo, foi desenvolvido um modelo teórico que evidencia os principais constructos teóricos, as categorias de análise e o modo como convergem, fundamentado em duas bases teóricas: a teoria de redes interorganizacionais e a teoria institucional. A maior contribuição, portanto, foi

gerada por meio da intersecção das teorias que permitiram a análise a partir dos constructos inicialmente identificados. A Figura 2 representa o fluxograma do Modelo Teórico do estudo.

Figura 2 - Modelo teórico



Fonte: Adaptado de GUARIDO FILHO; MACHADO-DA-SILVA (2001).

De acordo com o modelo adaptado, é possível identificar duas bases teóricas, a teoria institucional e os relacionamentos interorganizacionais. A teoria institucional possui como constructo campo organizacional, legitimidade e fases do processo de institucionalização. Para o estudo do campo organizacional, que representa a interação social entre aqueles atores

que interagem entre si em um mesmo contexto institucional, utilizou-se a teoria de relacionamentos interorganizacionais como suporte a esta análise (DIMAGGIO; POWELL, 1982).

Ressalta-se a ideia de contexto institucional, que relaciona as dimensões de referência no ambiente em que a organização se faz presente, como também a influência das pressões isomórficas que afetam os processos caracterizados neste ambiente. A partir disso têm-se uma amplitude desse contexto marcado por lógicas institucionais. Pode-se dizer então que o campo organizacional possui um contexto ambiental amplo, formado por uma rede de relacionamentos que surge de ambientes estruturados a partir de dimensões sociológicas, econômicas e políticas, além de pressões miméticas, normativas e coercitivas ambientais (GUARIDO FILHO; MACHADO-DA-SILVA, 2001).

Todos esses aspectos representam as dimensões de um campo voltado aos processos de logística reversa, que claramente se subdividem em ambiente técnico e institucional. O ambiente técnico é formado por trocas de bens e serviços, enquanto que o institucional se caracteriza a partir das exigências sociais, culturais e todo suporte contextual da esfera em que a organização está inserida. Assim, a junção de ambas forma o contexto institucional de referência, ou seja, baseado nas características que influenciam as ações da organização e por ela são interpretadas, e que podem gerar a legitimidade e aceitação dos processos pelo grupo de organizações envolvidas nesse contexto. Consideram-se ainda, as mudanças que podem ocorrer ao longo do tempo; novamente há formulação de novos padrões e processos, podendo assim, em alguns casos, ocorrer a desinstitucionalização.

Vale ressaltar que a legitimidade busca demonstrar o quão aceita são aquelas ações pertencentes ao ambiente em estudo e se podem ser aceitas como legítimas. Busca ainda reconhecer as fases no processo de institucionalização, tomando como referência o modelo de Tolbert e Zucker (1999), em que são avaliadas as fases definidas como habitualização, objetivação e sedimentação.

Em relação ao constructo campo organizacional, utiliza-se como suporte a teoria de redes, no que tange relacionamentos interorganizacionais. A união dessas teorias permite um melhor entendimento da capacidade e estrutura dos relacionamentos, principalmente em identificar quem são os atores relevantes, como estabelecem e firmam suas relações. De acordo com essa perspectiva, os relacionamentos interorganizacionais contribuem para que as organizações ressaltem seus propósitos perante o grupo e legitimem seus interesses. Neste caso, a fim de compreender como os atores influenciaram e foram influenciados, a partir dos

seus relacionamentos, dentro do campo em estudo, foi favorável e de extrema relevância a união das teorias (FURTADO; PEREIRA, 2017).

Por fim, adotou-se a teoria de logística reversa, a qual se aproxima do caso em estudo e que, conseqüentemente permitiu um melhor entendimento do processo de retorno de embalagens, promovendo seu reaproveitamento, a fim de evitar transtornos ambientais, econômicos e sociais.

3.2 EPISTEMOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO GERAL DA PESQUISA

No campo das teorias organizacionais, antes mesmo de se versar sobre os diferentes paradigmas e abordagens, é importante compreender a evolução histórica dos pensamentos e conceitos. Hatch (1997) destaca quatro principais fases que permeiam os estudos organizacionais: histórica, moderna, simbolismo e pós-moderna. Entre essas fases, nota-se a influência de diversas áreas sobre a composição dos estudos organizacionais, desde economia, engenharia, biologia, política, cultura e tantas outras que vieram a contribuir com seu constante desenvolvimento. Desse modo, percebe-se quão fragmentado é o estudo das organizações, baseado em diferentes percepções e visões de mundo, ou seja, diferentes aspectos ontológicos.

Como abordagem de estudo, optou-se pela pesquisa qualitativa que, segundo Godoy, Bandeira-de-Melo e Silva (2010), possui uma visão interpretativa e natural dos fenômenos observados. Trata-se também de uma pesquisa de natureza descritiva e exploratória, com intuito de compreender a institucionalização dos processos de logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas e os relacionamentos entre os atores pertencentes a esse campo (CRESWELL, 2010). Como forma de consubstanciar analiticamente os resultados, os dados coletados foram triangulados a partir das análises realizadas (HAIR, et al., 2005; FLICK, 2009).

A pesquisa descritiva exige do pesquisador a delimitação dos métodos de coleta de dados e sua interpretação, bem como a teoria que dará suporte para a construção dos roteiros de entrevista, diário de campo, que auxiliam na observação do campo, como também na construção das análises, visando validar o estudo e permitir a descrição do fenômeno (TRIVIÑOS, 1987).

O aspecto de análise temporal se caracteriza como longitudinal com corte transversal, que fez uma retrospectiva desde a implantação da associação em 2001, sendo que foi possível compreender o caso em estudo e avaliar as fases de institucionalização apresentadas a partir

do modelo de Tolbert e Zucker (1999). Assim, conforme o modelo dos autores, buscou-se identificar em que fase o processo de logística reversa se encontrava. Além disso, procurou-se analisar o campo organizacional composto por diferentes atores, bem como o modo como os relacionamentos entre eles ocorrem, influenciam e se formalizam durante o processo. Dessa forma, foi possível a compreensão da estrutura do campo e os fatores que motivam e conduzem os relacionamentos ao longo do tempo (POWELL et al., 2005; FORTWENGEL; JACKSON, 2016).

A pesquisa se caracteriza como estudo de caso, cujo objetivo é investigar variáveis e decisões sobre um fenômeno, em profundidade, buscando compreender e interpretar situações relacionadas àquele caso em específico, por meio da coleta e análise de dados (SCHRAMM, 1971, STAKE, 2008). No estudo de caso, a interpretação do fenômeno em estudo se baseia em perspectivas empíricas confrontadas com os recursos teóricos da área. Assim, pode-se inferir, confirmar ou se opor as teorias, além de utilizar múltiplas fontes de evidência (EISENHARDT; GRAEBNER, 2007). A presente investigação se caracteriza também como exploratória, sendo que a coleta de dados aconteceu inicialmente através do estudo de documentos bibliográficos, caracterizados como dados secundários; na sequência, coletaram-se os dados primários através de entrevistas (COOPER; SCHINDLER, 2011).

Finalmente, esta pesquisa está embasada em um caso específico, a ADDCS, a qual está instalada na região Centro Sul do Paraná.

3.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Neste item são descritas as principais categorias de análise conforme os constructos delimitados. Observa-se que para a análise das fases da institucionalização dos processos de logística reversa serão utilizados os constructos caracterizados e validados por Capellari (2017), definidas e apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6 - Categoria de análise e constructos

(continua)

Categorias	Constructos	D.C	D.O
Habitualização	Inovação	Ocorre em resposta a mudanças tecnológicas, de mercado ou legais, geralmente com adoção dos processos por outras organizações (TOLBER; ZUCKER, 1999).	Analisou-se das ideias e das estruturas geradas a partir de problemas e implantação de soluções. Questões 1 e 2 do roteiro.

(conclusão)

	Estrutura	Constituída a partir da ação conjunta entre organizações, enquanto fruto de regras, padrões e procedimentos equivalentes e resultantes de um relacionamento recíproco (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005).	Buscou compreender a estrutura do caso em estudo avaliando os principais padrões e procedimentos. São coletadas respostas com base nas questões 3 e 4 do roteiro.
	Políticas e Procedimentos	Os novos arranjos organizacionais adquirem políticas e procedimentos específicos dentro da organização (TOLBER; ZUCKER, 1999).	Buscou identificar principais procedimentos, padrões, regras e políticas que permeiam as ações e processos entre os atores. Estas informações serão coletadas com base nas questões 5 e 6 do roteiro.
Objetificação	Consenso social	Quanto maior o grau de institucionalização, menor é a resistência e maior é o consenso social sobre o valor da estrutura (OLIVER, 1991).	Buscou avaliar o consenso ou resistência sobre a implantação da nova estrutura. Informações coletadas com base nas questões 7 e 8 do roteiro.
	Monitoramento interorganizacional	Análise dos demais atores organizacionais a fim de buscarem ações legitimadas (DIMAGGIO; POWEL, 1991).	Averiguou-se os demais atores estão atuando de acordo com a estrutura proposta. Informações coletadas com base na questão 9 do roteiro.
	Difusão da estrutura	As formas organizacionais se tornam mais legítimas quando se espalham (DIMAGGIO; POWEL, 1991).	Averiguou-se todos os atores envolvidos no campo organizacional adotam a estrutura proposta. Informações coletadas com base na questão 10 do roteiro.
	Presença de <i>champions</i>	Um grupo que tem interesse na estrutura pode promover a sua difusão (TOLBER; ZUCKER, 1999).	Averiguou-se os atores do campo defendem e promovem a ideia. Informações coletadas com base na questão 11 do roteiro.
Sedimentação	Aceitação	É necessária uma relação entre resultados demonstráveis associados à estrutura suficiente para à aceitação por parte dos atores (TOLBER; ZUCKER, 1999).	Avaliou a identificação dos resultados e aceitação por parte dos atores, e se foram favoráveis. Informações coletadas com base nas questões 12 e 13 do roteiro.
	Continuidade da estrutura	Continuidade histórica da estrutura adotada (TOLBER; ZUCKER, 1999).	Observou a visão de futuro da estrutura implementada. (questões 14 e 15 do roteiro).
	Baixa resistência	A baixa resistência assegura a perpetuação da estrutura no tempo (ZUCKER, 1989).	Averiguou-se a dificuldade e resistências em relação ao processo. (questões 16 e 17 do roteiro).
Relacionamentos Interorganizacionais	Campo Organizacional	Campos organizacionais são formados por instituições, por estruturas formais e informais a partir de relações (ACKROYD, 2000)	Identificou como se configuram os relacionamentos, posições e papéis dos principais atores do campo organizacional. Análise documental; (questões 18 a 24 do roteiro).
	Legitimidade	Refere-se a aspectos sociais que incluem crenças e conhecimentos compartilhados, que formam e determinam fatores dentro da rede nos moldes descritos por Berger e Luckmann (1985).	Identificação de crenças, padrões, normas, e aceitabilidade, conforme variáveis agrupadas no roteiro em apêndice 3, (questões 25 a 26 do roteiro).

Fonte: Adaptado de CAPELLARI (2017).

Corroborando com a análise da institucionalização dos processos de logística reversa, foram adotados os constructos campo organizacional e legitimidade, dada a sua relevância para a compreensão dos estudos organizacionais.

O nível de análise foi interorganizacional, formado pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV), distribuidores, consumidores, Associação dos Distribuidores de Defensivos do Centro Sul (ADDCS), recicladoras, incineradoras e agências reguladoras envolvidas com o consumo de defensivos agrícolas e que devem retornar os resíduos resultantes da utilização de tais produtos. Ou, de modo geral, os atores relacionados a esse campo; a unidade de análise foi a Associação dos Distribuidores de Defensivos do Centro Sul (ADDCS).

Além da ADDCS existem outros atores importantes para que todo o processo ocorra, como o INPEV, a Luft transportadora, as incineradoras, os órgãos fiscalizadores e os próprios produtores, que embora não estejam localizados na região centro sul, correspondem ao campo em que a associação atua, logo, fizeram parte das análises que compõe este estudo. (Ressaltando que para produtores, distribuidores, agências reguladoras/ órgãos fiscalizadores e associação foi tomada como base a região centro sul do estado do Paraná, em virtude da amplitude de dados, uma vez que em todo o Brasil existem 400 unidades de recebimento de embalagens de defensivos como a ADDCS, atuando em mais de 25 estados (INPEV, 2018).

3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E MÉTODOS DE ANÁLISE DA PESQUISA

A coleta foi realizada por meio de múltiplas fontes de evidência, a fim de construir a triangulação dos dados; esse método é indicado para estudos de caso, uma vez que são averiguados dados por diversas fontes e o cruzamento destes permitem uma visão ampla sobre a situação (STAKE, 2008). Foram coletados dados de fontes primárias e secundárias, sendo utilizadas entrevistas semiestruturadas; destaca-se que para cada uma das entrevistas foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE), o qual tem o intuito de declarar por parte do entrevistado a ciência e concordância da utilização dos dados coletados na pesquisa. Foram utilizadas ainda observações diretas não participantes e diário de campo. Para a coleta de dados secundários foram utilizados documentos organizacionais e registros em arquivo.

Por meio das entrevistas semiestruturadas, busca-se identificar em cada uma das respostas os argumentos que venham elucidar a problemática da pesquisa (STAKE, 2008).

Justifica-se a escolha dessa ferramenta de coleta de dados devido à coerência com a abordagem de pesquisa, que segue como qualitativa, além do fato de buscar compreender a institucionalização do processo de logística reversa e os relacionamentos entre os atores que pertencem ao campo organizacional. Com as entrevistas, buscou-se identificar em que fase do processo de institucionalização se encontravam os processos adotadas pelos atores que se relacionavam com a unidade de análise deste estudo, a ADDCS. Dessa forma seria possível obter informações sobre como se iniciou o processo, quais fatores o motivaram, como era o funcionamento e os relacionamentos oriundos do processo, as barreiras ou limites, bem como as ações que facilitaram ou contribuíram no processo de logística reversa das embalagens de defensivos agrícolas.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com distribuidores associados à ADDCS, à transportadora Luft, ao INPEV, com a própria ADDCS, com produtores de pequeno, médio e grande porte, e também com as agências reguladoras. Todos esses atores contribuíram para compreender a institucionalização dos processos dentro da rede, além de possibilitar a compreensão daqueles que eram os atores centrais na rede e os impulsionadores.

Assim serviu de base para análise do conteúdo das entrevistas a fim de identificar os padrões de legitimidade e institucionalização dos processos de logística reversa a partir dos relacionamentos. Os roteiros de entrevistas foram elaborados com o intuito de coletar dados suficientes para colaborar e responder ao objetivo da pesquisa, ressaltando a importância e individualidade de cada um, ao mesmo tempo em que compõem a rede e interferem nos relacionamentos. Os roteiros de entrevistas são apresentados no Apêndice 3.

Os dados obtidos por meio de entrevista foram transcritos com auxílio do *software Express Scribe*, com o objetivo de extrair os dados significativos a esta investigação. Por fim, foi realizada a análise de conteúdo, que consiste em averiguar unidades do discurso transmitido em palavras ou expressões referentes ao recorte do conteúdo e os elementos expostos nas categorias de análise, com vistas ao tema em discussão (LAVILLE; DIONNE, 1999). A análise correu a partir da transcrição das entrevistas e triangulação dos dados coletados, de modo que buscou-se realizar análise temática relacionando objetivos e o tema de pesquisa com os dados coletados, além do confronto das entrevistas com os materiais coletados durante a observação em campo, buscando avaliar os relatos obtidos de cada um dos entrevistados com os documentos e informações adquiridos no campo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com base na proposta de pesquisa evidenciada no decorrer do trabalho, neste capítulo são apresentados os dados coletados e os principais resultados. Foram descritos a) o campo organizacional da Associação dos Distribuidores de Defensivos do Centro Sul (ADDCS); b) os processos de logística reversa de embalagem de defensivos agrícolas; c) os relacionamentos entre os atores que compõem o campo organizacional; d) a fase de institucionalização dos processos de logística reversa no campo organizacional da ADDCS, desde sua implantação no ano 2001 até o momento atual 2018; e) o impacto dos relacionamentos na institucionalização dos processos da logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas.

4.1 ORGANIZAÇÃO FOCO DO ESTUDO

A organização foco deste estudo foi a Associação dos Distribuidores de Defensivos do Centro Sul (ADDCS), localizada na região centro sul do Estado do Paraná, a qual faz parte das centrais de recebimento do INPEV. Composta por 32 empresas que comercializam defensivos agrícolas e são associadas, a ADDC é responsável pelo recebimento das embalagens. Ressalta-se que, para poder exercer a atividade de comercialização de defensivos é necessário comprovar como será realizado o retorno das embalagens e, por isso, a maior parte das empresas está filiada à associação.

Quadro 7 - Associados ADDCS

(continua)

Empresa	Cidade
Agrícola Estrela Ltda	Guarapuava
Agrícola Centro Sul	Guarapuava
Agrícola e Agropecuária DJ Ltda.	Reserva do Iguaçu
Agro3 Produtos Agrícolas-Zeagro Ivaiporã	Ivaiporã
Agroboi Ltda	Guarapuava
Agrocenter Defensivos agrícolas Eireli	Guarapuava
Agropantanal- Distr. Pitangueiras Prod agropecuários	Guarapuava
Agropecuária Galpao do Boiadeiro Ltda	Guarapuava
Agropecuária Tateiva	Guarapuava
Antonio Manchur & cia Ltda	Pitanga
Apoema Agroveterinaria Ltda	Manoel Ribas
Candido Bastos Com Insumos Ltda	Guarapuava
C.Vale – Guarapuava	Guarapuava
C.Vale – Turvo	Turvo
Casa Rural de Ortigueira	Pitanga
Casa Rural de Ortigueira-FILIAL	Pitanga
Coamo Agroindustrial Cooperativa	Guarapuava

(Conclusão)

Coop. Regional de Prod. De Leite-CRPL	Guarapuava
Cooperativa Agrária Agroindustrial	Guarapuava
Cooperativa de Londrina – Cativa	Pitanga
Deragro Distribuidoras de Insumos Agrícolas Ltda	Guarapuava
D & S Agrícola	Guarapuava
Distribuidora Prod. Agropec. Pitangueiras	Pitanga
Fermacon Insumos Agrícolas Ltda	Pitanga
Goioxim Insumos e Cereais Ltda-SOJAMIL	Goioxim
Manchur & Cia Ltda	Pitanga
Marques & Pazin Ltda	Candido de Abreu
Newton da Silva	Palmital
Producerta	Pitanga
Sojasul	Guarapuava
V.J.Fuchs & Cia Ltda	Guarapuava
Zeagro Comercial Agrícola Ltda	Guarapuava

Fonte: Dados primários da pesquisa.

A ADDCS é uma central de recebimento e deve estar habilitada atendendo a uma série de requisitos, como o licenciamento em relação às instalações, o terreno e a topografia, que são obrigações legais estabelecidas por órgãos regulamentadores, como o CONAMA.

As atividades na ADDCS ocorrem desde o ano de 2002 e estão relacionadas ao recebimento de materiais, conferência, triagem, classificação, prensagem, trituração, limpeza, encaminhamento dos materiais para reciclagem ou incineração. As embalagens vazias não lavadas prensadas e os resíduos processados são encaminhados para a incineração; as demais embalagens, que são lavadas e perfuradas, são encaminhadas à recicladora. A Associação é responsável também por orientar os produtores sobre o modo correto de entrega, manuseio e classificação dos materiais para entrega. Outra atividade a ser destacada diz respeito à realização de eventos e à divulgação de materiais para conscientização sobre o processo de logística reversa das embalagens de defensivos.

Além disso, cabe à ADDCS o levantamento mensal dos estoques processados e não processados dos diversos materiais recebidos; esse levantamento é confrontado pelo INPEV e também pelos órgãos fiscalizadores do volume de material que tem retornado frente ao que foi comercializado. Isso é realizado para identificar o percentual de retorno e possíveis falhas, sabendo que aqueles produtores que adquirem e não retornam tais resíduos podem sofrer penalidades junto aos órgãos fiscalizadores. Portanto, a ADDCS é o elo na cadeia entre produtor e indústria, sabendo que esta está incumbida legalmente de dar o destino adequado aos materiais produzidos e comercializados.

4.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Foram entrevistados 14 respondentes que fazem parte do campo organizacional da ADDCS, destacando aqui seus respectivos órgãos e/ou funções, preservando, no entanto, suas identidades. Foram denominados como entrevistados A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M e N, conforme o que se apresenta no Quadro 8.

Quadro 8 - Perfil dos entrevistados

Nome fictício	Órgão que representa	Escolaridade	Frequência de contato com a ADDCS	de Porte da propriedade
Entrevistado A	Gestor ADDCS	Superior	Diária	-
Entrevistado B	Responsável técnico ADDCS	Médio	Diária	-
Entrevistado C	INPEV	Superior	Diária	-
Entrevistado D	IAP	Superior	Mensal	-
Entrevistado E	ADAPAR	Superior	Semanal	-
Entrevistado F	Transportadora	Superior	Semanal	-
Entrevistado G	Produtor 1	Superior	Semestral	Grande
Entrevistado H	Produtor 2	Superior	Semestral	Média
Entrevistado I	Produtor 3	Médio	Anual	Média
Entrevistado J	Produtor 4	Médio	Anual	Pequena
Entrevistado K	Produtor 5	Fundamental	Anual	Pequena
Entrevistado L	Produtor 6	Fundamental	Anual	Pequena
Entrevistado M	Produtor 7	Fundamental	Anual	Pequena
Entrevistado N	Distribuidor	Superior	Mensal	

Fonte: Dados Primários da pesquisa.

As entrevistas ocorreram nos meses de julho e agosto de 2018, na cidade de Guarapuava. Foram escolhidos os representantes dos órgãos e funções que possuem relacionamento com a ADDCS no desenvolvimento de suas atividades. Cada gravação teve uma média de 31 minutos o que totalizou, aproximadamente, sete horas e vinte e três minutos. Dos entrevistados, 50% possui ensino superior, 29% médio e 21% ensino fundamental. Na sequência são apresentadas as análises a partir dos dados coletados por meio de observação, diário de campo, documentos e entrevistas.

4.3 CAMPO ORGANIZACIONAL DA ADDCS

Campo organizacional é definido como o conjunto de organizações que constituem um ambiente e compartilham uma vida institucional (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Quando se analisa campo sob seu aspecto funcional, então se observam funções, elementos técnicos,

institucionais, além de relações representadas entre os atores. Como posicionamento sociológico, envolve um grupo de organizações impulsionadas por relações interorganizacionais que promovem trocas e ligações entre si, movidas por ideias, ações, regras e interesses (FONSECA; AUGUSTO, 2008). Ressalta-se ainda, que no campo organizacional os atores mais comuns são fornecedores, agências reguladoras e consumidores. Para tanto, o campo organizacional é definido com base nas interações, estruturas de dominação e coalizão das informações transmitidas e da consciência mútua (DIMAGGIO; POWELL, 1983; FONSECA; AUGUSTO, 2008).

Os defensivos agrícolas, também chamados agrotóxicos, produtos fitossanitários, pesticidas ou praguicidas, são substâncias químicas utilizadas para prevenir ou inibir a ação de pragas que podem afetar uma lavoura. Os agricultores fazem uso desses produtos principalmente para garantir alto volume de produção, ou seja, uma produção em larga escala, que possui o intuito de alimentar milhões de pessoas. Mesmo aqueles que possuem um menor índice de produção utilizam tal tecnologia como ferramenta para assegurar que alcancem o nível de produção esperado (QUENTAL; LOURENÇO; SILVA, 2011).

Para tanto, buscou-se compreender o campo organizacional relacionado ao retorno das embalagens de defensivos. Logo, campo organizacional, é compreendido neste estudo, como sendo o espaço em que se desenvolvem as relações institucionais, representadas por agência reguladoras, indústrias, fornecedores, distribuidores, produtores, concorrentes, e todos aqueles que possuem interferência direta ou indireta, nas atividades desenvolvidas por uma organização (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Evidencia-se que há relação entre vários atores ou diferentes atores envolvidos em um processo, seguindo a característica inicial de envolvimento de aspectos internos com os externos, não exclusivamente dominante por uma empresa.

Os relacionamentos são impulsionados inicialmente pela lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 (BRASIL, 1989), do decreto nº 4.074, de janeiro de 2002 (BRASIL, 2002), que dispõem sobre as condições de venda, comercialização, utilização e destino final das embalagens, bem como controle, inspeção e fiscalização de todo processo, em virtude do grau de risco ocasionado pelo uso incorreto de tal produto (INPEV, 2017). De acordo com o INPEV (2017), iniciaram-se no ano de 1992 os estudos sobre a destinação adequada das embalagens de defensivos no âmbito nacional liderado pela Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef). Assim, as embalagens de defensivos agrícolas adquiridas pelo produtor devem retornar à indústria, considerando que esse tipo de resíduo sólido contém substâncias químicas que afetam o meio ambiente e a saúde humana (WAICHMAN, 2012).

Para que todo o processo pudesse funcionar de modo integrado, a responsabilidade, a partir das leis estabelecidas, ficou a cargo das indústrias produtoras. No entanto, as atividades iniciaram apenas em 2002, com o nome ‘sistema campo limpo’. Dessa forma, todo gerenciamento do consumo e devolução das embalagens teve as responsabilidades compartilhadas entre os vários atores, fiscalizadas pelos órgãos responsáveis e administradas pelo INPEV, por meio do programa sistema campo limpo.

Verifica-se que as responsabilidades foram compartilhadas, em virtude da lei nº 9.974/2000, e todos aqueles que fazem parte da cadeia de produção, comercialização e consumo dos defensivos agrícolas tiveram que se adequar às novas exigências legais. Substancialmente, pode-se dizer que todos esses atores citados anteriormente fazem parte do campo organizacional em estudo. Ainda, ressalta-se que todo esse processo ocorre em âmbito nacional, e que o foco do estudo ocorre na região centro sul do Paraná.

Com a responsabilidade compartilhada, o INPEV dividiu as responsabilidades legais entre todos os atores para que as embalagens tivessem a destinação final correta. De acordo com dados do INPEV (2017) esse processo possibilita a integração de produtores com mais de 5 mil canais de distribuição e recolhimento em todo país, sendo que há um número equivalente a 411 unidades próprias de recebimento, localizadas em 25 diferentes estados. Ressalta-se que todas as revendas precisam destacar o local de recebimento das embalagens, ora na própria loja ou em uma associação, como a ADDCS. Na sequência, as embalagens são encaminhadas à recicladora ou incineradora.

De acordo com Balestrin e Verschoore (2008), o fluxo desse processo, no sentido de relacionamento interorganizacional, compreende uma sequência de atores interconectados, que buscam a solução para o problema do descarte e do retorno dos recipientes. O governo federal e o ministério da agricultura regulamentam e fiscalizam a aquisição e retorno dessas embalagens; a indústria produtora atua no financiamento e encaminhamento desse processo; os distribuidores ou fornecedores atuam como vendedores e também como postos de coleta desses materiais após sua utilização; o produtor ou consumidor faz uso e entrega do material, além das associações que trabalham diretamente na conscientização, coleta, triagem e direcionamento de todo material (INPEV, 2017).

Para tanto, cada agente que faz parte do campo organizacional possui papel fundamental no processo de conscientização e retorno das embalagens. Diante disso, nota-se quão importante é o tema em estudo, pois a inter-relação no processo poderá contribuir de modo efetivo nos resultados alcançados. Sendo assim, a partir da coleta de dados foram identificados os principais atores relacionados ao campo em pesquisa.

Quadro 9 - Principais atores do campo organizacional

ATORES	FUNÇÃO
Indústria	Produto pronto para comercialização.
Distribuidores	Comercialização dos produtos e orientação sobre prazo de devolução das embalagens no prazo de até um ano, no local indicado na nota fiscal.
Produtor	Utilização do produto e manuseio das embalagens, que devem passar pela tríplice lavagem antes de sua entrega no local indicado na nota fiscal.
ADDCS	Associação formada por distribuidores atuantes na região Centro Sul do Estado do Paraná. Responsável pelo recebimento, emissão de comprovante de entrega de embalagens aos produtores. Bem como, separação adequada dos materiais e despacho pela transportadora ao local adequado de reciclagem, além de promover os dias de campo na região e programas de conscientização para os produtores.
Transportadora	Responsável pelo transporte adequado dos materiais até incineradoras ou recicladoras.
Recicladora e Incineradora	Responsáveis pela reciclagem ou incineração de materiais.
INPEV	Responsável pelo gerenciamento de toda cadeia de logística reversa.
Agências Reguladoras	Fiscalizam os processos de comercialização e retorno das embalagens.

Fonte: INPEV (2017).

O CONAMA, por meio da resolução nº 334/2003 e nº 465/214, estabeleceu os procedimentos para licenciamento das atividades nas unidades de recebimento e reciclagem das embalagens, permitindo assim maior controle no processamento. As unidades de recebimento se subdividem em postos e centrais. Os postos possuem uma área mínima de 80m² construída, já as centrais de recebimento, um mínimo de 160m² de área construída. Ambos são gerenciados por associações de distribuidores, no entanto as centrais possuem o cogerenciamento do INPEV, além de processos de compactação e enfardamento dos materiais.

Na cidade de Guarapuava, a Associação dos Distribuidores de Defensivos do Centro Sul (ADDCS), além de ser o maior ponto de coleta das embalagens na região, realiza a triagem e encaminhamento dos materiais às organizações recicladoras e incineradoras do material coletado. Faz ainda o trabalho de campo na conscientização dos produtores sobre a importância da devolução das embalagens, e quanto aos riscos que podem causar à saúde e ao meio ambiente (INPEV, 2017). A associação possui diferentes relações com os atores que pertencem ao seu campo organizacional, com diferentes frequências de contato; por exemplo, se o interesse do produtor se restringir à devolução das embalagens, esse contato ocorre uma, ou duas vezes ao ano. Segundo o entrevistado A, a ADDCS “[...] é uma entidade pública sem fins lucrativos, de direito privado, tem o presidente, tem o tesoureiro, tem o administrador,

técnico, responsável técnico, então tem um corpo jurídico administrativo como uma empresa qualquer [...]”.

Nesse processo de logística reversa das embalagens de defensivos agrícolas, inicialmente tem-se a indústria produtora que é responsável, a partir da lei 7.802, por dar destinação correta aos resíduos de seu produto. Considerando que no Brasil o número de indústrias atuantes na área é superior a cem e que a dificuldade de retorno das embalagens seria imensa se cada uma delas atuasse individualmente.

Ressalta-se ainda que toda empresa que trabalha com a comercialização de defensivos agrícolas deve estar vinculada a uma associação de recebimento das embalagens utilizadas, como explica o Entrevistado A: “[...] o empresário que quiser entrar nesse mercado de revenda de agroquímicos ele tem que obrigatoriamente se associar numa unidade de recebimento, no caso do Paraná são treze, logicamente ele vai se associar onde ele tá mais próximo [...]”. Para se associar, a empresa deve encaminhar toda documentação exigida: “[...] contrato social, CNPJ, pra fazer um cadastro e um levantamento do potencial de venda, estimativas de venda no mercado, diante dessa análise é calculado o custo, tem uma joia que ele vai ter que pagar e uma mensalidade [...]”. A joia a que o entrevistado se refere, trata-se de um valor pago para poder usufruir da estrutura já construída e paga por outros associados.

Nesse caso, ressalta-se a importância da figura da associação no campo organizacional, pois a partir de suas atividades, as ações dos demais atores ocorrem. Sobre isso, o entrevistado A menciona que “[...] as atribuições são receber as embalagens vazias de agroquímicos, orientar o produtor ou os produtores e também atuar na educação ambiental junto às escolas e com os produtores, palestras, oficinas, workshops, enfim educação ambiental e conscientização[...]”.

O INPEV é o financiador de mais de 70% desse processo; também é a figura inicial, pois representa as 116 indústrias que atuam no mercado brasileiro com produção e comercialização de defensivos, impulsionado por uma lei nacional que obriga a realizar a coleta desse material, a fim de evitar uma série de problemas ambientais e sociais. Dessa forma, o instituto tornou-se o mentor e o responsável pela continuidade das atividades relacionadas ao processo de recolhimento e reciclagem das embalagens. Na entrevista com o gestor da ADDCS, questionou-se quem eram os possíveis parceiros da associação e como contribuem para suas atividades. Segue a resposta do Entrevistado A:

[...] O órgão parceiro é o INPEV, que é a associação da indústria fabricante, o INPEV é Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, ele é o cogerenciador das unidades de recebimento que no Brasil são 112, em questões de

logística de padronização de operações e financeiramente também, ele paga 70% do déficit de cada unidade e todas elas são deficitárias, nenhuma dá lucro, então dinheiro não tem dinheiro do governo, isso aqui não é uma entidade pública, é uma entidade privada, o dinheiro sai das indústrias e das vendas pra manter o sistema.

O INPEV é formado pela associação das indústrias produtoras dos defensivos, e é quem normatiza e viabiliza todos os processos para a logística reversa das embalagens. O entrevistado C afirma que “[...] não funcionamos como uma indústria, nós temos setores diferenciados dentro do INPEV, a área de destinação final, de logística, de operações, temos toda uma inteligência e somos muito cobrados para fazer esse trabalho com excelência [...]”. Com a união das indústrias do ramo foi possível desenvolver um programa com a finalidade exclusiva de retorno das embalagens, com maior controle, seguindo normas e diretrizes que regulamentam todas as ações, a fim de garantir a aplicabilidade da logística reversa, conforme argumenta o entrevistado C: “[...] o INPEV é um órgão da indústria, foi criado pela indústria, porque senão cada um teria que fazer separadamente, cada indústria teria que fazer o seu processo de logística reversa, então elas resolveram criar o INPEV e nós fazemos a gestão das embalagens [...]”. Ainda sobre o papel que o INPEV exerce, o entrevistado A argumenta que “[...] o Inpev paga, até 70%, o restante tem que ter fluxo de caixa da associação, se não tiver tem que passar o chapéu pros associados [...]”.

Além do INPEV, que atua como co gerenciador, outros atores importantes são as recicladoras e incineradoras. No estado do Paraná existe apenas uma recicladora e não há nenhuma incineradora, todas estão localizadas em outros estados do país. Ainda assim, o material é coletado e encaminhado para as recicladoras e incineradoras; a escolha de qual é determinada conforme volume e contrato firmado entre INPEV e empresas. O entrevistado A explica: “[...] no Paraná tem uma recicladora, que é de plástico em Maringá, a Simflex. Então o INPEV tem um contrato com a Simflex e quando atinge a cota de embalagens mensais envia para outra recicladora de outra região [...]”. Mas a maior parte de recicladoras e incineradoras está localizada no estado de São Paulo.

No campo organizacional ao qual a associação pertence, outra figura muito importante é o produtor. Em entrevista realizada com representante da ADDCS sobre se a associação mantém contato direto com o produtor ou apenas no momento que ele vem fazer a entrega das embalagens, ele comentou que “[...] apenas no momento que ele vem fazer a entrega, o contato maior do produtor é com a revenda que ele escolheu, que é a associada, e conosco só no momento da entrega, ou quando ele pede pra gente ir até lá, ou se detectamos problemas e vamos até ele [...]”.

Com base nesse fragmento, entende-se que, no que diz respeito ao funcionamento do processo de logística reversa das embalagens, o contato entre produtor rural e a associação ocorre apenas em relação à devolução das embalagens, no agendamento de entrega, ou em campanhas de conscientização realizadas em determinados períodos. Em trechos da sua resposta o entrevistado A menciona a relação com o produtor, relatando que "[...] normalmente, quando o produtor vem aqui entregar, e detectamos algum problema a gente orienta ele na hora, é um trabalho constante, sempre orientando e cobrando para que ele faça a parte dele [...]" menciona ainda que "[...] a lei dividiu as responsabilidades produtor, revendedor e indústria, cada um tem uma obrigação [...]".

Os revendedores de defensivos agrícolas que são associados à ADDCS, e que fazem parte do campo organizacional, têm como objetivo a venda dos defensivos agrícolas. No entanto, para que isso ocorra eles devem se filiar à associação ou realizar o recebimento e encaminhamento das embalagens para reciclagem e incineração. Sendo assim, se torna viável associar-se à ADDCS para obter aval de licenciamento perante o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e outros órgãos fiscalizadores. O entrevistado N, argumenta que “[...] o revendedor tem que orientar seu cliente no momento da venda e indicar na nota o local de devolução das embalagens. É o revendedor que tem contato frequente com produtor, então tem que orientar [...]”.

O poder público municipal, estadual e federal fiscaliza o cumprimento ou não da lei por parte dos demais atores pertencentes ao campo organizacional, atuando tanto na fiscalização como na elaboração de atividades educativas para conscientização, no sentido de fazer com que o produtor compreenda a importância deste processo. Entre os órgãos governamentais fiscalizadores estão a Polícia Ambiental, a Secretaria do Meio ambiente, o Instituto das Aves, o IAP e a ADAPAR. Além das recicladoras e das incineradoras, a transportadora, o INPEV e o produtor, independente do porte e da quantidade consumida, também fazem parte do campo organizacional da ADDCS.

4.4 OS PROCESSOS DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Os processos de logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas ocorrem a partir do compartilhamento de funções dos atores que integram o chamado sistema campo limpo, sistema esse formado principalmente pela indústria produtora, pelo INPEV, pelos distribuidores ou revendedores, pela ADDCS, pelos órgãos fiscalizadores e pelos produtores.

A partir da reciclagem e transformação de materiais são produzidas resinas pós-consumo que permitem a fabricação de embalagens plásticas para as próprias indústrias, o que gera economia na exploração de recursos naturais. No ano de 2009 foi lançada a embalagem ecoplástica triex, fabricada a partir das resinas de itens já consumidos. Observa-se que cada embalagem produzida evita a emissão de 1,5kg de CO₂ (INPEV, 2017).

A logística reversa vem sendo implementada em diversos segmentos, impulsionada pelo grande volume de resíduos gerados. Recentemente a lei federal nº 12.305/ 2010 criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a qual classifica os tipos de materiais que podem ser reciclados e aqueles que são tratados como rejeitos, ou seja, que não possuem a capacidade de reaproveitamento ou reciclagem. Essa lei abrange a comercialização de produtos de diversas áreas e busca ressaltar a importância do seu reaproveitamento a todos os atores que fazem parte da cadeia de produção e de consumo. Conforme afirma o entrevistado D, “[...] a questão de defensivos agrícolas é uma área já bem equacionada já há bastante tempo, e foi inclusive o primeiro setor que hoje nós chamamos de logística reversa, antes da política nacional de resíduos sólidos já havia essa logística reversa das embalagens de defensivos [...]”.

No sistema campo limpo, decorrente das discussões legais regulamentadas, as embalagens de defensivos são separadas em dois grupos, laváveis e não laváveis, e também em primárias e secundárias. As embalagens laváveis são rígidas e armazenam líquidos que são diluídos em água para posterior aplicação, grande parte são plásticas, e aproximadamente 10% são metálicas. Esse tipo de embalagem passa por processo de tríplice lavagem, para que possa ser reciclada (INPEV, 2017). No quadro 10, destaca-se a classificação das embalagens laváveis.

Quadro 10 - Classificação de embalagens laváveis.

Resina	Características
Pead Mono - (Polietileno de Alta Densidade)	É a segunda resina mais reciclada no mundo. Caracteriza-se pela alta resistência a impactos e a agentes químicos. É identificada pelas siglas HDPE (<i>High Density Polyethylene</i>), PE (Polietileno) ou Pead, e pelo número 2 na embalagem.
Coex - (Extrusão em multicamadas)	Identificada na embalagem como 7 – Outros.
PP - (Polipropileno)	É identificado pela sigla PP e pelo número 5, ambos estampados no fundo das embalagens.

Fonte: INPEV (2018).

Conforme o entrevistado B, “[...] o material COEX, o PAD e o material colorido, tem diferença. O COEX ele tem 30% de um plástico diferente do polipropileno que é uma manta de vidro por dentro para aguentar normalmente fungicida, que é perigoso corroer, esse material não corrói, é um material inferior, mais barato no caso [...]”.

As embalagens não laváveis são caracterizadas como aquelas que não acondicionam itens que utilizam água para pulverização, além de embalagens flexíveis e secundárias. Esse grupo inclui saco plástico, de papel, metalizados, embalagens de sementes, caixas de papelão, cartuchos, fibrolatas e termomoldáveis, que não possuem contato direto com produto químico. Ressalta-se que embalagens primárias são aquelas que possuem contato direto com o produto, e as secundárias não possuem contato direto, mas servem como forma de proteção do conteúdo primário (INPEV, 2017).

No rótulo de cada produto são informados os procedimentos de uso e classificação das embalagens. No momento da compra, o revendedor tem como função orientar o produtor sobre manuseio e devolução. Para tanto, as embalagens laváveis passam pelo processo de tríplex lavagem e sob pressão, que segue a norma ABNT NBR 13968, com intuito de reduzir os princípios ativos do conteúdo; em seguida, são destinadas à reciclagem. No processo de tríplex lavagem, inicialmente a embalagem deve ser esvaziada, na sequência, deve-se adicionar 25% da capacidade total com água limpa, tampar e agitar; finalmente, deve-se despejar no tanque pulverizador e repetir o procedimento por três vezes. Para a lavagem sob pressão, a embalagem também deve estar totalmente vazia, depois deve ser encaixada no pulverizador; na sequência é liberado um jato de água em todas as direções e por fim se transfere todo conteúdo para o pulverizador. Independente se o produtor optar por fazer a tríplex lavagem, ou a lavagem sob pressão, ao final deverá inutilizar as embalagens perfurando o fundo. Explica o entrevistado B que “[...] o material contaminado vai para incineração, o material limpo vai pra reciclagem, para recicladora. Material contaminado, de tratamento de semente, material flexível, embalagem granulada, esse é o material que vai para incineração [...]”.

Sobre esse mesmo tema, o entrevistado B explica que “[...] nós mandamos pro armazém de embalagem vazia, a embalagem ela chega, e como são lavadas tem um pouquinho de água dentro então a embalagem ela tem que ser entregue seca e limpa, então ela fica lá armazenada, a gente condiciona no local específico pra isso [...]”. O entrevistado A relata que “[...] a embalagem é recolhida, se ela é lavável, deve estar limpa pra poder ser reaproveitada como matéria prima, e a que não é lavável ela vai para o caminho certo, que deve ser a incineração [...]”, o que é confirmado pelo entrevistado E : “[...] mesmo que seja

limpa, a tríplice lavagem deixa uma contaminação baixa, mas é contaminada, melhor coisa é você destinar pra fora da propriedade e fazer com que ela termine de maneira correta, se tem que ser incinerada, ou se vai ser reutilizada e não ficar com um passivo ambiental [...]”. Para o Entrevistado C, o “[...] agricultor por sua vez deveria fazer a tríplice lavagem no momento da aplicação colocando o resto da água de lavagem dentro do tanque de pulverização e devolver [...]”.

As embalagens laváveis, depois de lavadas, devem ser armazenadas em local protegido e com ventilação. As tampas devem ser separadas e guardadas nos *big bags*; todo esse procedimento facilita a conferência no momento da devolução nos postos ou centrais de recolhimento. O produtor, portanto, deve seguir essas instruções, caso contrário será advertido no momento do recebimento. De acordo com Entrevistado B,

qualquer caminhão que chega aqui, por mais que o motorista veio ontem, hoje explicamos de volta, olha essa embalagem aqui você tem que tirar lacre, tem que tirar bula, você tem que trazer ela furada, sem condição de reutilização, tem que trazer totalmente limpa, livre de qualquer tipo de resíduo, sem ninho de rato, sem nada, 100% limpa, explicamos todos os dias, pra todo produtor, seja grande ou pequeno, é explicado como tem que fazer o procedimento de devolução de embalagem, trazer nos big bag, não a granel em cima do caminhão que é muito demorado, se chegar a carga granel nem é recebido, é mandado de volta, se ele não tiver bag a central fornece, tudo separado.

A legislação regulamenta que o produtor tem até um ano para fazer a devolução do material adquirido na revenda, e que o local de entrega deve ser observado na nota fiscal de compra. O entrevistado C descreve que “[...] o produtor que não fizer a tríplice lavagem, ou que não entregue as embalagens em um ano pode pagar uma multa, ou até ser preso, um período de até 4 anos [...]”. As entregas de grandes volumes, geralmente consumidas por grandes propriedades, devem ter o agendamento da data e horário de entrega direto no site do INPEV, direcionando para o posto ou central indicado na nota fiscal. Sobre isso, o entrevistado G menciona que “[...] fazemos o agendamento porque o nosso volume é maior, se for um volume pequeno o pessoal consegue entregar sem agendamento, volumes maiores têm que agendar e a gente faz o agendamento e entrega, então nós não temos problema nenhum [...]”.

Os postos ou centrais de recebimento, que é o caso da ADDCS, possuem como principais funções o recebimento de embalagens lavadas e não lavadas; inspeção e segregação; classificação do material COEX, PEAD, metálico e papelão; prensa e enfardamento; trituração das embalagens de vidro; emissão do comprovante de entrega aos produtores mencionando a quantidade de embalagens lavadas e não lavadas; utilização de

prensa para compactação de material e solicitação de coleta dos fardos e *pallets* pela transportadora e seu devido direcionamento para reciclagem e incineração (INPEV, 2017). O recebimento e inspeção das embalagens na ADDCS ocorrem conforme se descreve no quadro 11.

Quadro 11 - Identificação e separação de embalagens

Tipo	Processo
Embalagens laváveis	(rígidas plásticas, metálicas e de vidro): inspecionar uma a uma quanto à lavagem adequada e separar as embalagens não lavadas adequadamente.
Embalagens não laváveis	Armazenar em local segregado
Embalagens rígidas	(para tratamento de sementes) e secundárias (caixas coletivas de papelão): inspecionar uma a uma para verificar a existência de contaminação aparente. As embalagens contaminadas devem ser armazenadas em área segregada.
Embalagens Flexíveis	(sacos ou saquinhos plásticos, de papel, metalizados, mistos ou de outro material flexível): guardar dentro das embalagens de resgate (disponíveis nos locais de compra do produto) com a etiqueta devidamente preenchida. Para conhecer uma lista de fornecedores das embalagens de resgate.

Fonte: INPEV (2018)

Quando o agricultor faz a entrega das embalagens, a associação emite um documento comprovando a entrega dos materiais. Concomitantemente, os órgãos fiscalizadores são informados. No recibo é discriminada a condição em que foram entregues, a quantidade e o tipo de embalagem, para fins de fiscalização. Argumenta o entrevistado G:

nós mandamos pro armazém de embalagem vazia, a embalagem ela chega, vamos dizer, sempre como você lava ela tem um pouquinho de água dentro então a embalagem ela tem que ser entregue seca e limpa, então ela fica lá armazenada, a gente acondiciona no local específico pra isso, não tem outra finalidade depois a gente pega e manda pro local onde a embalagem é recolhida, se ela é lavável ela tem que tá limpa pra poder ser reaproveitada como matéria prima, pra construção de alguns produtos que podem ser usados embalagens de defensivos reciclados e a que não é lavável ela vai para o caminho certo, que deve ser a incineração, então a embalagem sai segregada sem tampa, sem lacre, então nós temos o bag de tampa o bag de lacre e ai nós devolvemos tudo, se ela vem em caixa, a caixa é devolvida também, o que vem, sai da propriedade.

Com o reaproveitamento e reciclagem das embalagens é possível a produção de outros dezessete itens; isso demonstra alguns dos resultados alcançados a partir desse processo, destacando-se a redução de queimadas, emissão de gás carbônico, exploração de petróleo e outros itens naturais, favorecendo o meio ambiente nesse quesito. A seguir são descritos os

produtos fabricados com a reciclagem das embalagens, de acordo com o INPEV (2017): Embalagem ecoplástica triex para defensivos agrícolas; caixa para descarga; caixa de bateria automotiva; tubo para esgoto; caçamba plástica; caixa de passagem para fios e cabos elétricos; embalagem para óleo lubrificante; cruzeta de poste de transmissão de energia; recipallet; suporte para sinalização rodoviária; caixa para massa de cimento; duto corrugado; barreira plástica para carriola; conduíte corrugado; tampa agro recicap.

Apesar de as indústrias terem custo para manter o INPEV, com o processo de reciclagem é produzida a embalagem ecoplástica triex para os defensivos agrícolas; isso representa menor consumo e extração de recursos naturais para produção de novas embalagens. Ou seja, a indústria investe no processo de reciclagem e tem como retorno a produção de novos itens, incluindo um modelo de embalagens para seus próprios produtos, além de não extrair uma quantidade maior de recursos naturais.

Ademais, o papel das indústrias representadas pelo INPEV consiste em retirar as embalagens armazenadas nas centrais ou postos de recebimento, além de encaminhá-las para reciclagem ou incineração, mantendo, para isso, todo o sistema campo limpo, dando o suporte financeiro necessário.

O produtor, em todo caso, precisa se atentar ao manuseio das embalagens, realizar a tríplice lavagem, ou lavagem sob pressão, e fazer a devolução, além de manter o comprovante de entrega por um período de 12 meses. O entrevistado M relata que devolve “[...] a cada safra, mais ou menos um ano depois que comprar. Toda safra eu devolvo [...]”. O Entrevistado I diz que “[...] a entrega é feita na ADDCS dentro dos padrões, tudo inspecionado por eles a quantidade de produto usado por nós pela nota fiscal tem que bate pela entrega dos vasilhames não pode sobra e não pode falta, dentro dos parâmetros da lei da entrega dos vasilhames [...]”.

De acordo com entrevistado K, na ADDCS, “[...] fiscalizam o procedimento, se estamos fazendo a tríplice lavagem, entregando a quantidade certa, e tem toda separação, vasilhame de cinco litros junto com de um litro não pode então tem que separar, as embalagens plásticas tem que ser entregue, os que vêm em pacote de papel também [...]”, ao que o entrevistado L complementa: “[...] a parte de armazenagem o manejo desses produtos aqui na fazenda no caso quem fiscaliza pra nós é o técnico de segurança, a ADDCS só é um órgão que fiscaliza a entrega dos vasilhame no caso se for vasilhame mal lavado ou mal embalado eles mandam uma notificação pra empresa [...]”. O entrevistado G afirma ainda que “[...] a embalagem sai segregada sem tampa, sem lacre, então nós temos o bag de tampa o bag

de lacre e aí nós devolvemos tudo, se ela vem em caixa, a caixa é devolvida também, o que vem, sai da propriedade [...]”.

Ressalta-se, novamente, que os distribuidores no momento da venda devem orientar o produtor sobre a devolução, também indicar na nota fiscal o local e o prazo de entrega, além de emitir comprovante de devolução aos consumidores e reforçar sempre a necessidade e importância de todo o processo aos consumidores.

Para que uma revenda possa comercializar defensivos agrícolas, o poder público, inicialmente, deve requerer licença junto aos órgãos regulamentadores. Conforme explica o entrevistado D, “[...] a fiscalização no que diz respeito aos processos de controle ambiental em fase de licenciamento ou para cumprimento de condicionante de licença, fiscalização propriamente dita que apura as questões de denúncias, poluições que são averiguadas o IAP faz [...]”. Logo, de modo geral, os órgãos fiscalizadores emitem licenciamento para vendas e centrais de recebimento de embalagens, além de fiscalizar todo o processo, tanto comercialização, manuseio quanto o retorno das embalagens. Eles têm também, o papel de educar e conscientizar os usuários dos produtos para que utilizem corretamente as embalagens e façam sua devolução. Para tanto, todos os elos da cadeia de logística reversa contribuem para as atividades logísticas.

Pode-se notar que cada ator que pertence ao campo organizacional da ADDCS, possui papel importante para o cumprimento das responsabilidades estabelecidas pela legislação. Nesse caso, os processos realizados pelos atores permitem que o propósito no recolhimento, reciclagem ou incineração ocorra, com intuito de minimizar os riscos pela destinação incorreta das embalagens. A falha de qualquer um dos atores e de seus respectivos processos pode ocasionar problemas, além reduzir o índice de coleta de materiais, ou a qualidade da entrega destes, no que se refere à lavagem e perfuração, por exemplo.

4.5 INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE LOGÍSTICA REVERSA

O processo de institucionalização é decorrente de uma história muitas vezes interligada a interesses organizacionais e mudanças, considerando as alterações e/ou a substituição de aspectos normativos, cognitivos, estruturais e processuais (MACHADO-DASILVA; FONSECA; CRUBELATTE, 2010). No caso em estudo, identifica-se que as mudanças proporcionaram um novo dimensionamento no processo de logística reversa dos materiais de defensivos agrícolas.

Inicialmente, a imposição era apenas legal, nota-se uma nova visão muito relacionada à dimensão ambiental. Ou seja, denota-se mudança de paradigma; antes o que era apenas uma estrutura formal em virtude da lei, hoje permeia todo o processo, gerando maior capacidade de entendimento por parte dos atores sobre a importância do retorno das embalagens, o que possui reflexo principalmente no meio ambiente. Sobre isso, os entrevistados argumentam a favor. De acordo com o entrevistado A, “[...] a questão de defensivos agrícolas é uma área já bem equacionada que já há bastante tempo, e foi inclusive o primeiro setor que hoje nós chamamos de logística reversa [...]”. O entrevistado M argumenta que “[...] é um processo importante, mesmo que a lei não existisse [...]”.

A institucionalização dos processos ocorre muitas vezes por pressões isomórficas, ou seja, pelas semelhanças ou características próximas e os relacionamentos entre variáveis, os quais se subdividem em competitivo, que observa lógica de mercado e o institucional, com seus mecanismos coercitivo, mimético e normativo (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

O isomorfismo representa as mudanças decorrentes de influências coercitivas, miméticas e normativas, em virtude de interferência política, leis e condições legais, da padronização e condições culturais, e está associado à profissionalização. O isomorfismo representa, portanto, a necessidade de adaptação ou readaptação em virtude do ambiente; no caso em estudo, nota-se a influência de diversos aspectos, desde culturais até legais e que interferem na institucionalização do processo de logística reversa, por exemplo, as penalidades que o produtor pode sofrer caso não faça a devolução de acordo com as exigências (FURTADO et al., 2017; MACHADO-JUNIOR et al., 2014; LÓPEZ, 2017; FREITAS, 2016; REIS et al., 2017; BEVERLAND, 2005).

Diante dos apontamentos citados acima, cabe destacar também, na sequência, as características e conceitos atribuídos ao isomorfismo, sendo que este trata aspectos de homogeneização das organizações, buscando assemelhar suas práticas, neste caso, relaciona-se com a institucionalização (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999). Seria compreender, de fato, como as mudanças interferem nas organizações e são legitimadas e institucionalizadas. Todos esses atributos mencionados fazem parte do entendimento e análises deste estudo, com o propósito de, ao final, identificar alguns fundamentos relacionados às teorias.

Corroborando ao que é discutido, o isomorfismo, ao buscar igualar os padrões adotados no campo organizacional, se subdivide em duas vertentes sendo elas a competitiva ou institucional. A competitiva tem como foco a competição de mercado e ajustes derivados em decorrência das estruturas econômicas, enquanto que a institucional, se subdivide em três categorias: coercitiva, mimética e normativa. O isomorfismo institucional é provável e

evidente para instituições que buscam legitimidade (DIMAGGIO; POWELL, 1991; 1983; MACHADO-DASILVA; FONSECA, 1983).

Nessa perspectiva, o processo de institucionalização busca transcender ações, fazendo com que sejam acatadas e transformadas em ações. Ou seja, é reforçada a ideia de que a institucionalização não é algo imediato, mas sim construído, buscando-se que seja entendido, aceito e legitimado (MEYER; ROWAN, 1977; POWELL; WHITE; OWEN SMITH, 2005). Com base nessa afirmação, entende-se a necessidade em se definir o grau ou fase de institucionalização, definida como habitualização, objetificação e sedimentação (TOLBERT; ZUCKER, 1999).

4.5.1 Habitualização

A primeira fase, a habitualização, é decorrente de mudanças ambientais que criam ou recriam arranjos estruturais. Nesse caso, tem-se uma nova estrutura institucional, na maior parte das vezes a fim de trazer melhorias. Nessa fase, discute-se inovação, estrutura, políticas e procedimentos (VENTURA, 2005). A inovação provoca alterações nas estruturas, fazendo com que novas dimensões sejam discutidas e remodeladas. Os entrevistados foram questionados, portanto, sobre como surgiu todo esse processo, se o consideram uma inovação, e a respeito dos fatores que motivaram a mudança.

A fase de inovação é entendida por alguns dos entrevistados como um impulso inclusive para desenvolvimento da PNRs. O Entrevistado D descreve que “[...] naquela época foi sem dúvida uma inovação, o processo que hoje inclusive nos dá uma noção de como que devem funcionar os outros itens propostos na logística reversa”. Para o entrevistado G, “[...] somos o primeiro segmento do Brasil que faz a logística reversa e ela tem força de lei, temos multa se não cumprimos a legislação, então eu acho que nós estamos cumprindo nosso papel, como produtor [...]”. O entrevistado C diz que “[...] com certeza o processo é inovador, por que não existia nada no Brasil pra gente copiar, não existe nenhuma logística reversa, muito pelo contrário, hoje os setores que estão sendo cobrados eles vem nos visitar entender como é que a gente faz [...]”. O entrevistado A conta que “[...]o surgimento deveu-se a isso, primeiramente uma iniciativa da indústria meio tímida, depois de uma lei muito bem feita que compartilha responsabilidades entre produtores, revendedores e fabricantes [...]”.

Haja vista que a inovação é compartilhada pela institucionalização dos processos, é viável que a transformação de padrões tradicionais resulte em um novo formato ou forma de se fazer algo, para que sejam alcançados novos resultados ou padrões que melhorem a

operacionalização dos processos (QUINELLO; NASCIMENTO, 2009). Isso vale também para a logística reversa, sendo que a indústria produtora mesmo com o custo em financiar o sistema campo limpo, possui o reaproveitamento e criação de novos produtos.

Sobre os fatores que motivaram a mudança, todos destacaram a preocupação por não possuir um local adequado de descarte. Muitos produtores queimavam, jogavam nos rios, reutilizavam na propriedade, ou até mesmo entregavam aos indivíduos que fazem coleta de material reciclável. Sabendo da periculosidade de contaminação ambiental, animal e humano, a estrutura necessitava de ajustes, logo, o sistema surgiu para minimizar estes problemas, como explica o entrevistado J:

foi uma inovação, porque primeiro, era preciso entregar essas vasilhas, até nós tínhamos essa dificuldade, não tinha um lugar adequado, e também não sabíamos se aquela proposta de recolhimento das embalagens daria certo. As vezes guardava as embalagens em casa, deixava ali num canto separado, até que os catadores de reciclados viessem buscar. Não sabia pra quem entregar, não sabia quem era responsável, porque não tinha essas notas, olha tem que fazer a tríplex lavagem, aí ao longo do tempo, teve essas leis mais rígidas, que se não entregar, sofre pena, na próxima compra você ia aparecer no sistema, se você entregou ou não, então a partir daí foi necessário tá dentro da lei, se não cumprir você sofre pena, porque era acompanhado, um rastreamento, mas acredito que foi bem recente, uns 4 nos atrás, que começou essa entrega certinha, dentro do que eles exigem, porque tem todos os requisitos, se você tiver problema lá na lavagem eles não recebem, se você entregar a vasilha sem limpeza, é devolvido pra você.

Na fase de habitualização, a mudança ainda é muito recente e tem alta possibilidade de fracasso e variância na implementação. Além disso, os envolvidos no processo ainda não compreendem como os procedimentos devem acontecer, por isso tem-se a característica de imitabilidade. A nova estrutura implantada é passível de questionamento, como saber qual motivo implicou para esse modelo tornar-se real, o que, conseqüentemente, representa pressões desencadeadas sobre cada um dos atores. Nesse caso, o entrevistado D argumenta que “[...] inicialmente surgiu muito por uma pressão externa. Pressão de legislação [...]”. O entrevistado C menciona: “[...] somos muito cobrados para fazer esse trabalho com excelência, então nós temos uma pressão não é uma pressão interna de trabalho, mas tem uma exigência por resultados, por meio da indústria obviamente que é quem banca o INPEV [...]”. O entrevistado A acrescenta: “[...] sofremos pressão, por sermos muito fiscalizados, para cumprir com a lei, então uma pressão muito grande pra que realmente as associações foram criadas para esse destino e para que cumpram com essa finalidade, esse objetivo que elas foram criadas [...]”.

Com base na discussão apresentada, nota-se que a logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas foi pioneira. Observa-se, porém, que o impulso para seu desenvolvimento foi a obrigação legal, a qual determinou que a indústria fosse responsável por todo processo; dividindo da mesma forma, no entanto, as responsabilidades entre todos que fazem parte da cadeia. A logística reversa foi entendida como uma inovação que possibilitou o desenvolvimento de uma cadeia de relacionamentos e permitiu que novas estruturas fossem criadas. Em conformidade com essa argumentação, sabe-se que os atores, em sua capacidade de agência, podem influenciar a dinâmica das instituições, suas condições estruturais e ação social (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELATTE, 2010).

A estrutura é constituída pelas ações conjuntas entre os atores como resultado de regras padrões e procedimentos (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005). Sobre isso, identifica-se que a ADDCS, enquanto estrutura, se relaciona com os demais atores como um conector na rede, permitindo que as atividades aconteçam, conforme explica o entrevistado A: “[...] a ADDCS ela recolhe a embalagem da indústria que está na mão do usuário que é o produtor e devolve para essa mesma indústria, ou para reciclar ou para incinerar. Então, somos uma ponte entre produtor, indústria para que a lei seja cumprida, de forma eficiente e eficaz [...]”. O entrevistado B, relata: “[...] nós temos responsabilidade junto aos produtores, temos que verificar se as entregas estão dentro das normas, se estão fazendo um trabalho dentro dos padrões exigidos pela operação normal do nosso processo quanto pela lei [...]”.

Junto a este aspecto, discutem-se as normas e procedimentos que são adotadas pelas organizações que fazem parte da estrutura, em arranjos organizacionais (TOLBER; ZUCKER, 1999). Em observação realizada no local de pesquisa, identificou-se que em sua rotina de trabalho há uma série de normas e padrões a serem seguidos durante o recebimento das embalagens a respeito do equipamento utilizado para tal atividade, bem como para o modelo de fiscalização de embalagens, e para a emissão de documentos que comprovam a entrega; todos devem estar cientes de todos os processos e como ocorrem, tanto aqueles que fiscalizam, quanto aqueles que fazem a devolução. Conforme explica o entrevistado B: “[...] um exemplo seria, não receber embalagens que não são do sistema, não receber embalagens com resto de produtos, qualidade do enfiamento quantidade em peso altura fardo isso são normas internas do INPEV [...]”. O entrevistado A explica ainda:

são políticas de educação, políticas de procedimentos operacionais, segurança do trabalho, higiene do trabalho enfim, nós procuramos levar muito a sério as questões das normativas que regem o sistema, por exemplo NR 35, que fala sobre agrotóxicos

em geral trabalho em altura a 24 NR a NR 12 que trabalha prensas e similares, a gente tem prensas aqui e todas as centrais tem, NR 11 que é de empilhadeiras e similares, então tem toda essa preocupação né com as políticas de segurança e trabalhistas pro bem-estar do funcionário.

Ainda sobre políticas e procedimentos, de acordo com o entrevistado C, “[...] cada associação tem normas internas diferentes de gerenciamento, mas de operação não, o fardo que eu faço aqui tem que ter tem mesmo padrão de quem faz lá no Piauí, o procedimento operacional que é igual para todas as unidades [...]”. Para o entrevistado D “[...] existe a cobrança da lei, a repetição, a comunicação e orientação dessas normas tem funcionado, mais como importância na tomada de decisão e de geração de atitude, do que uma real consciência da gravidade do impacto desses produtos”. Para o entrevistado I, “[...] os procedimentos são todos iguais, a gente tem que devolver dentro do período de um ano, as embalagens cheias ficaram vazias, então nós devolvemos [...]”.

Com base nos argumentos apresentados e em observações realizadas, nota-se que os atores conhecem as políticas e procedimentos, e fazem a entrega dos materiais de acordo com o que é solicitado. No entanto, a atitude está relacionada às próprias sanções que podem sofrer, nem todos por uma real consciência, como explica o entrevistado G: “[...] nós entregamos, mas alguns produtores que fazem apenas porque é obrigado, vemos alguns vizinhos não tem esse comprometimento [...]”. Portanto, as políticas e procedimentos foram oficializados a partir do estabelecimento da lei, que impulsiona todo processo.

Com base nos relatos e observações, nota-se que as políticas e procedimentos influenciam a estrutura favorecida pela soma de ações entre organizações e atores, para que concorram processos equivalentes e relacionamento recíproco (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005). Assim, a estrutura favorece a logística reversa de embalagens, formalizada por todas as leis e decretos, citados anteriormente, e viabilizam a adoção dos processos e reforçam que devem ocorrer.

Em suma, identificou-se que a logística reversa das embalagens, com base nos argumentos discutidos anteriormente no referencial teórico, de acordo com Tolbert e Zucker (1999), quanto à fase de habitualização, proposta como a pré-institucionalização, já ocorreu. Houve, portanto, a inserção de um modelo de logística reversa, considerado uma inovação na época, sendo uma resposta tecnológica que envolveu todo mercado de defensivos e toda condição legal em torno deste, através da adoção de processos que viabilizassem o retorno das embalagens, a partir dos problemas ocasionados e das estruturas geradas; apresentou-se então,

uma solução, atualmente entendida pela cadeia relacionada ao produto e impulsionada pelas normas, padrões e requisitos legais.

Na sequência, será apresentada a fase objetificação, ou semi-institucional.

4.5.2 Objetificação

De acordo com Tolbert e Zucker (1999), essa é a fase que se encaminha para a permanência, ou chamado estágio semi-institucional. A objetificação representa o desenvolvimento do consenso social, de modo que em que há maior grau aceitação pela estrutura proposta. Representa também o monitoramento que as organizações fazem dos processos adotados na cadeia à qual pertencem, avaliando a necessidade de implantação ou adoção de tais ações. Assim, a teorização, é definida por um problema que inclui atores que integram o campo organizacional, e que, além disso, buscam sua justificação e solução para os problemas. Foram discutidos quatro aspectos: presença de *champions*, consenso social, monitoramento interorganizacional e difusão da estrutura.

Inicialmente buscou-se compreender o consenso social, sendo que se maior for o nível de institucionalização, menor será a rejeição ou resistência. Por isso, os entrevistados foram questionados sobre consenso e resistência na estrutura adotada. O entrevistado D relata que “[...] no início teve sim, hoje há um retorno, então o sistema de controle estão consolidados bem estabelecidos estão sendo cumpridos, então hoje a um cumprimento da lei, baseado na lei nas normas existentes [...]”. O entrevistado N complementa que “[...] hoje comparado àquele momento é um momento de muito menos resistência e muito menos conflito, pode-se afirmar que a resistência é bem pequena. [...]”. O entrevistado G declara que

não, isso já era algo que a gente já estava querendo que alguém desse a destinação, pra nós veio como um benefício para propriedade, porque eu não posso ter um, vamos dizer se eu tivesse que armazenar todas essas embalagens, veja quanto espaço eu ia ocupar. Vamos colocar assim, a gente tem consciência e sabe que a propriedade não é um chiqueiro, tem que ser uma propriedade limpa, organizada, então você não vai querer ficar armazenando lixo dentro da propriedade sem utilização. O cumprimento da lei é apenas um cumprimento.

Ainda, sobre o consenso social, outros entrevistados argumentam que no início havia dificuldade de aceitação, como afirma o entrevistado C: “[...] houve muita resistência, eu achava que era uma lei que não ia pegar todo mundo achava isso não vai funcionar, não vai dar certo a lei não vai pegar, só que na verdade é uma necessidade, temos que ser sustentável [...]”. Conforme argumenta o entrevistado A, “[...] hoje principalmente na agricultura

empresarial que a gente chama de agronegócio, a consciência é total diria que é total e para eles é um alívio porque não teriam o que fazer com essas embalagens, mas tem alguma resistência ainda pequenos produtores, pequenas comunidades ainda existe dificuldade de entendimento [...]”. Dessa forma complementa o entrevistado N:

eu vejo que não, o pessoal está bem consciente já, desde o pequeno produtor ou o grande eles estão consciente que tem que devolver, porque a gente sabe que quando vai para ADDCS caminhão grande das grandes fazendas, até aquele agricultor com uma carrocinha, moto trazendo 2 ou 3 galão então estão devolvendo, pra poder pegar o documento pra eles dá a baixa no CPF, porque agora é tudo controlado pelo CPF deles quando compra.

Com base nas entrevistas e observações na rotina de trabalho da ADDCS, percebe-se que hoje há um consenso social muito próximo do total, mas que ainda existem alguns que apresentam resistência ou até mesmo falta de informação. Outros apresentam despreocupação no cuidado do meio ambiente, o que se configura principalmente entre os pequenos produtores, um percentual muito pequeno. Observa-se que a maioria percebe a necessidade e importância do processo de retorno das embalagens. No início, havia resistência, falta de entendimento e menor índice de devolução, hoje os índices ultrapassam a marca de 94% de retorno.

Após analisar o consenso social, foi observado o monitoramento organizacional, ou seja, a capacidade de compreender como as demais associações estavam se adequando, sabendo que todas deveriam realizar a atividade de um modo muito aproximado. Com base nos dados coletados *in loco*, existe um manual de operações para todas as atividades desenvolvidas pelo INPEV e associações. A ADDCS atua conforme o Programa de Orientação Profissional Intensivo (POPI), que regulamenta todas as suas ações; esse padrão serve para todas as associações. No início, no entanto, havia divergências nas ações, conforme explica o entrevistado A: “[...] no início havia muita confusão, mas o que uma associação implantava que dava certo, repassava para as demais e assim fomos construindo os padrões, hoje temos tudo normatizado, tem POPI pra tudo [...]”.

Após o monitoramento organizacional, avalia-se a difusão da estrutura como forma de averiguar se os atores envolvidos no campo organizacional adotaram a estrutura proposta. Por meio da coleta de informações, principalmente com as entrevistas, pôde-se notar que grande parte dos atores adotaram a estrutura e compreendem sua importância. O entrevistado A sugere que “[...] é muito difícil alguém chegar reclamando que tem que devolver embalagem tem gente que agradece, elogia. Conscientizou-se da necessidade e dos benefícios que esse sistema trouxe pra todos [...]”. Mas o entrevistado I argumenta que “[...] ainda há dificuldade

de alguns, aqueles que trabalham de modo mais convencional, aquele pequenininho, que não é cooperado a COAMO, por exemplo, hoje para os cooperados existem essas leis que tem que cumprir, senão você pode até ser tirado da cooperativa [...]”. O entrevistado N contrapõe, argumentando que “[...] hoje o processo está estruturado, de modo que todos sabem e compartilham suas responsabilidades, sabendo que devem entregar as embalagens lavadas, perfuradas, do jeito que manda a lei, que as embalagens sejam inutilizadas e encaminhadas para reciclagem [...]”.

Haja visto o exposto pelos entrevistados, a difusão da estrutura ocorre desde o momento em que a lei obriga a indústria que tal processo ocorra. Sobretudo, os órgãos fiscalizadores como o IAP, precisam emitir o licenciamento de instalação de uma nova revenda e exigem que esta esteja vinculada ao processo de logística reversa; neste momento identifica-se a difusão da estrutura. Além disso, o CPF do produtor, quando realiza a compra de defensivos, vincula ao seu nome a quantidade consumida e o prazo de devolução das embalagens favorecendo à difusão. Para tanto, nota-se que os atores estão interconectados, de modo que impulsionam a difusão da estrutura.

Em relação à importância da difusão da estrutura, os *champions* encorajam a ideia e fazem com que seja implementada (TOLBERT; ZUCKER, 1999). Geralmente os *champions* observam os problemas e justificam a adoção de novas estruturas, ou seja, influenciam, de modo a gerar legitimidade (QUINELLO; NASCIMENTO, 2009). No caso em estudo, para a logística reversa das embalagens de defensivos agrícolas, têm-se aqueles que podem ser considerados *champions*, sabendo que nesse campo existe uma condição legal que tem ação coercitiva sobre os atores, e muito além disso: que há todo um sistema ou estrutura criada em detrimento da lei. Aqueles que favorecem as ações são principalmente o INPEV e associações, no caso a ADDCS, as quais promovem todo um processo de conscientização e disseminação da ideia, buscando desenvolver a cultura de reciclagem de tais materiais.

Conforme observação em campo, o INPEV possui o Programa de Educação Ambiental (PEA), que busca conscientizar a população sobre a necessidade do pensamento sustentável, principalmente no sentido de cuidado com meio ambiente, reciclagem, reaproveitamento de materiais e descarte correto do que se consome. Esse programa acontece em escolas, com crianças do ensino fundamental, com intuito de despertar a partir delas o interesse de mudança, utilizando-as como disseminadoras e influenciadoras em suas residências, criando assim uma cultura comprometida com a reciclagem e reaproveitamento de materiais, não apenas de embalagens de defensivos, mas de qualquer material.

Além disso, o INPEV juntamente com as associações, busca manter contato direto com revendas relembrando o papel destas na orientação dos produtores sobre o processo de logística reversa. Possui também a semana do sistema campo limpo, que promove atividades com escolas, palestras e ações na comunidade onde as associações estão inseridas. Sobre isso, o entrevistado A revela que:

no mês de agosto nós temos o dia chamado Dia Nacional do Campo Limpo, na verdade a semana inteira de 13 a 18 de agosto, que tem uma ênfase em questões ambientais, então é aberto na central para visita, feito palestras em várias localidades no entorno da central, mas durante o ano todo a gente está recebendo pessoas aqui, indo em escolas, Sindicato de propriedades rurais, principalmente quando detecta que não entregou aqui uma carga de embalagem e viu que tem um índice significativo de erro a gente entra em contato, agenda uma visita, e vai lá, faz treinamento, alerta, relembra algumas coisas, porque as vezes as pessoas vão se acomodando e vai se acostumando com o erro.

Também temos um programa chamado PEA, Programa de Educação Ambiental, o que esse programa visa, crianças de quarto e quinto ano, falar sobre meio ambiente, não sobre agrotóxicos só, o meio ambiente como um todo, e a gente trabalho em si com isso e existe um concurso de desenho para o quarto ano de redação do quinto ano sobre o tema que gente trabalhou, e lá em setembro a gente premia os três melhores trabalhos de cada modalidade.

Com base nos argumentos, pode-se afirmar que na estrutura proposta, aqueles atores que atuam como *champions*, caracterizam-se como INPEV e ADDCS, na região Centro Sul do Paraná. Em suma, identificou-se que a logística reversa das embalagens, com base nos argumentos discutidos anteriormente no referencial teórico, de acordo com Tolbert e Zucker (1999) e a fase de objetificação, propostas como a semi-institucionalização, já ocorreram. Ou seja, houve a transmissão de consenso social, no sentido de que os atores envolvidos no processo conseguem visualizar sua importância e contribuem para sua continuidade, criando assim um novo arranjo organizacional. Isso se deu por meio daqueles denominados *champions*, que além de identificar os problemas trouxeram soluções; mesmo que impulsionados por uma lei, conseguiram propor e desenvolver uma nova estrutura para o retorno e reciclagem das embalagens. No próximo item, será apresentada a fase de sedimentação, bem como suas características de aceitação, continuidade da estrutura e baixa resistência.

4.5.3 Sedimentação

A fase de sedimentação se apoia na continuidade da estrutura e total institucionalização (TOLBER; ZUCKER, 1999), o que implica em largura e profundidade das estruturas, ou seja, atinge um grande número de atores em uma conservação de longo prazo

(EISENHARDT, 1988). Assim, serão discutidas aqui as fases de aceitação, continuidade da estrutura e baixa resistência.

Em relação à aceitação, se busca avaliar se os atores envolvidos no processo estão favoráveis à estrutura e se esse resultado é suficiente para mantê-la (TOLBER; ZUCKER, 1999). Sobre isso, os entrevistados se mostraram a favor, conforme descreve o entrevistado C: “[...] atingimos a maturidade no processo, hoje a aceitação é quase total, mesmo podemos comprovar com o percentual de retorno das embalagens [...]”. Para o entrevistado B, “[...] o produtor entendeu, tem que devolver [...]”. Entrevistado L, explica o processo, argumentando que “[...] a gente já usa, já lava e deixa pronto pra entregar, já é rotina de trabalho [...]”. De acordo com entrevistado A, “[...] deu certo então hoje a conscientização tá muito boa, hoje 99% das pessoas entregam não por medo da lei, mas porque viram que é um benefício para eles, não está contaminando o meio ambiente, não está poluindo, nem correndo infração legal, então a consciência aumentou muito [...]”. O entrevistado H argumenta que “[...] com relação a essas embalagens, que a gente percebe principalmente do pequeno produtor, tem essa necessidade de uma maior conscientização, geralmente alguns deixam embalagens na propriedade por não entenderem a necessidade de fazer a entrega”. Para tanto, grande maioria possui aceitação do modelo proposto. O entrevistado M diz que “[...] se esse processo não existisse, os danos pro meio ambiente, saúde e animais seriam irreversíveis [...]”.

De modo geral, há uma conscientização sobre o processo e a estrutura que se iniciou em 2002, chegando próximo de seus dezesseis anos, e atingindo um montante de embalagens próximo ao que comercializa. Isso, em relação ao que se argumenta sobre a continuidade da estrutura, representa que existe um grande contingente de atores relacionados a esse campo que estão atuando adequadamente à continuidade da estrutura; apenas poucos não o estão fazendo, atingindo assim grande volume de retorno de embalagens. A continuidade é vista por Tolbert e Zucker (1999) como a visão de futuro do processo.

O entrevistado K menciona que o processo “[...] vai continuar, porque cada vez mais tecnificando a agricultura é mais fácil de você ver essas melhorias, essa lei sendo cumprida, essa lei veio pra ficar”. O entrevistado C relata que “[...]vai continuar e crescer, tem uma nova pegada dos órgãos de fiscalização com relação à resíduos sólidos no Brasil. Acredito que em dois ou três anos, então a tendência é aumentar [...]”. O entrevistado A diz que “[...] a tendência é melhorar as estatísticas das porcentagens, porque como falei ao entendimento dos órgãos de controle, a gravidade dos impactos ambientais de cada produto desses, podem trazer graves consequências [...]”. Com base nesses relatos, a estrutura deve continuar e provavelmente trazer melhores resultados.

Na sequência, discute-se a baixa resistência e um pequeno grupo de oposição para as atividades desenvolvidas, o que provavelmente indica a perpetuação da estrutura. Identificou-se que no campo em estudo existe uma baixa resistência à estrutura implantada, que a maior parte da cadeia que trabalha em prol da logística reversa das embalagens entende a importância e necessidade, demonstrando a contribuição para um futuro melhor no sentido de cuidar dos recursos naturais. A baixa resistência implica em legitimidade e reconhecimento organizacional, conforme argumentam os entrevistados a seguir: o entrevistado E relata que “[...] a resistência hoje praticamente acabou. É muito difícil alguém reclamar que tem que devolver embalagem alguns elogiam. Conscientizou-se da necessidade e dos benefícios que esse sistema trouxe pra todos [...]”. Para o entrevistado C, “[...] as resistências foram grandes, mas a gente conseguiu quebrar [...]”. O entrevistado B assegura que “[...] hoje é aceito, no começo lá traz ele chegava aqui com o caminhão basculava e queria ir embora, hoje as embalagens são vistoriadas uma a uma, se não foi lavada direito ele recebe uma notificação no recibo, e vai uma cópia para órgãos fiscalizadores, então funciona [...]”. O entrevistado F complementa que “[...] se esse processo não existisse não tenho nem ideia do que aconteceria, com o tanto de volume desse de plástico jogado na natureza, um dano irreversível na terra, sem falar o veneno que vai ficar acumulado, tem que permanecer [...]”. O entrevistado D assim opina: “[...] acho que sim atingimos a maturidade no processo [...]”.

Em suma, identificou-se que a logística reversa das embalagens, com base nos argumentos discutidos anteriormente, encontra-se em fase de sedimentação. Ou seja, houve a inserção de um modelo de logística reversa e a aceitação pela implementação. O processo sedimentado possui características homogêneas, com baixa teorização e variância, logo, pode-se afirmar que a taxa de fracasso nesse caso é muito pequena. Com base nos argumentos, denota-se o entendimento dos atores como o processo tem se tornado parte de sua rotina de trabalho, mostrando assim que há legitimidade sobre a estrutura implantada, e que se encontra em processo de sedimentação. No próximo capítulo são discutidos os relacionamentos entre os atores que fazem parte do campo organizacional e como estes interferem para solidificação do processo.

4.6 OS RELACIONAMENTOS E SEUS IMPACTOS NO CAMPO ORGANIZACIONAL

Relacionamentos interorganizacionais representam ligações duradouras entre organizações (OLIVER, 1990). Muitas vezes motivadas pelo ambiente em que estão inseridas, se veem obrigadas a participar de tais interações. Os relacionamentos se fortalecem

à medida que os aspectos que incorporam tal situação, são legitimados (HATCH, 1997; SCOTT, 2003).

A legitimidade por sua vez, está relacionada à ordem social, muitas vezes transcrita em favor de leis, normas e crenças. Ela refere-se a aspectos que incluem crenças e conhecimentos compartilhados, que formam e determinam fatores dentro do campo (BERGER E LUCKMANN, 1996). O campo organizacional por sua vez é reconhecido por um conjunto de organizações que compartilham a vida institucional, sejam elas fornecedores, compradores, agências reguladoras e organizações similares. A análise de campo organizacional direciona suas atenções aos relacionamentos e se traduz pela conectividade de diversos atores (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

A estrutura do campo organizacional, ainda de acordo com Dimaggio e Powell (2005), pode ser definida com base em quatro elementos principais: amplitude nas interações entre os atores no campo; estruturas de dominação e coalizões definidas; aumento na carga de informação, além de percepção recíproca que estão envolvidos no campo. Nesse caso, os relacionamentos geralmente devem contribuir positivamente para o alcance dos objetivos.

Os relacionamentos interorganizacionais estão vinculados ao campo em estudo, sendo que as interações favorecem a orientação de todos em prol do objetivo comum, bem como asseguram que as operações estejam de acordo com o planejado. No campo organizacional, a partir das observações realizadas, compreende-se que há relacionamento entre os pares, sendo que uma organização interage com a outra em virtude das operações que são desenvolvidas em conjunto, de modo que todas as relações são efetivas para o processo de logística reversa das embalagens.

Como citado anteriormente, os principais atores envolvidos são indústrias, distribuidores, órgão regulamentadores, associações, produtores e transportadora. A frequência de contato possui uma variabilidade dependendo da relação entre os atores, conforme se demonstra no quadro 12.

Quadro 12 - Frequência de Contato

Organização foco do estudo	Demais organizações que se relaciona	Frequência de contato
ADDCS	Indústrias	Semestral
	INPEV	Diária
	Órgãos fiscalizadores	Mensal
	Produtores	Semestral/ Anual
	Transportadora	Semanal
	Distribuidores	Semanal

Fonte: Autora (2018)

O entrevistado A assim explica:

nos relacionamos com os revendedores que são associados, os produtores, instituições de ensino, sindicatos, escolas, faculdades e os órgãos do governo, IAP, ADAPAR, Instituto da Águas, Polícia Ambiental, transportadora e o INPEV que é o cogerenciador de todas as unidades, esse é nosso grupo de relacionamento.

A frequência de contato com produtor normalmente quando ele vem aqui, ou quando a gente vai em alguma das reuniões das vendas, mas eles fazem entregas por safra, semestral, ou anual. Com as vendas é quase semanal através de email, ou quando tem algum problema maior, nas assembleias que são duas por ano, com associado. Com os órgãos ambientais, mais com IAP e ADAPAR, instituto das águas, eles nos auxiliam muito na educação, conscientização, ou a conferência de relatórios mensais. O INPEV é direto, todo dia, contato por e-mail, telefone e das quatro ações anuais que tem com INPEV e todas as unidades, todas as associações, com os gestores de cada associação. Esse é nosso o ritmo dos nossos contatos e depende da demanda, se tem um problema maior, produtor fiscalizado, a própria ADAPAR nos procura, ou o próprio autuado nos procura para ver que que pode ser feito, o que pode ser melhorado.

A frequência de contato para o desenvolvimento das atividades que influenciam na logística reversa das embalagens foi mais baixa em relação ao produtor rural, pois ele adquire o produto para lavoura de inverno e verão e faz a entrega no fim do período de cultivo; apenas as propriedades maiores e que possuem um grande volume de produção acabam fazendo a entrega semestral, ao final de cada safra.

Na análise das relações interorganizacionais, também é possível traçar os papéis e influências entre os atores que pertencem a determinado campo, lembrando que a organização foco do estudo interage com outras organizações que não desempenham exatamente as mesmas atividades, mas que contribuem para que se atinjam os objetivos, de modo particular, sabendo que nem todos os outros atores interagem (ALDRICH, 1979).

Para melhor entendimento sobre os relacionamentos interorganizacionais, os entrevistados foram questionados quanto à existência de algum tipo de conflito entre eles e como este é controlado. O entrevistado A responde então que “[...] no início havia uma certa desconfiança entre os associados e uma resistência dos produtores, mas hoje não, pelo contrário uma colaboração de todos [...]”. O entrevistado C complementa que “[...] hoje, de modo geral o relacionamento com todos os demais órgãos para essa logística acontecer, podemos dizer que é de pouco conflito, que as pessoas entendem que existem as multas, existem as autuações, hoje comparado àquele momento é um momento de muito menos resistência e muito menos conflito [...]”.

Os relacionamentos afetam o processo, de modo que os resultados são consequências das ações desenvolvidas pelo conjunto de atores. Como atores centrais na região Centro Sul

do Paraná estão a ADDCS e o INPEV. De acordo com o entrevistado B, “[...] hoje todos sabem de suas responsabilidades e contribuem para que se atinja o objetivo, em recolher a maior quantidade de material, por isso, essa estrutura vai permanecer, tem que ter é fundamental esse trabalho [...]”. O entrevistado N se manifesta dizendo que “[...] se todo esse processo não existisse, não tenho nem ideia, com o tanto de volume desse de plástico jogado na natureza, seria um dano irreversível na terra, até para o risco de contaminação dos animais [...]”.

Os relacionamentos afetam o processo, todos precisam compreender a importância das atividades, e além de tudo devem ainda conscientizar toda população para que se cumpra o papel de cuidado com meio ambiente. Logo, os relacionamentos são direcionadores para o sucesso. Ressalta-se também que os atores dependem um do outro para a formação e fortalecimento das relações interorganizacionais.

Sobre a legitimidade do processo, nota-se que as crenças são cultivadas a partir de algumas atividades desenvolvidas pelo INPEV, as quais são compartilhadas pela ADDCS, promovendo ações em conjunto com outros atores, como universidades, escolas, cooperativas ou sindicatos. Exclusivamente no mês de agosto essas ações são realizadas com maior afinco, pois o Dia Nacional do Sistema Campo Limpo é comemorado em 18 de agosto e tem o objetivo de disseminar as ações realizadas e conscientizar toda a população sobre o processo e mostrar a importância da reciclagem, não apenas de embalagens de defensivos, como também de outras matérias, incluso na lei da PNRS. Entre as atividades desenvolvidas destacam-se as que estão no Quadro 13.

Quadro 13- Atividades de celebração do Sistema Campo

Atividade	Descrição
Portas abertas	Dia de visitação pública às centrais de recebimento de embalagens vazias, que acontece simultaneamente em todas as centrais. O objetivo é apresentar informações sobre o funcionamento da unidade e seu papel no Sistema Campo Limpo.
DNCL Universitário	Círculo de palestras, oficinas e atividades em universidades e escolas técnicas sobre assuntos relacionados à conservação do meio ambiente e atividades do Sistema.
DNCL Dia de Campo	Iniciativa voltada a agricultores com caráter comemorativo.
Ação Comunitária	Visa promover melhorias ambientais no município ou comunidade por meio de atividades como limpeza ou manutenção de praças públicas ou ruas, limpeza de margens de rio, plantio de jardim em local público, implantação de viveiro de mudas, e informações sobre a coleta seletiva do município, entre outras.
DNCL Solenidade	Realização de eventos para homenagear ou receber autoridades.
DNCL na Escola	Uma das ações voltadas à comunidade escolar. As atividades são conduzidas por professores de escolas e visa promover a conscientização ambiental dos alunos. Está integrada à iniciativa do Concurso DNCL na Escola.

Fonte: INPEV (2018)

Observando a quantidade de material que retorna, assim como os índices apresentados, pode-se afirmar que há o entendimento sobre a necessidade de tais operações, e, conseqüentemente, que há legitimidade. No entanto, sobre o percentual de produtores que ainda não devolvem as embalagens, em unanimidade os atores entrevistados mencionam que o pequeno produtor ainda apresenta dificuldade, principalmente aquele que possui uma área muito pequena de plantio e que apresenta muitas vezes dificuldade de locomoção e transporte das embalagens, o que é possível verificar pelos relatos dos entrevistados: o entrevistado F argumenta que o “[...] primeiro erro que o pequeno produtor comete, é achar que usa pouco, então não precisa entregar, uma embalagem ou Mil embalagens a lei é igual, tem que devolver [...]”. O entrevistado C concorda com esta ideia afirmando que “[...] os pequenos arrumam muitas desculpas, eu não tenho carro, é longe, é difícil [...]”. O entrevistado A afirma que

o processo alavancou durante os 15 anos de existência, tanto em quantidade, quanto em qualidade das embalagens. Por exemplo, no início do nosso trabalho aqui, nós recebemos por ano, no primeiro ano foi cerca de 500kg, ficar um ano sem fazer nada praticamente. E as embalagens vinham totalmente irregulares, nos primeiros anos, sujas, porque pessoal não sabia como era. Hoje nós recebemos 650 toneladas por ano. E a qualidade quando digo qualidade que as embalagens que vem conforme a lei prescreve, é 99%. Então aumentou a quantidade e a qualidade devido a conscientização de todos que fazem parte da cadeia. A qualidade é embalagem lavada, limpa, separadas, perfuradas, todo procedimento que tem para ser entregue aqui, isso melhorou muito.

A ADAPAR, como órgão fiscalizador, confirma que a maior parte dos produtores devolve corretamente as embalagens, mas que ainda existem alguns pequenos produtores que mantêm em suas propriedades esse tipo de material. A agência argumenta ainda que a falha muitas vezes é da revenda que não orienta corretamente os consumidores e isso contribui para falhas do processo:

a maioria devolve, mas ainda tem alguns que não. A ADDCS trabalha muito bem naquilo que compete a eles, mas as empresas de revenda não levam a sério isso. Eles botam por obrigação na nota fiscal. E esse tipo de gente que precisa ser instruído, quem vai instruir? Não é a nossa função instruir, a gente já chega pra autua se for o caso. É realmente a assistência técnica, é o agrônomo do cara da revenda que vendeu e deveria dar essa informação e não dá. O problema tá na revenda, ela tem obrigação de se associar senão ela não recebe alvará, e a revenda tem obrigação de botar na nota fiscal, tá na lei que tem que constar o local de devolução da embalagem vazia, então isso, eles fazem, por obrigação e não por convencimento, eles não estão convencidos. Até porque a questão do agrotóxico está muito banalizado e eles não veem como perigo tóxico, eles tem que vender, colocam o técnico pra regularizar e a instrução que deveriam dar é vendido como algo qualquer. Eu acho que cada empresa deveria prestar contas do que ela comercializou e recebeu, e o que ela proporcionou a devolução. Porque eles estão sem esse compromisso. O compromisso é se associar e colocar na nota e eles lavam as mãos.

De modo geral, são compartilhadas crenças e conhecimentos sobre o processo de reciclagem com o intuito de promover a conscientização dos usuários do produto. Acima de

tudo, com o objetivo de promover a aceitação dos padrões e estruturas criadas pelas organizações que pertencem à logística reversa.

Até o momento, foram discutidos os aspectos que retratam o sistema legal de comercialização e retorno das embalagens. No entanto, por trás de um mercado que segue as normas e regulamentações, existe a comercialização de defensivos contrabandeados ou até falsificados.

Sobre o processo de comercialização de defensivos agrícolas, questiona-se a existência de aspectos de legitimidade em relação a produtos ilegais, contrabandeados e falsificados, também conhecidos ou chamados de piratas. A origem da vida social possui desdobramentos para diferentes relacionamentos, a partir de influências que culminaram para um desenvolvimento social, político e econômico que se transformam a partir de propósitos e interesses. Nesse caso, permite-se dizer que o modo como as relações se estabelecem estão arraigadas às condições expostas diante dos grupos a que pertencem.

O comércio dos produtos contrabandeados ou falsificados emerge principalmente de fronteiras e são distribuídos por todo país. Há um controle sobre a comercialização desses itens, mas ainda há aproximadamente 20% que são utilizados e que não podem integrar a cadeia reversa de embalagens, ressaltando que a ADDCS recebe apenas embalagens com nota fiscal (DORFMAN; FRANÇA; SOARES, 2014).

A comercialização vista de modo adequado por parte da sociedade se torna legítima e institucionalizada, no que tange à logística reversa das embalagens, quando respeita as normas e imposições legais de produção, comercialização e uso do produto. Ressalta-se que os defensivos piratas ou ilegais possuem alterações químicas em sua composição, como também a falta dos registros adequados nos órgãos regulamentadores.

Certo de que os produtos contrabandeados e falsificados não fazem parte da logística reversa das embalagens, o entrevistado A afirma com relação ao IAP: “[...] não temos assim uma atuação direta na questão, isso se tratando de escritório regional do IAP, não há uma atuação direta junto aos fabricantes e na origem do produto dentro da área de comercialização, mas temos a estatística exatamente [...]”. Conforme o entrevistado B, “[...] é significativo o uso de agrotóxicos ilegais no Brasil, isso é problema, a gente não sabe o que tá dentro de uma embalagem dessa, a gente não sabe que tipo de formulação, que reação vai dar [...]”. Novamente segundo o entrevistado A, “[...] eles são ávidos a tentar pegar uma embalagem, de agrotóxico legal, porque a embalagem é boa, eles conseguem falsificar o produto, mas a embalagem é difícil, eles tentam comprar embalagem boas, e se está furada, inutilizada, não tem como [...]”.

Ao analisar-se o argumento do entrevistado A, percebe-se a importância em conscientizar os usuários de defensivos sobre a entrega das embalagens, também para evitar que aqueles que trabalham com contrabando façam uso das embalagens originais, o que prejudica inclusive as estatísticas de retorno. Corroborando com a fala do entrevistado A, o entrevistado E argumenta que “[...] na região de fronteira é bem mais, aqui é menos. Mas, quando a gente acha, manda pra polícia federal e ministério público. O falsificado as vezes é difícil identificar, porque é parecido, até usam embalagens originais as vezes, um detalhe ou outro que diferencia, [...]”. O entrevistado C conclui que

eles estão à margem da lei, quem compra um defensivo contrabandeado também, ele não traz de volta na embalagem até porque ele não quer ser identificado, então essa embalagem infelizmente ela tá sendo queimada sendo enterrada, destruída, jogada em um lugar e ela não volta um grande problema para agricultura brasileira, eu acho que o governo ele precisa e através dessa nova legislação do agrotóxico e tá todo mundo falando mal outros não, na verdade isso a gente tá tentando a indústria facilitar que produtos que já sejam usados em outros países tal que tenha porque aqui demora demais pra conseguir registrar, então a ideia seria um avanço e barateia o custo do produto aqui dentro e evita que que tragam de fora outros vendedores tragam contrabandeado sem pagar imposto, o que é ruim pra todo mundo, mas ai cria um mercado paralelo e hoje se estima vinte e tantos por cento dependendo da região aí é, beirando aqui Cascavel por ai até mais, então é um problema sério, mas é a margem da lei.

Em suma, os relacionamentos organizacionais trazem benefícios a partir das ações realizadas para a logística reversa e reaproveitamento das embalagens, como economia de energia de aproximadamente 18,4 milhões de giga joules a cada ano; redução do consumo de água 42,3 bilhões de litros; redução de resíduos sólidos de 867 mil toneladas; redução na emissão de CO₂ em 394 mil toneladas e economia de consumo de 905 mil barris de petróleo.

Com base no exposto, pode-se averiguar que os relacionamentos interferem na institucionalização do processo de logística reversa de embalagens. Inicialmente, pode-se afirmar que a participação efetiva dos atores envolvidos favorece a institucionalização para que atinja o seu maior grau, a sedimentação. As relações interorganizacionais no caso em estudo, em grande parte trabalham de modo cooperativo, tanto organizações similares como antagônicas, o que implica dizer que as organizações entendem o propósito do processo fazendo sua parte; isso se torna relevante e permite a continuidade da estrutura adotada.

As parcerias firmadas têm o intuito de despertar a necessidade de que as atividades voltadas para o retorno das embalagens devam ocorrer. Isso proporciona novo formato organizacional, pois sabe-se que inicialmente o processo foi desenvolvido apenas para cumprir com uma determinação legal; com decorrer do tempo, paradigmas foram quebrados e

criou-se uma nova visão sobre a necessidade e importância de que todos façam sua parte, inclusive o produtor, que é a figura que representa o início do processo reverso.

Os relacionamentos interorganizacionais no caso em estudo favoreceram a institucionalização do processo de logística reversa das embalagens. Desde o princípio os mecanismos desenvolvidos socialmente possibilitaram a visão compartilhada do problema, o qual foi minimizado. No início havia resistência principalmente por parte do consumidor, pois era ele que deveria lavar, separar e entregar todos os itens consumidos. Hoje a pequena resistência que se identifica, ainda é por parte do consumidor, mas em uma escala muito menor, e principalmente por aqueles que têm pouco acesso à informação. Logo, ressalta-se que todos os atores presentes no campo organizacional da ADDCS tiveram que adequar suas ações conforme a estrutura proposta, com foco no retorno das embalagens, mesmo que inicialmente em decorrência do cumprimento da lei. De modo geral, os relacionamentos influenciam todas as ações em prol de um objetivo comum, e no caso em estudo, proporcionaram a sedimentação da logística reversa das embalagens.

Quadro 14. Fatores que influenciaram a institucionalização por meio dos relacionamentos interorganizacionais Continua

Ator	Fatores de influencia
Agências reguladoras	As agências reguladoras, por meio das leis, normas e decretos impostos no setor, realizam os procedimentos de fiscalização e orientação, atua como elo integrador entre diretrizes impostas pelo governo, INPEV, ADDCS, recicladoras e produtores.
Indústria	Criou o Sistema Campo Limpo, visto como inovação no setor, disseminou a ideia através do INPEV. A atuação das indústrias é fundamental para sedimentação dos processos em virtude de comandar todos os relacionamentos.
INPEV	Instituto formado por todas as indústrias atuantes no mercado de defensivos agrícolas. Tem como objetivo disseminar a ideia e viabilizá-la a partir de esforços conjuntos. O INPEV mantém contato diário com as associações de distribuidores, e é por meio delas que ocorre o recolhimento das embalagens para posterior reciclagem e incineração.
Distribuidores	Fornecem os produtos e são atores fundamentais na conscientização dos produtores. Todo distribuidor precisa ser filiado a uma associação ou ao INPEV para poder comercializar defensivos, logo mantém contato e se relaciona frequentemente com os atores anteriormente citados.
Produtor	Os produtores são considerados o foco dos esforços da cadeia de logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas, pois são eles quem adquire e faz a devolução das embalagens. Mantém relacionamento com agências reguladoras, considerando que sofrem fiscalização. Também com ADDCS (associação local), distribuidores e INPEV.
ADDCS	A ADDCS, caracterizada como foco deste estudo, possui as mesmas atividades das outras associações do país. Logo, atua como elo entre indústrias e produtores (consumidores), agências reguladoras, recicladoras e transportadoras, cumprindo com o papel dos distribuidores na cadeia da logística reversa. Suas ações são fundamentais para a legitimidade e sedimentação dos processos.
Transportadora	Responsável pelo recolhimento, transporte e entrega das embalagens nas recicladoras e incineradoras. Vista como ator fundamental para o desenvolvimento adequado das atividades de coleta, ressalta-se a necessidade

	de cumprimento de prazos, retiradas em postos de coleta e na própria ADDCS. Mantém contato frequente com distribuidores, ADDCS, INPEV e agências reguladoras.
Recicladora/ Incineradora	Realizam reciclagem e incineração. Suas atividades são decorrentes dos esforços dos demais atores, para tanto a reciclagem e transformação em subprodutos depende da sedimentação dos processos, isso é possível devido as ações em conjunto e da cooperação entre todos os atores.

Fonte: Autora (2018)

Os relacionamentos destacados corroboram para o fortalecimento das atividades e processos, assim são desenvolvidas capacidades e um maior envolvimento dos diversos atores que fazem parte da rede de retorno das embalagens, de modo que cada ator pressiona outros, sendo criados laços e legitimados por meio das interpretações e processos institucionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comercialização de defensivos agrícolas e o retorno das embalagens destes produtos, conforme discutido no corpo do estudo, compreende uma série de atividades e processos que integram diversos atores em prol da reciclagem e reutilização, com intuito de minimizar problemas ambientais gerados a partir do consumo e destinação incorreta das embalagens de defensivos agrícolas por meio de leis que regulamentam todo o processo de retorno.

Este estudo teve como questão norteadora: de que modo os relacionamentos interorganizacionais afetam a institucionalização dos processos de logística reversa das embalagens de defensivos agrícolas na região Centro Sul do Paraná?

Para responder esta questão, buscou-se identificar todo o funcionamento do processo, quem eram os atores envolvidos e como analisar o campo organizacional e as fases de institucionalização do processo. Inicialmente foi caracterizado o campo organizacional da ADDCS, constituído com base nas interações sociais, as organizações que em conjunto desenvolvem suas atividades, crenças, definições, normas, valores, ações e interesses. Na sequência, foram identificados os principais atores e suas relações, identificados como: indústrias, distribuidores, associações, órgãos regulamentadores, produtores, transportadora, recicladoras, incineradoras, INPEV e ADDCS, esta última como ponto de partida para o desenvolvimento do estudo.

Também foram identificados os processos de logística reversa das embalagens de defensivos agrícolas, ou seja, todas as atividades que fazem parte do retorno e reciclagem, e as funções de cada um dos atores. Para um melhor entendimento, foi necessário também descrever os relacionamentos entre os atores que compõem o campo organizacional; dessa forma, pôde-se notar como tais relacionamentos interferiram na institucionalização do processo de retorno das embalagens, com consciência de que as interações entre os atores permitiram a disseminação da ideia e no decorrer dos anos, a sua valorização.

Este estudo pôde identificar a fase de institucionalização dos processos de logística reversa no campo organizacional da ADDCS, desde sua implantação no ano 2001, conforme coleta de dados. É possível afirmar que atualmente o processo está sedimentado, e que há uma baixa resistência apenas por parte dos pequenos produtores. É sabido que estes apresentam certa dificuldade de entendimento sobre os métodos de lavagem e entrega das embalagens, visto que alguns possuem inclusive dificuldade de locomoção para entrega no local destinado na nota fiscal.

Foi verificado o impacto dos relacionamentos na institucionalização dos processos da logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas na região Centro Sul do Paraná; a respeito disso, argumenta-se que as inter-relações apresentadas a favor dos processos culminaram na sedimentação das atividades, ou seja, os relacionamentos favorecem trocas de informações, disseminação de ideias sobre a importância do retorno das embalagens, auxilia na identificação de falhas e problemas, bem como na garantia do trabalho em prol do bem comum.

Nesse contexto é válido argumentar que os achados na pesquisa permitem afirmar que as ações desempenhadas contribuem significativamente para com o meio ambiente e com a saúde humana e animal. No entanto, estas ações ainda são passíveis de ajustes e melhorias, principalmente no que diz respeito à conscientização dos pequenos produtores para maior aderência e legitimidade do processo.

Os relacionamentos organizacionais são resultado de interação e conexão contínua e permitem o desenvolvimento conjunto de uma ideia e a melhor compreensão de incertezas. Enquanto os relacionamentos se aprimoram, favorecem os ideais pregados e desenvolvidos em determinado campo organizacional. Nesse caso, no decorrer dos anos, desde a implantação da logística reversa das embalagens, os relacionamentos e as responsabilidades compartilhadas impulsionaram o deslocamento do processo nas fases de institucionalização, passando à habitualização, objetificação, alcançando a sedimentação. Por isso, os relacionamentos são tratados de modo evolutivo, que no decorrer do tempo podem minimizar incertezas e gerar maior confiança.

Para a academia, este estudo é de relevância e busca contribuir na literatura acerca dos temas de relacionamentos interpessoais e processo de institucionalização, sabendo que ainda existem lacunas nas discussões que integram os dois temas. Por isso, buscou-se desenvolver um referencial teórico que desse suporte a essa problemática, o que demonstra uma aproximação dos temas, com intuito de consolidar discussões que envolvem a teoria institucional, enquanto campo organizacional e as fases do processo de institucionalização juntamente com a percepção da influência dos relacionamentos interorganizacionais. Como elemento substancial, utilizou-se o caso de retorno dos defensivos agrícolas, muito embora tratado seu aspecto enquanto vida institucional, denota-se também a contribuição enquanto fator ambiental, o qual minimiza possíveis riscos de contaminação de solo, ou até mesmo o reaproveitamento das embalagens para diversos fins, inclusive para contrabando e falsificação.

Este estudo propôs a construção de um modelo teórico desenvolvido com embasamento nas dimensões sociológicas, econômicas, políticas, jurídicas e ambientais contidas no campo organizacional, em seu contexto institucional e relacionamentos interorganizacionais, os quais impulsionam as diferentes fases de institucionalização da logística reversa das embalagens, com vistas a seu ambiente técnico e institucional, que gera um contexto e interpretação e finalmente sua legitimidade ou aceitação da estrutura proposta.

As principais contribuições práticas do estudo estão relacionadas a identificação dos atores envolvidos no processo de retorno das embalagens de defensivos e como cada um deles interfere na sedimentação dos processos, visto que a ação realizada por cada um dos atores interfere diretamente na aceitação e legitimidade de todo processo. Assim, os relacionamentos fundamentam as trocas, reforçam e legitimam as ações. Nota-se de modo geral que a ausência dos relacionamentos dificultaria a sedimentação dos processos.

Algumas limitações ocorreram em detrimento do tipo de pesquisa, se tratando de um estudo de caso, para o qual ocorre pouca generalização (STAKE, 2000). Mesmo que utilizados múltiplos métodos de coleta, alguns dados podem ter sido omitidos ou limitados. Além disso, em relação a coleta de dados, especificamente as entrevistas realizadas com os produtores diretamente na ADDCS, pode-se notar certa resistência nas respostas. Como estratégia para superar tal resistência, foram realizadas entrevistas em outros lugares que não a Associação para explorar melhor as respostas obtidas dos entrevistados. Desta forma, os dados e as conversas foram mais produtivas e contribuíram substancialmente com a pesquisa.

Como sugestão de pesquisa, indica-se que o modelo proposto neste estudo seja aplicado em outras organizações, que sejam avaliados os resultados da vida institucional destas organizações e corroborados com os resultados aqui destacados. Existe a possibilidade de adequação para coleta de dados quantitativa, juntamente com dados qualitativos, a fim de analisar com maior amplitude os dados disponíveis.

REFERÊNCIAS

- ALDRICH, H. E. **Organizations and environments**. New Jersey: Prentice-Hall, 1979.
- ALVES, D. J. **O teste sociométrico**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- ALVES, R. R.A **institucionalização dos cursos de administração pública a distância das universidades públicas: os casos UFLA e UFU**. 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Estratégica, Marketing e Inovação) – Universidade Estadual de Londrina, Lavras, 2012.
- ARAKAKI, A. H.; PRIANTE FILHO, N.; SAMPAIO NETO, O. Z.; FIGUEIREDO, J. M.; LUCONI, W.; PAESE, J. Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social: Programa de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários EIT-UFMT. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 59-68, jan./jun. 2012.
- BALESTRIN, A.; VARGAS, L. M. A dimensão estratégica das redes horizontais de PMEs: teorizações e evidências. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, Edição Especial, p. 203-227, 2004.
- BALESTRIN, A.; VERCHOORE, J. R. **Redes de cooperação empresarial: estratégias de gestão na nova economia**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- BASTIN, G. **As técnicas sociométricas**. Lisboa: Editora Moraes, 1966.
- BENGTSSON, M. KOCK, S. Cooperation and Competition in relationships between competitors in business networks. **The Journal of Business & Industrial Marketing**, v. 14, n. 3 p. 178-194, 1999.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, [1967] 1996.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD JR, T. Produção Científica em Administração de Empresas: Provocações, Insinuações e Contribuições para um Debate Local. In: XXII ENANPAD, 1998, Foz do Iguaçu. **Anais Eletrônicos**, Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998.
- BERTILSON, M. The theory of structuration :prospects and problems. **Review Article**, vol 27, Issue 4, 1984.
- BEVERLAND, M. Adapting within relationships to adapt to market-led change: Does relationship success lead to marketplace inertia? **Industrial Marketing Management**, Vol. 34, p. 577 – 589, 2005.
- BLOWFIELD, M. **Business and Sustainability**. Oxford: UK, 2013.

BOLDRIN, V. P., TREVISAN, E. F., BARBIERI, J. C., FEDICHINA, M. A. H. & BOLDRIN, M. S. T. A gestão ambiental e a logística reversa no processo de retorno de embalagens de agrotóxicos vazias. **Revista de Administração e Inovação**, 4(2), 29-48, 2007.

BRASIL. Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. **Base da Legislação Federal do Brasil**, Brasília, 2002. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Acesso em 25 de março de 2018

BRITTO, J. Redes de cooperação entre empresas. In: KUPFER, D. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

BROWN, G. G. Legitimacy and Paternity Among the Hehe. *American Journal of Sociology*, v. 38, n. 2, p. 185-193, 1932.

BULGACOV, S.; SOUZA, Q. R.; PROHMANN, J. I.; COSER, C.; BARANIUK, J. A pesquisa em estratégia. In: BULGACOV, S.; SOUZA, Q. R.; PROHMANN, J. I.; COSER, C.; BARANIUK, J. **Administração estratégica: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2007, Cap. 6, p. 132-163.

CAPELLARI, N. A Institucionalização da sustentabilidade organizacional na Itaipu Binacional. **Dissertação (mestrado em administração)** – Universidade Estadual do Centro-Oeste UNICENTRO, 2017.

CARRIERI, A. P. Pesquisa sobre estratégia: do discurso dominante a nova narrativa. In: GONÇALVES, C. A.; GONÇALVES, FILHO, C.; REIS NETO, M. T. **Estratégia empresarial: o desafio das organizações**. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, v. 1, p. 17-36.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. **RAP Rio de Janeiro** 39(4):849-74, Jul./Ago. 2005.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6 ed. vol. 1, Trad. Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, M.; JACOMETTI, M.; GONÇALVES, S. P. Governança no contexto das redes interorganizacionais: um estudo nos arranjos produtivos locais paranaenses a partir da abordagem institucionalista. **RECADM**, v. 15, n. 2, p. 90–11, Maio-Ago, 2016.

COHEN, J. S. **Structuration Theory**. London: Macmillan, 1989.

CONVENÇÃO DE ROTEDÃ. Sobre o procedimento de consentimento prévio informado aplicado a certos agrotóxicos e substâncias químicas perigosas objeto de comércio internacional. Brasília, 2009. Recuperado de: http://www.mma.gov.br/estruturas/smcq_seguranca/arquivos/roterd_texto_143.pdf

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. tradução: Iuri Duquia Abreu. 10. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

CUNHA, J. A. C. PASSADOR, J. L. Alianças estratégicas de organizações: o aprendizado institucional na formação de redes. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)** v. 6, n. 1, maio/2007.

CUNHA, J. A. C.; PASSADOR, J. L.; PASSADOR, C. S. Recomendações e apontamentos para categorizações em pesquisas sobre redes interorganizacionais. **CADERNOS EBAPE.BR**, v. 9, Edição Especial, artigo 4, Rio de Janeiro, Jul. 2011.

CRUBELLATE, J. M.; PASCUCCI, L.; GRAVE, P. S. Contribuições para uma Visão Baseada em Recursos Legítimos. *Revista de Administração de Empresas*, v. 48, n. 4, p. 8-19, Out./Dez. 2008.

DEEPHOUSE, D. L. Does isomorphism legitimate? **Academy of Management Journal** Vol. 39. No.4. 1024-1039, 1996.

DELIGONUL, S.; ELG, U.; CAVUSGIL, E.; GHAURI, P. N. Developing strategic supplier networks: An institutional perspective. **Journal of Business Research**, Vol. 66, P. 506–515, 2013.

DIMAGGIO, P. J. Structural Analysis of Organizational Fields: a blockmodel approach. In B. M. Staw & L. L. Cummings (Eds.). **Research in Organizational Behavior**, Vol. 8 (pp. 335-370). Greenwich, CT.: Jai Press, 1986.

DIMAGGIO, P. J. Constructing an organizational field as a professional project: US Art Museums, 1920-1940. In: POWELL, Walter W; DIMAGGIO, Paul J. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. London: University of Chicago Press, 1991.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, Walter W. Introduction. In: POWELL, Walter W; DIMAGGIO, Paul J. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. London: University of Chicago Press, 1991a.

DIMAGGIO, P. J., POWELL, Walter W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: POWELL, Walter W; DIMAGGIO, Paul J. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. London: University of Chicago Press, 1991b.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, Walter W. A Gaiola de Ferro Revisada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, FGV, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 74-89, Abr./Jun. 2005.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, Walter W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields, **American Sociological Review**, v.48, p.147-60, April 1983.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. Jaula de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. In: CALDAS, Miguel P.; BERTERO, Carlos O. (Coord.) **Teorias das Organizações**. São Paulo : Atlas, 2007. (Parte 2 – Cap.6).

- DONALDSON, L. Teoria da contingência estrutural. In: Clegg, S. R.; Hardy, C; Nord, W. **Handbook de estudos organizacionais**, v. 1, cap. 3, p. 105-133. São Paulo: Atlas, 1999.
- DONNELLY, P. F. Constructing and disrupting Ireland's industrial development authority. **CADERNOS EBAPE. BR**, v. 8, nº 2, paper 7, Rio de Janeiro, Jun. 2010.
- DORFMAN, A.; FRANÇA, A. B. C.; SOARES, G. O. Marcos legais e redes de contrabando de agrotóxicos: análise escalar a partir da fronteira Brasil-Uruguaí. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.8, n.1, p. 37-53, jan./jun. 2014.
- DORION, E. C. H., ABREU, M. F. & SEVERO, E. A. A Contribuição da Logística Reversa e dos Sistemas de Informação na Busca Pela Sustentabilidade Ambiental. **Revista de Administração Imed**, 1(1), 97-122, 2011.
- ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron, 2012.
- EISENHARDT, K. Agency and institutional theory explanations: the case of retail sales competition. **Academy of Management Journal**, 30: 488-511, 1988.
- FARIA, A. C. & PEREIRA, R. S. **O processo de logística reversa de embalagens de agrotóxicos: um estudo de caso sobre o INPEV**. Organizações Rurais & Agroindustriais, 2012.
- FARIAS, A. R.; MINGOTI, R.; SPADOTTO, C. A. Inteligência territorial no monitoramento da entrada de agrotóxicos ilegais no Brasil. **BDPA**, Campinas, SP: Gestão Territorial, 2017.
- FAULKNER, D. Cooperative strategy; strategic alliances and networks. In FAULKNER, D. O.; CAMPBELL, A. **The Oxford Handbook of strategy: Volume II – corporate strategy**. England: Oxford University Press, 2003. Cap. 23, p. 23, p. 118-158.
- FEIJÓ, R. M.; ZUQUETTO, R. D. Cooperar para sobreviver e crescer: análise da rede de cooperação redemac. **Ram, rev. Adm. Mackenzie**, vol. 15, nº 3, p. 21-41, São Paulo, maio-jun/ 2014.
- FIGUEIREDO, J. C.; PAULILLO, L. F. Uma abordagem institucional para redes organizacionais. **Revista de Economia e Administração**, v.4, n.4, 487-504p, out./dez. 2005.
- FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FLIGSTEIN, N. **The structural transformation of American industry**. In W. W. Powell & P. J. DiMaggio (Eds.). *The new institutionalism in organizational analysis* (pp. 311-336). London: University of Chicago Press. 1991.
- FONSECA, V. S. A Abordagem em Estudos Organizacionais: Bases Conceituais e Desenvolvimentos Contemporâneos. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. **Organizações, Instituições e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro, 2003.

FONSECA, V. S; AUGUSTO, P. O. M. Identidade e campo organizacional: uma possibilidade analítica. In: **V Encontro de Estudos Organizacionais ANPAD**. Belo Horizonte / MG, 2008.

FORTWENGEL, J.; JACKSON, G. Legitimizing the apprenticeship practice in a distant environment: Institutional entrepreneurship through inter-organizational networks. **Journal of World Business**, vol. 51, p. 895–909, 2016.

FOURCADE, M. Theories of Markets and theories of Society. **American Behavioral Scientist**. Vol. 50, n° 8, p. 1015-1034, april- 2007.

FREITAS, A. F. Por uma Abordagem Relacional do Desenvolvimento Territorial Rural. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 54, N° 04, p. 667-690, Out/Dez 2016 – Impressa em Janeiro de 2017

FREEMAN, L. C. Centrality in Social Networks: I. Conceptual clarification, **Social Networks**, v. 1, p. 215-239, 1979.

FREEMAN, L. C. Turning a Profit From Mathematics: The Case of Social Networks, **Journal of Mathematical Sociology**, v. 10, p. 343-360, 1984

FREEMAN, L. C. Social Networks and the Structure Experiment. In: FREEMAN, Linton C.; WHITE, Douglas R.; ROMNEY, Kimball, A. **Research Methods in Social Network Analysis**. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 1992.

FURTADO, R. P. et al. Desinstitucionalizar o cuidado e institucionalizar parcerias: desafios dos profissionais de Educação Física dos CAPS de Goiânia em intervenções no território. **Saúde Soc**. São Paulo, v.26, n.1, p.183-195, 2017.

GAO, Y.; SHU, C.; JIANG, X.; GAO, S.; PAGE, A. L. Managerial ties and product innovation: The moderating roles of macro- and micro-institutional environments. **Long Range Planning**, vol.50, p. 168-183, 2017.

GNYAWALI, D.; MADHAVAN, R. Cooperative networks and competitive dynamics: a structural embeddedness perspective. **Academy of Management Review**, v. 26, n.3, p. 431-445, 2001.

GRANOVETTER, M. S. The Strength of Weak Ties, **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1361-1380, 1973.

GRANOVETTER, M. Network Samplim: Some Firsts Steps, **American Journal of Sociology**, v. 81, n. 6, p. 1287-1303, 1976.

GRANOVETTER, M. S. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness, **American Journal of Sociology**, v. 91, p. 481-510, 1985.

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, A. **Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis**. Berkeley: University of California Press, 1979.

GIDDENS, A. Funcionalismo: Aprés La Lutte. In: GIDDENS, A. **Em Defesa da Sociologia**. São Paulo: Unesp, 2000. p. 115-159.

GIDDENS, A. **Novas Regras do Método Sociológico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GODECKE, M. V.; TOLEDO, E. R. M. S. Logística reversa de embalagens de agrotóxicos: estudo do caso de pelotas/RS. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v..9, n.4, jul - dez 2015.

GODOY, C. K; BANDERIA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (orgs.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOY; C. K.; MATTOS; P. L. C. L. de. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: GODOI, C. K; BANDERIA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (orgs.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, p. 301-323, 2010.

GUARNIERI, P. **Logística Reversa: em busca do equilíbrio econômico e ambiental**. 1a ed. Recife, 2011.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

GUARIDO FILHO, E. R. A Construção da teoria institucional nos estudos organizacionais no brasil: o período 1993-2007. **Tese doutorado em Administração**. Universidade Federal do Paraná, 2008.

GUARIDO FILHO, E. R.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. A Influência de Valores Ambientais e Organizacionais sobre a Aprendizagem Organizacional na Indústria Alimentícia Paranaense. **RAC**, v. 5, n. 2, Maio/Ago. 2001: 33-63

GUHA, J.; CHAKRABARTI, B. Making e-government work: Adopting the network approach. **Government Information Quarterly**, vol. 31, p. 327–336, 2014.

GULATI, R. Alliances and networks. **Strategic Management Journal**, v. 19, n. 4, p. 293-317, apr. 1998.

HAIR JR., J.F. et al. **Análise Multivariada de Dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HALL, R. H. **Taking things a bit too far: some problems with emergent institutional theory**. Issues, Theory, and Research in Industrial Organizational Psychology. Elsevier Science Publishers B.V. 1992.

HATCH, M. J. **Organization theory: modern, symbolic and postmodern perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

HERMES, J. W. S.; MAINELA, T. Mobilizing crisis management networks — Entrepreneurial behavior in turbulent contexts. **Industrial Marketing Management**, vol. 43, p. 967–976, 2014.

IGARASHI, W.; IGARASHI, D. C. C.; BORGES, B. J. Revisão sistemática e sua potencial contribuição em “negócios, gerenciamento e contabilidade. **Gestão & Regionalidade** - Vol. 31 - No 139 91 - jan-abr/2015.

INPEV. **Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias**. Logística reversa, 2016. Recuperado de: <http://www.inpev.org.br/sistema-campo-limpo/legislacao>.

INPEV. **Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias**. Legislação, 2017. Recuperado de: <http://www.inpev.org.br/sistema-campo-limpo/legislacao>.

JEPPERSON, R. Institutions, institutional effects, and institutionalism. IN: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. (Org.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 143-163.

KAMMEN, J. V.; SAVIGNY, D.; SEWANKAMBO, N. Using knowledge brokering to promote evidence-based policy-making: the need for support structures. **Bulletin of the World Health Organization** |, vol. 84, p. 608-612, August/ 2006.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LAZEGA, E.; QUINTANE, E.; CASENAZ, S. Collegial oligarchy and networks of normative alignments in transnational institution building. **Social Networks**, vol. 48, p.10–22, 2017.

LEITE, P. R. (2009). **Logística Reversa: meio ambiente e competitividade**. São Paulo: Pearson.

LÓPEZ, J. A. Movilización y acción colectiva por los derechos humanos en la paradoja de la institucionalización. **Estudios Políticos**, vol. 51, Medellín, julio-diciembre de 2017: pp. 57-78.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; COSER, C. Argumentos estruturais para explicação do isomorfismo mimético em um campo organizacional. **Anais do Encontro de Estudos Organizacionais**, São Paulo, SP, 3. 2004.

MACHADO JUNIOR, C.; SOUZA, M. T. S. PARISOTTO, I. R. dos S. Institucionalização do Conhecimento em Sustentabilidade Ambiental pelos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Administração. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, art. 6, pp. 854-873, Nov./Dez. 2014.

MACHADO-DA-SILVA. C. L.; E GONÇALVES, S. A. Mudança organizacional, esquemas interpretativos e contexto institucional: dois casos ilustrativos. **Revista de Estudos Organizacionais**, v.1, n.2, p.11-26, jul./dez. 2000

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GUARIDO FILHO, E. R.; ROSSONI, L. Campos Organizacionais: Seis Diferentes Leituras e a Perspectiva de Estruturação. **RAC**, Edição Especial 2006: 159-196

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S. DA. Estruturação da estrutura organizacional: o caso de uma empresa familiar. **Organizações & Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 42-71, 1993.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Unlocking the institutionalization process: insights for an institutionalizing approach. **Brazilian Administration Review**, v. 2, n. 1, , p. 1-20, 2005.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, vol. 9, núm. 1, 2005, pp. 9-39

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, Agência e Interpretação: Elementos para uma Abordagem Recursiva do Processo de Institucionalização, **RAC**, Curitiba, Edição Especial 2010, art. 4, pp. 77-107

MAGALINI, F.; KUEHR, R.; BALDÉ, C. P. **Waste in Latin America Statistical analysis and policy recommendations**. United Nations University Institute for the Advanced Study of Sustainability (UNU-IAS), 2015.

MEYER, J. W., BOLI, J.; THOMAS, G. M. Ontology and rationalization in the western cultural account. In: SCOTT, W. R.; MEYER, J. W. (Org.). **Institutional environments and organizations: structural complexity and individualism**. Thousand Oaks: Sage, 1994. p. 9-27.

MEYER, J.W.; ROWAN, B. Institutional organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MILANI, C. R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

Ministério do Meio Ambiente. **Logística Reversa**. 2017. Recuperado de: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-perigosos/logistica-reversa>>

MINH, T. T.; FRIEDERICHSEN, R.; NEEF, A.; HOFFMANN, V. Niche action and system harmonization for institutional change: Prospects for demand-driven agricultural extension in Vietnam. **Journal of Rural Studies**, vol. 36, p. 273-284, 2014.

MOODY, J. WHITE, Douglas R. Structural Cohesion and Embeddedness: A Hierarchical Concept of Social Groups, **American Sociological Review**, v. 68, p. 103-127, February, 2003.

MORGAN, G. A criação da realidade social: as organizações vistas como culturas. In: MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 2007. p.136-176.

MUNCK, L ; BANSI, A.C. ; GALLELI-DIAS, B. ; CELLA-DE-OLIVEIRA, F.A. . Em busca da sustentabilidade organizacional : a proposição de um framework. **Revista Alcance** (Online), v. 20, p. 31-46, 2013. <http://dx.doi.org/10.14210/alcance.v20n4.p460-477>

MUNCK, L. **Gestão da sustentabilidade nas organizações: um novo agir frente à lógica das competências**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

NOHRIA, N. Is a network perspective a useful way of studying organizations? In: NOHRIA, N.; ECCLES, R. G. **Networks and organizations; structure, form and action**. Boston: Harvard Business School Press, Massachusetts, 1992, cap. 1, p. 1-22.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change, and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, J. J. Ciência, tecnologia e inovação no Brasil: poder, política e burocracia na arena decisória. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 24, n. 59, p. 129-147, set. 2016.

OLIVER, C. Determinants of interorganizational relationships: integration and future directions. **Academy of Management Review**, v. 15, n. 12, p. 241-265, apr. 1990.

PARSONS, T. Suggestions for a Sociological Approach to the Theory of Organizations-I. **Administrative Science Quarterly**, v. 1, n. 1, p. 63-85, Jun. 1956.

PENALVA-ICHER; E.; ELOIRE, F. Networking in France. Is there a French School of Social Network Analysis? **Am Soc**, vol, 48, p. 382–401, 2017.

PENHA, E. D. S.; ALEXANDRE, M. M.; CABRAL, A. C. A.; SANTOS, S. M.; PESSOA, M. N. M. Empresas Juniores: O Processo de Institucionalização em Universidades Públicas do Ceará. In: **IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**. Anais... Brasília, 2013.

PFEFFER, J.; SALANCIK, G. R. **The External Control of Organizations: A Resource Dependence Perspective**. New York: Haper & Row, 1978.

PENSO, M. A. & MORAES, P. J. F. DE S. Reintegração familiar e múltiplos acolhimentos institucionais. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, 14 (2), p. 1523-1535, 2016.

PETTERSON, A. R. Redes de cooperação interorganizacional e o papel das entidades de apoio: estudo de caso da feira do produtor de Guarapuava. **Dissertação (Mestrado Profissional em Administração)**. Unicentro, 2017.

<http://tede.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/jspui/6111/2/ANDR%C3%89%20REZENDE%20PETTERSON.pdf>. Acesso em: 02/06/2017.

POWELL, W. W.; WHITE, D., R.; KOPUT, K. W.; OWEN-SMITH, J. Network Dynamics and Field Evolution: The Growth of Interorganizational Collaboration in the Life Sciences, **American Journal of Sociology**, v. 110, n. 4, p. 1132-1205, Jan 2005.

QUENTAL, N.; LOURENÇO, J. M.; SILVA, F. N. Sustainability: characteristics and scientific roots. **Environ Dev Sustain**. v. 13, 2011. p.257–276

QUINELLO, R. **A teoria institucional aplicada à administração**. São Paulo: Novatec, 2007.

QUINELLO, R.; NASCIMENTO, P. T. S. O processo de inovação sob o enfoque

institucionalista: um estudo etnográfico na gestão de facilidades de uma montadora do Estado de São Paulo. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, v. 6, n. 1, p. 05-29, 2009.

QUINTELLA, R. H. Encontro Nacional da ANPAD X Meeting of AOM: Lições, Questionamentos e Especulações, **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 107-115, Abr./Jun. 2003

RAZZOLINI, E., BERTÉ, R. **O reverso da logística: As questões ambientais no Brasil**. Editora IBPEX, Curitiba, 2009.

REED, M.. In Praise of Duality and Dualism: Rethinking Agency and Structure in Organizational Analysis. In: ACKROYD, S.; FLEETWOOD, S. **Realist Perspectives on Management and Organisations**. London: Routledge, 2000.

REIS, A. A. C.; SOTER, A. P. M. FURTADO, L. A. C.; PEREIRA, S. S. S. Reflexões para a construção de uma regionalização viva. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(4):1045-1054, 2017.

ROCHA, R. S.; GRANERUD, L. The search for legitimacy and organizational change: The agency of subordinated actors. **Scandinavian Journal of Management**, vol. 27, p. 261—272, 2011.

ROSENFELD, C. L. **Apresentação**. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez. 2010, p. 14-31.

ROSSETTO, A. M.; ROSSETTO, C. R. Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica**, v. 4, p. 142- 161, 2005.

ROSSONI, L. Agência e redes mundos pequenos: uma análise multinível da produtividade acadêmica. **Ram, rev. Adm. Mackenzie**, vol. 15, 200-235, São Paulo, jan.-fev. 2014.

ROSSONI, L. **A dinâmica de relações no campo da pesquisa em organizações e estratégia no Brasil: uma análise institucional**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Paraná. 2006.

RUEF, M.; SCOTT, W. R. A multidimensional model of organizational legitimacy: hospital survival in changing institutional environments. **Administrative Science Quarterly**, v. 43, n. 4, p. 877-904, 1998.

SACOMANO NETO, M.; TRUZZI, O. M. S. Configurações estruturais e relacionais da rede de fornecedores: uma resenha compreensiva. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 255-263, jul./ago./set. 2004.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. In: **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 250-269, maio/ago. 2009.

SCHRAMM, W. **Notes on case studies of instructional media projects**. Working paper for the academy for educational development. Washington, December, 1971.

SCOTT, W. R. The adolescence of Institutional Theory, **Administrative Science Quarterly**, v.32, n. 4, p. 493-511, Dec. 1987.

SCOTT, W. R. Conceptualizing Organizational Fields: linking organizations and societal systems. In: DERLIEN, Hans-Ulrich, GERHARDT, Uta; SCHARPF, Fritz W. **Systems Rationality and Partial Interests**. Baden: Nomos, 1994.

SCOTT, W. R. Unpacking Institutional Arguments. In: POWELL, W. W; DIMAGGIO, P. J. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. London: University of Chicago Press, 1991.

SCOTT, J. **Social Network Analysis: a handbook**. 2 ed. London: Sage Publications, 2000.

SCOTT, W. R. **Institutions and Organizations**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2001.

SCOTT, W. R.; Conceptions of environments. In: SCOTT, W. R. **Organizations: rational, natural, and open systems**. New Jersey: Prentice Hall, 2003. Cap. 6, p. 125-149.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations: ideas and interests**. (3rd ed.). Thousand Oaks: Sage, 2008.

SELZNICK, P. **Leadership in Administration**. New York: Harper & Row, 1957

SELZNICK, P. Foundations of the theory of organization. **American Sociological Review**, v. 13, n. 1, p. 25-35, 1948.

SERVA, M. O fenômeno das organizações substantivas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 33, n. 2, São Paulo, Mar./Abr. 1993.

SERVA, M. et al. A análise da racionalidade nas organizações – um balanço do desenvolvimento de um campo de estudos no Brasil. **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, n. 3, Artigo 1, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2015.

SERVA, M. **Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas**. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil, 1996.

SINDIVEG. **Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal Balanço 2015** - Setor de agroquímicos confirma queda de vendas. Recuperado: <http://www.sindiveg.org.br/docs/balanco-2015.pdf> Acesso em 25 de março de 2018.

SILVA, P. J.; BRITO, M. J.; PEREIRA M. C.; AMÂNCIO, R. **Políticas e práticas de gestão ambiental: uma análise da gestão dos resíduos na construção na cidade de Belo Horizonte** (MG). Cadernos EBAPE, vol. 4, n°3, out, 2006.

SILVA, G. S. **Influências interorganizacionais em padrões institucionais: um estudo no setor de saúde**. Dissertação (mestrado em administração) – Faculdade de Economia, Administração e contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2010.

- SMIRCICH, L.; STUBBART, C. I. Strategic management in an Enacted World. **Academy of Management Review**, 10, 4, 724-736, 1985.
- SOUZA, W. S.; CLARO, J. A. C. S.; TINOCO, J. E. P. Processo de Institucionalização: o Caso da Universidade Federal do Tocantins. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v.4, n.2, mai./ago. 2012 78 Souza, Claro e Tinoco, pp. 78-88
- STAKE. R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) **Handbook of qualitative research**. London: Sage. p. 435-454, 2000.
- SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.
- SUN, Y.; CAO, C. The evolving relations between government agencies of innovation policymaking in emerging economies: A policy network approach and its application to the Chinese case. **Research Policy**, vol. 47, p. 592–605, 2018.
- STAKE, R. E. (2008). Qualitative case studies. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), **Strategies of qualitative inquiry** (pp. 119-149). Thousand Oaks, CA, US: Sage Publications, Inc.
- TICHY, N. M.; TUSHMAN, M. L.; FOMBRUN, C. Social Network Analysis for Organizations. **Academy of Management Review**, v. 4, n. 4, p. 507-519, out. 1979.
- TOLBERT, P. S.; L. G. ZUCKER, A Institucionalização da Teoria Institucional. In: **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo, Atlas, 1999, Vol. 1, Cap. 6.
- TRIVINOS, A.W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VARGO, S. L.; WIELAND, H.; AKAKA, M. A. Innovation through institutionalization: A servisse ecosystems perspective. **Industrial Marketing Management**, vol. 44, p. 63–72, 2015.
- VAZ, P. A. B. Crimes de Agrotóxicos. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, n. 8, 16 set. 2005.
- VAZ, P. V. C; ESPEJO, M. M. S. Trust and management control system: a study on metasyntetic interactions. **READ** | Porto Alegre – Edição 86 - N° 1 – Janeiro / Abril 2017 – p. 156 – 178.
- VENTURA, E. C. F. **Dinâmica de institucionalização de práticas sociais: um estudo da responsabilidade social no campo das organizações bancárias**. 2005. Tese (Doutorado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, São Paulo, 2005.
- VINKLER, P. The Institutionalization of Scientific Information: A Scientometric Model (ISI-SModel). **Librarytrends**, Vol. 50, No. 3, p. 553-569, Winter – 2002.
- WAARDEN, F. V. Dimensions and types of policy networks. **European Journal of Political Research**, v.21, p.29-52, 1992.

WAICHMAN, A. V. A problemática do uso de agrotóxicos no Brasil: a necessidade de construção de uma visão compartilhada por todos os atores sociais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. vol. 37, nº.125 São Paulo Jan./Jun 2012.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572012000100007

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social Network Analysis: Methods and Applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis: methods and applications**. New York: Cambridge University Press, 2007.

WEBER, M. **Três tipos de poder e outros escritos**. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 11. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

YIN, R.K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. (5.ed. C.M. Herrera, Trad.) Porto Alegre, RS: Bookman Editora Ltda, 2015.

ZUCKER, L. G. Institutional theories of organization. **Annual Review of Sociology**, v. 13, 1987, p. 443-464

APÊNDICES

APÊNDICE 1. REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA: ARTIGOS SELECIONADOS

Quadro 15 Artigos Seleccionados

TÍTULO	AUTOR	Nº CITAÇÕES	BASE	REVISTA	ANO
Agência e redes mundos pequenos: uma análise multinível da produtividade acadêmica	ROSSONI	90	WEB OF SCIENCE	RAM, Rev. Adm. Mackenzie	2014
Ciência, tecnologia e inovação no Brasil: poder, política e burocracia na arena decisória	OLIVEIRA	2	WEB OF SCIENCE	Revista Sociologia e Política	2016
Cooperar para sobreviver e crescer: análise da rede de cooperação redemac	FEIJÓ; ZUQUETTO	2	WEB OF SCIENCE	RAM, Rev. Adm. Mackenzie	2014
Desinstitucionalizar o cuidado e institucionalizar parcerias: desafios dos profissionais de Educação Física dos CAPS de Goiânia em intervenções no território	FURTADO ET AL	0	WEB OF SCIENCE	Saúde Soc. São Paulo	2017
Institucionalização do Conhecimento em Sustentabilidade Ambiental pelos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu em Administração	MACHADO-JUNIOR ET AL	9	WEB OF SCIENCE	RAC	2014
Movilización y acción colectiva por los derechos humanos en la paradoja de la institucionalización	LÓPEZ	0	WEB OF SCIENCE	Medellín	2017
Por uma Abordagem Relacional do Desenvolvimento Territorial Rural	FREITAS	1	WEB OF SCIENCE	RESR	2016
Reintegração familiar e múltiplos acolhimentos institucionais	PENSO; MORAES	2	WEB OF SCIENCE	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales	2016
Reflexões para a construção de uma regionalização viva	REIS ET AL	2	WEB OF SCIENCE	Ciência & Saúde Coletiva	2017
Trust and management control system: a study on metasynthetic interactions	VAZ; ESPEJO	5	WEB OF SCIENCE	Revista Eletrônica de Administração	2017
Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social: programa de incubação de empreendimentos econômicos solidários EIT-UFMT	ARAKAKI ET AL	34	WEB OF SCIENCE	Interações (Campo Grande)	2012

Recomendações e apontamentos para categorizações em pesquisas sobre redes interorganizacionais	CUNHA ET AL	110	WEB OF SCIENCE	EBAPE.BR	2011
Apresentação	ROSENFELD	6	WEB OF SCIENCE	Sociologias	2010
Constructing and disrupting Ireland's industrial development authority	DONNELLY	59	WEB OF SCIENCE	EBAPE.BR	2010
Políticas e práticas de gestão ambiental: uma análise da gestão dos resíduos da construção civil na cidade de Belo Horizonte (MG)	SILVA ET AL	53	WEB OF SCIENCE	EBAPE.BR	2006
Using knowledge brokering to promote evidence-based policy-making: the need for support structures	KAMMEN ET AL	12	WEB OF SCIENCE	Bulletin of the World Health Organization: International Journal of Public Health	2006
Un caso de estudio de ciencia, tecnología y sociedad: La historia social del Centro de Inmunología y Productos Biológicos	ALMEIDA ET AL	24	WEB OF SCIENCE	Humanidades Médicas	2009
Networking in France. Is there a French School of Social Network Analysis?	PENALVA-ICHER	1	SCOPUS	The American Sociologist	2017
Collegial oligarchy and networks of normative alignments in transnational institution building	LAZEGAA ET AL	0	SCOPUS	Social Networks	2017
Theories of Markets and Theories of Society	FOURCADE	113	SCOPUS	American Behavioral Scientist	2007
The evolving relations between government agencies of innovation policymaking in emerging economies: A policy network approach and its application to the Chinese case	SUN; CAO	1	SCIENCE DIRECT	Research Policy	2018
Making e-government work: Adopting the network approach	GUHA; CHAKRABARTI	20	SCIENCE DIRECT	Government Information Quarterly	2014
Legitimizing the apprenticeship practice in a distant environment: Institutional entrepreneurship through inter-organizational networks	FORTWENGEL; JACKSON	6	SCIENCE DIRECT	Journal of World Business	2016
Developing strategic supplier networks: An institutional perspective	DELIGONUL ET AL	16	SCIENCE DIRECT	Journal of Business Research	2013

Mobilizing crisis management networks — Entrepreneurial behavior in turbulent contexts	HERMES; MAINELA	1	SCIENCE DIRECT	Industrial Marketing Management	2014
Managerial ties and product innovation: The moderating roles of macro- and micro-institutional environments	GAO ET AL	1	SCIENCE DIRECT	Long Range Planning	2017
Niche action and system harmonization for institutional change: Prospects for demand-driven agricultural extension in Vietnam	MINH ET AL	12	SCIENCE DIRECT	Journal of Rural Studies	2014
Innovation through institutionalization: A service ecosystems perspective	VARGO ET AL	76	SCIENCE DIRECT	Industrial Marketing Management	2015
Taking things a bit too far: some problems with emergent institutional theory	HALL	4	SCIENCE DIRECT	Organizational Psychology -	1992
The search for legitimacy and organizational change: The agency of subordinated actors	ROCHA; GRANERUD	11	SCIENCE DIRECT	Scandinavian Journal of Management	2011
Governança no Contexto das Redes Interorganizacionais: Um Estudo nos Arranjos Produtivos Locais Paranaenses a partir da Abordagem Institucionalista	CASTRO ET AL	0	SCIELO	Revista Eletrônica de Ciência Administrativa	2016
Alianças estratégicas de organizações: o aprendizado institucional na formação de redes	CUNHA; PASSADOR	1	SCIELO	Revista Eletrônica de Ciência Administrativa	2007
Uma abordagem institucional para redes organizacionais	FIGUEIREDO; PAULILLO	0	SCIELO	Revista de Economia e Administração	2005

APÊNDICE 2. FICHAMENTO DA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

ID: 1
Objetivo: propor recomendações e apontamentos que auxiliem os pesquisadores a estabelecer elementos fundamentais para a categorização das redes interorganizacionais, auxiliando assim a identificá-las, para que possam ser analisadas, comparadas e compreendidas por suas características específicas.
Objeto: Revisão da literatura
Método: Revisão da literatura
Categoria: Rede Interorganizacional/ Alianças/ Governança/ Institucionalização
Título: Recomendações e apontamentos para categorizações em pesquisas sobre redes interorganizacionais

ID: 2
Objetivo: Institucionalização e adaptabilidade: examina esse paradoxo e identifica como as empresas gerenciam o processo dual de adaptação dentro dos relacionamentos e para um ambiente externo em mudança.
Objeto: 24 estudos de caso de vinícolas da Nova Zelândia
Método: Estudo de Caso
Categoria: Institucionalização/ relacionamentos/ adaptabilidade/ mercado
Título: Adapting within relationships to adapt to market-led change: Does relationship success lead to marketplace inertia?

ID: 3
Objetivo: Examinar a exposição dos membros das redes de fornecedores a duas camadas de influências sociais.
Objeto: estudo aprofundado de um varejista global, IKEA, este estudo mostra como o varejista lida com essa dualidade.
Método: Estudo de Caso
Categoria: Rede/ ambiente institucional/ influências sociais/ socialização normativa
Título: Developing strategic supplier networks: An institutional perspective

ID: 4
Objetivo: explora o papel das instituições na inovação do ponto de vista dos ecossistemas de serviços, o que ajuda a unificar visões divergentes sobre inovação e ampliar a pesquisa sobre sistemas de inovação.
Objeto: Revisão da literatura
Método: Pesquisa documental
Categoria: Inovação/ papel das instituições/ redes de cooperação/ mudança
Título: Innovation through institutionalization: A service ecosystems perspective

ID: 5
Objetivo: questiona como as Empresas Multinacionais (EMs) se engajam no empreendedorismo institucional para transferir com sucesso a prática organizacional de treinamento baseado em aprendizagem
Objeto: Empresa Multinacionais da Europa Continental
Método: Estudo de Caso
Categoria: Multinacionais/ Papel das redes interorganizacionais/empreendedorismo institucional/ mudança institucional
Título: Legitimizing the apprenticeship practice in a distant environment: Institutional entrepreneurship through inter-organizational networks

ID: 6
Objetivo: Como uma abordagem de rede pode levar ao sucesso de tais iniciativas para o governo eletrônico
Objeto: três projetos na Índia com base em governo eletrônico
Método: Estudo de Caso
Categoria: Redes/ políticas de seleção de parceiros/ governança/ processo de institucionalização
Título: Making e-government work: Adopting the network approach

ID: 7
Objetivo: propõe uma relação não-linear entre negócios /laços políticos e inovação de produtos e examina ainda mais os papéis moderadores de um ambiente macro-institucional (comparando desenvolvido com regiões subdesenvolvidas onde as empresas estão localizadas) e um ambiente microinstitucional (ou seja, dinamismo das relações propostas).
Objeto: Pesquisas empíricas nas indústrias de informação e comunicação, manufatura, energia e produtos químicos da China.
Método: Estudo de caso
Categoria: Redes sociais/ laços fortes e fracos/ teoria das instituições
Título: Managerial ties and product innovation: The moderating roles of macro and micro-institutional environments

ID: 8
Objetivo: Como as redes são mobilizadas na gestão de crises para iniciar processos de mudança institucional em contextos sócio-economicamente turbulentos
Objeto: representantes de organizações governamentais e não-governamentais envolvidas na construção da paz humanitária mundial
Método: Estudo de caso
Categoria: Redes/ contextos turbulentos/ mobilização/ mudança institucional
Título: Mobilizing crisis management networks — Entrepreneurial behavior in turbulent contexts

ID: 9
Objetivo: analisar como diferentes atores interagem com instituições em processos de mudança institucional

em nível de nicho
Objeto: Rede de Pesquisa e Extensão do Agricultor e uma abordagem inovadora e orientada pela demanda para a extensão agrícola nas terras altas do noroeste do Vietnã
Método: Pesquisa ação
Categoria: Poder/ rede/ mudança institucional
Título: Niche action and system harmonization for institutional change: Prospects for demand-driven agricultural extension in Vietnam

ID: 10
Objetivo: examinar e avaliar criticamente os principais características da teoria institucional
Objeto: Revisão da literatura
Método: Revisão da literatura
Categoria: Teoria institucional/ campo organizacional/ redes
Título: taking things a bit too far: some problems with emergent institutional theory

ID: 11
Objetivo: investiga as mudanças organizacionais desencadeadas pela implementação de sistemas de gestão certificados (CMS) na Dinamarca e explora como as práticas organizacionais institucionalizadas mudam ao longo do tempo.
Objeto: Organizações situadas na Dinamarca
Método: Estudo de caso
Categoria: Práticas organizacionais/ redes/ institucionalização
Título: The search for legitimacy and organizational change: The agency of subordinated actors

ID: 12
Objetivo: analisar rede de uma pequena oligarquia colegial e alinhamentos normativos entre seus pares.
Objeto: rede de uma pequena oligarquia colegial
Método: Estudo de caso
Categoria: Análise de rede/ institucionalização/ campo organizacional/ institucionalização transnacional
Título: Collegial oligarchy and networks of normative alignments in transnational institution building

ID: 13
Objetivo: Este artigo investiga a influência de SNA (Sociologia baseada na interação) na França a partir dos anos 1980 e se perguntam se existe uma escola francesa de SNA
Objeto: Escola francesa
Método: Estudo de caso

Categoria: Análise de redes sociais/ Empreendedores disciplinares/ Institucionalização/ Sociologia da ciência
Título: Networking in France. Is there a French School of Social Network Analysis?

ID: 14
Objetivo: descrever o processo de institucionalização das informações científicas.
Objeto: Revisão de literatura
Método: Pesquisa documental
Categoria: Grau de institucionalização/ network
Título: The Institutionalization of Scientific Information: A Scientometric Model (ISI-SModel)

ID: 15
Objetivo: Oferecer visão crítica da sociologia dos mercados no que se refere aos nossos conceitos de sociedade.
Objeto: Revisão de literatura
Método: Pesquisa documental
Categoria: Instituições / institucionalismo; mercados; redes; performatividade; campo
Título: Theories of Markets and Theories of Society

ID: 16
Objetivo: como o compartilhamento dos valores do contexto institucional de referência se relaciona com a configuração da governança em três arranjos produtivos locais (APLs) localizados no Paraná.
Objeto: Arranjos produtivos locais (APLs) localizados no Paraná.
Método: Estudo de caso
Categoria: Contexto Institucional; Governança; Cooperação; Competição; Arranjos produtivos locais.

ID: 17
Objetivo: organizar, desta forma, um quadro teórico de referência para a discussão do modelo de redes baseado na necessidade da redefinição institucional
Objeto: Revisão de literatura
Método: Pesquisa documental
Categoria: Alianças/ rede/ orientações institucionais
Título: Alianças estratégicas de organizações: o aprendizado institucional na formação de redes

ID: 18

Objetivo: avaliar empiricamente a capacidade da agência dos pesquisadores do campo da pesquisa em organizações e estratégia no Brasil quando imersos em redes mundos pequenos.
Objeto: Revisão de literatura
Método: Pesquisa documental
Categoria: Agência. Estrutura. Redes mundos pequenos. Buracos estruturais. Produtividade acadêmica.
Título: Agência e redes mundos pequenos: uma análise multinível da produtividade acadêmica

ID: 19
Objetivo: discutir o potencial da abordagem de redes para auxiliar o desenvolvimento de políticas de saúde em países de baixa renda com base na experiência de a Iniciativa de Polícia Regional de Saúde da África Oriental
Objeto: Revisão de literatura
Método: Pesquisa documental
Categoria: Políticas-públicas/ redes/ institucionalização
Título: Using knowledge brokering to promote evidence-based policy-making: the need for support structures

ID: 20
Objetivo: buscou-se responder às preocupações de Clegg e Machado da Silva (2009), reconsiderando-se “o papel da agência, do poder, da persistência e da mudança no processo de institucionalização”.
Objeto: Revisão de literatura
Método: Pesquisa documental
Categoria: teoria ator-rede, desenvolvimento indústria, institucionalização
Título: Constructing and disrupting Ireland’s industrial development authority

ID: 21
Objetivo: O objetivo foi examinar a formação, o desenvolvimento, os benefícios e resultados dessa associação de empresas, que se tornou um caso de sucesso na formação de uma rede de cooperação.
Objeto: Redemac Materiais de Construção
Método: Estudo de Caso
Categoria: Redes/ Cooperação/ Estratégias coletivas/ Vantagens competitivas/ institucionalização
Título: Cooperar para sobreviver e crescer: análise da rede de cooperação redemac

ID: 22
Objetivo: analisar os desafios dos CAPS para a consolidação de intervenções de cuidado que utilizam recursos do território.

Objeto: A pesquisa foi realizada em oito CAPS do município de Goiânia com o objetivo
Método: Estudo de Caso
Categoria: Desinstitucionalização/ Território/ Centro de Atenção Psicossocial/ Rede.
Título: Desinstitucionalizar o cuidado e institucionalizar parcerias: desafios dos profissionais de Educação Física dos CAPS de Goiânia em intervenções no território

ID: 23
Objetivo: analisar o processo de institucionalização e legitimação do conhecimento em programas <i>stricto sensu</i> em administração, no campo de sustentabilidade ambiental, por meio da proposição e aplicação de um modelo teórico segundo a abordagem de Berger e Luckmann.
Objeto: Revisão de literatura
Método: Pesquisa documental
Categoria: teoria institucional; legitimação do conhecimento; sustentabilidade ambiental; bibliometria; análise de redes sociais.
Título: Institucionalização do Conhecimento em Sustentabilidade Ambiental pelos Programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> em Administração

ID: 24
Objetivo: dossiê temático teve sua origem em uma rede de cooperação entre pesquisadores radicados na França e no Brasil.
Objeto: Revisão de literatura
Método: Pesquisa documental
Categoria: Trabalho e emprego. Precarização social. Institucionalização da instabilidade
Título: Apresentação

ID: 25
Objetivo: propõe uma integração analítica para o estudo das mobilização e ação coletiva para a defesa dos direitos humanos desde o perspectiva dos processos políticos
Objeto: Revisão de literatura
Método: Pesquisa documental
Categoria: Redes/ Mobilização social/ institucionalização
Título: Movilización y acción colectiva por los derechos humanos en la paradoja de la institucionalización

ID: 26

Objetivo: construir um quadro analítico para compreender os processos sociopolíticos subjacentes à implementação das políticas de desenvolvimento territorial rural, organizando um instrumental conceitual que estruture uma abordagem relacional do desenvolvimento territorial
Método: Ensaio Teórico
Categoria: Desenvolvimento territorial/ Redes sociais/ Instituições/ Institucionalização
Título: Por uma Abordagem Relacional do Desenvolvimento Territorial Rural

ID: 27
Objetivo: discute a reintegração de uma adolescente à sua mãe e os motivos que resultaram em múltiplas medidas de acolhimento institucional, a partir da abordagem sistêmica e da teoria das redes sociais.
Objeto: UNESCO
Método: Estudo de caso
Categoria: Redes sociais/ Institucionalização
Título: Reintegração familiar e múltiplos acolhimentos institucionais

ID: 28
Objetivo: Este artigo propõe uma forma de institucionalização, nas Universidades brasileiras, do desenvolvimento de Tecnologias Sociais e processos sistêmicos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, com base na Lei de Inovação
Objeto: Programa de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários EIT-UFMT
Método: Estudo de Caso
Categoria: Institucionalização/ rede/ inovação
Título: Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social: Programa de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários EIT-UFMT

ID: 29
Objetivo: analisa o complexo processo de produção da regionalização da saúde no Brasil, construído em ato por atores com distintas concepções sobre a relação interfederativa e as regiões de saúde.
Método: Estudo de caso
Categoria: Regionalização, Descentralização, Gestão em saúde, Sistema Único de Saúde, Rede/ Processo de institucionalização
Título: Reflexões para a construção de uma regionalização viva

ID: 30
Objetivo: examinar o papel da confiança no Sistema do Controle Gerencial, e sua relação com os objetivos organizacionais

Objeto: Sistema de controle gerencial
Método: Estudo de caso
Categoria: confiança/ redes/ institucionalização/ sistemas de Controle Gerencial
Título: trust and management control system: a study on metasynthetic interactions

ID: 31
Objetivo: analisa o caráter específico ao processo de institucionalização estudado, referente a dialética, entre seus condicionadores externos
Objeto: Centro de Imunologia e Produtos biológicos
Método: Estudo de caso
Categoria: Institucionalização/ rede de saúde/ influências sociais/ ciência e tecnologia
Título: Un caso de estudio de ciencia, tecnología y sociedad: La historia social del Centro de Inmunología y Productos Biológicos

ID: 32
Objetivo: investigar como o compartilhamento dos valores do contexto institucional de referência se relaciona com a configuração da governança em três arranjos produtivos locais (APLs) localizados no Paraná.
Método: Estudo de caso
Categoria: Contexto Institucional; Governança; Cooperação; Competição; Arranjos produtivos locais
Título: Governança no contexto das redes interorganizacionais: um estudo nos arranjos produtivos locais paranaenses a partir da abordagem institucionalista

ID: 33
Objetivo: identificar as abordagens institucionais utilizadas para tratar dos arranjos em redes, especialmente no que tange às possíveis contribuições ao avanço do conhecimento no campo das estratégias organizacionais
Objeto: Revisão de literatura
Método: Pesquisa documental
Categoria: Interações estratégicas/ abordagem institucional/ rede/ poder / institucionalismo
Título: Uma abordagem institucional para redes organizacionais

APÊNDICE 3. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Categories	Subcategorias	Descrição	Questões
Habitualização	Inovação	Ação que produz modificações fundamentais causando ruptura ou melhoria contínua em busca do aperfeiçoamento dos serviços.	1. Como surgiu a ideia de implementar ações de logística reversa de embalagens de defensivos na região centro sul? Elas podem ser consideradas uma inovação? Por quê? 2. A inserção da logística reversa de embalagens se deu por alguma pressão ambiental interna ou externa? Explique.
	Estrutura	Recursividade entre estruturas e ações fundamenta o próprio processo por meio do qual ambos emergem, permeado por configurações contínuas de interpretação	3. Como a logística reversa das embalagens está estruturada? A ADDCS busca se assemelhar com as demais que possuem este tipo de comportamento? Se sim, procurou se informar quais os processos e como as outras organizações estão desempenhando? 4. Quais foram os principais atores envolvidos na implementação desta temática? Como se deu o processo?
	Políticas e Procedimentos	Os novos arranjos organizacionais adquirem políticas e procedimentos específicos dentro da organização.	5. Quais as políticas e procedimentos presentes no processo de logística reversa das embalagens? 6. As políticas e procedimentos alcançam todos os atores envolvidos com o processo?
Objetificação	Consenso social	Quanto maior o grau de institucionalização, menor é a resistência e maior é o consenso social sobre o valor da estrutura.	7. Houve resistência na inserção da logística reversa das embalagens de defensivos? Se sim quais, e de onde vieram? 8. Pode-se falar que há um consenso a respeito do valor da estrutura e/ou importância da logística reversa das embalagens? E quanto aos defensivos piratas, porque alguns se submetem a aquisição destes produtos?
	Monitoramento Interorganizacional	Análise dos demais atores organizacionais a fim de buscarem ações legitimadas.	9. Quando a ADDCS surgiu, ela buscou verificar como as demais organizações estavam se adequando a esta nova temática?
	Difusão da estrutura	As formas organizacionais se tornam mais legítimas quando se espalham.	10. A logística reversa dos defensivos abrange todos os usuários do produto na região Centro Sul do Paraná? Como isso acontece?
	Presença de <i>champions</i>	Um grupo que tem interesse na estrutura pode promover a sua difusão.	11. Os membros da ADDCS defendem a ideia da logística reversa e buscam sua perpetuação? Existem outros atores que defendem a ideia?
Sedimentação	Aceitação	É necessária uma relação entre resultados demonstráveis associados à estrutura suficiente para à aceitação por parte dos atores.	12. Os resultados das ações de logística reversa foram percebidos e aceitos pelos membros do campo? 13. O que se espera como bons resultados das ações de logística reversa para a organização e a sociedade?
	Continuidade da estrutura	Continuidade histórica da estrutura adotada.	14. Há expectativa de que as práticas de logística reversa dos defensivos sejam contínuas e permanentes?

			15. Como você vê o futuro da sustentabilidade do processo de logística na ADDCS?
	Baixa resistência	A baixa resistência assegura a perpetuação da estrutura no tempo.	16. A ADDCS teve alguma dificuldade para se adaptar a logística reversa? 17. Os membros do campo apresentam alguma resistência às práticas sustentáveis?

Fonte: Adaptado de Capellari (2017).

CATEGORIA	Definição	Questões
Campo Organizacional	Abrangência e temporalidade dos relacionamentos entre atores	18. Quem são as organizações/ atores com que se relaciona? 19. Qual a importância e frequência de contato? 20. Existe algum tipo de conflito? E são controlados? 21. Quais as empresas mais mantêm contato? Qual tipo de contato? 22. Para o processo de logística reversa depende de algum outro ator? 23. O relacionamento afeta o processo? Os relacionamentos afetam a logística reversa? 24. Você precisa de outros atores pra desenvolver suas ações? De que forma depende?
Legitimidade	Se refere a aspectos sociais que incluem crenças e conhecimentos compartilhados, que formam e determinam fatores dentro do campo.	25. Quais aspectos sociais (crenças e conhecimentos) que são compartilhados? 26. Existe aceitação dos padrões e estruturas criadas por outras organizações que pertencem ao campo organizacional?

Fonte: Adaptado de Silva (2010).